



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 34, SEXTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2017

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 34ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 30 DE MARÇO DE 2017

1.1 – ABERTURA	11
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	11
1.2.2 – Oradores	
Senador Roberto Requião – Reflexões sobre a necessidade de reconstituição das instituições públicas do País.	11
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 1	
Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2012, tendo como primeiro signatário o Senador João Capiberibe, que <i>institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública</i> . A matéria retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, após leitura e aprovação do Requerimento nº 199/2017.	14
1.3.2 – Item 2	
Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2013, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que <i>extingue o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns</i> . Transcorrida a quarta sessão de discussão em primeiro turno, com leitura das Emendas nºs 7 a 10/2017-PLEN.	15
1.3.3 – Item 3	
Emendas da Câmara nº 2/2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 100/2010 (nº 1.404/2011, da Câmara dos Deputados), de iniciativa da CPI da Pedofilia, que <i>altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente</i> . Retirado da pauta, após leitura do Requerimento nº 200/2017.	15



1.3.4 – Item 4

Substitutivo da Câmara nº 11/2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 38/2008 (nº 4.402/2008, da Câmara dos Deputados), do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 244-A da Lei nº 8.069, de 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente - (perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente)*. **Retirado da pauta.** 15

1.3.5 – Item 5

Projeto de Lei da Câmara nº 55/2008 (nº 7.310/2006, da Câmara dos Deputados), que *institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu*. **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CE)**. (Prejudicado o Projeto de Lei da Câmara nº 55/2008). 16

Redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 55/2008 (**Parecer nº 47/2017-CDIR/PLEN-SF**). 16

1.3.6 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei de Conversão nº 2/2017 (proveniente da Medida Provisória nº 751/2016), que *cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências*. **Inclusão da matéria na Ordem do Dia da presente sessão.** 16

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA**1.4.1 – Oradores**

Senador Jorge Viana – Preocupação com a decisão do Presidente Donald Trump de revogar medidas climáticas destinadas à redução da emissão de gás carbônico, pondo em risco o cumprimento do compromisso firmado pelos Estados Unidos da América no Acordo de Paris; e outros assuntos. 18

Senador Alvaro Dias, como Líder – Críticas ao recente aumento de impostos anunciado pelo Governo Federal. 23

Senador Paulo Paim – Expectativa com o início dos trabalhos da CPI da Previdência; e outros assuntos. 25

Senadora Gleisi Hoffmann – Comentários sobre os pretensos impactos negativos das propostas de reforma apresentadas pelo Governo Federal na vida dos nacionais; e outro assunto. 35

Senador Ataídes Oliveira – Críticas ao Governo Federal pelos gastos com aluguéis de imóveis pertencentes a entidades do Sistema S. 46

1.4.2 – Apreciação de requerimentos

Nº 192/2017, do Senador Cássio Cunha Lima. **Aprovado.** 47

Nº 194/2017, da Senadora Gleisi Hoffmann. **Aprovado.** 47

1.4.3 – Oradores (continuação)

Senadora Lúcia Vânia – Destaque à importância do Programa Criança Feliz, do Governo Federal. 48

Senador Flexa Ribeiro – Relato das atividades desenvolvidas nesta semana por S. Ex^a em prol do desenvolvimento econômico do Estado do Pará. 53

Senador Valdir Raupp – Alegria com a retomada das exportações de carne por plantas frigoríficas situadas no Estado de Rondônia; e outro assunto. 60

1.5 – ENCERRAMENTO 64



PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 34ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicação

Do Senador Walter Pinheiro, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Ex^a em missão no período de 24 a 26 de maio último. 66

2.1.2 – Discursos e documentos encaminhados à publicação

Senador Paulo Paim - Íntegra do discurso e documentos encaminhados por S. Ex^a, nos termos dos arts. 203 e 210 do Regimento Interno. 68

Senador Jorge Viana - Documentos encaminhados por S. Ex^a, nos termos do art. 210 do Regimento Interno. 93

2.1.3 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei de Conversão nº 2/2017 (proveniente a Medida Provisória nº 751/2016), que *cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências*. 98

2.1.4 – Projeto de Lei do Senado

Nº 87/2017, do Senador Dalirio Beber, que *altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para assegurar o porte de trânsito com armas municionadas aos atiradores desportivos*. 111

2.1.5 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 13/2017, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Lopes, que *altera os artigos 73 e 92 da Constituição para estabelecer critérios para a nomeação de ministros do Tribunal de Contas da União e tribunais superiores do Poder Judiciário, e assegurar a alternância de sexo nessa nomeação*. 120

2.1.6 – Requerimentos

Nº 197/2017, do Senador Antonio Anastasia, de retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 76/2015. **Deferido**. 135

Nº 198/2017, do Senador Antonio Anastasia, de retirada da Projeto de Lei do Senado nº 29/2016. **Deferido**. 136

Nº 201/2017, do Senador Romero Jucá, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 159/2015. 138

Nº 202/2017, do Senador Romero Jucá, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49/2015. 140

Nº 203/2017, do Senador Jorge Viana, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. João Moura. 142

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2012

Requerimento nº 199/2017. 146

2.2.2 – Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2013

Emendas nºs 7 a 10/2017-PLEN. 148



2.2.3 – Emendas da Câmara nº 2/2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 100/2010

Requerimento nº 200/2017. 169

2.2.4 – Projeto de Lei da Câmara nº 55/2008

Redação do vencido para o turno suplementar (Parecer nº 47/2017-CDIR/PLEN-SF). 171

PARTE III**3 – RESOLUÇÃO**

Nº 3/2017. 174

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 178**5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA** 181**6 – LIDERANÇAS** 182**7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** 185**8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** 193**9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES** 194**10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS** 242

34ª Sessão, Deliberativa Extraordinária,
em 30 de Março de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira, Cássio Cunha Lima, Paulo Paim, Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e encerra-se às 14 horas e 41 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 55ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

34ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11 horas
Período: 30/03/2017 07:00:00 até 30/03/2017 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PMDB	SP	Airton Sandoval	X
PV	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X
PSDB	TO	Ataides Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PR	MT	Cidinho Santos	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X
PRB	RJ	Eduardo Lopes	X
PMDB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTC	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X

Emissão 30/03/2017 20:35:21





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

34ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11 horas
Período: 30/03/2017 07:00:00 até 30/03/2017 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
-	DF	Reguffe	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PP	BA	Roberto Muniz	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PTB	RR	Thieres Pinto	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PMDB	MG	Zezé Perrella	X

Compareceram 64 senadores.



ATA



O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa e que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide PARTE II do sumário**)

Nós temos, como de praxe, alguns oradores inscritos. E o Presidente Eunício já se encontra no plenário, como sempre, de forma régia e pontual.

Indago a V. Ex^a, Sr. Presidente, se concedo a palavra ao primeiro orador, para que possamos ter uma maior presença em plenário. (*Pausa.*)

Portanto, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para que ele possa fazer uso da tribuna.

Neste instante, em nome do Presidente Eunício Oliveira, que já se encontra em plenário, convido a todos os Senadores e Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa para que compareçam ao plenário, uma vez que temos hoje sessão deliberativa extraordinária convocada para as 11h. Estamos iniciando a sessão pontualmente, Senador Requião, e estamos convidando todos os Senadores e todas as Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa, que as comissões possam suspender as suas atividades para darmos início à sessão extraordinária deliberativa.

Senador Roberto Requião, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Cássio Cunha Lima, Antonio Gramsci, filósofo italiano, recomendava que fôssemos pessimistas na análise dos fatos, mas otimistas na ação. Vou me guiar pelo conselho e, assim, darei a este pronunciamento que pretendo fazer o título de "Como retomar a esperança no meio do caos".

Estamos enfrentando um desafio do destino; é o maior desafio que a República já experimentou em todas as épocas e em todas as áreas. As instituições republicanas derreteram-se. Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, todos, por ação ou por omissão, perderam a credibilidade. Os políticos, por serem os mais expostos, são objeto direto do maior descrédito público – muitos de forma justificada, e muitos injustamente, diga-se.

O que dizer do Executivo, núcleo dos maiores escândalos financeiros e de corrupção já registrados na história brasileira recente? O que dizer do Judiciário, agora em guerra com o Ministério Público, trocando entre eles os maiores insultos? O que dizer da Polícia Federal, responsável por uma das operações de investigação mais incompetentes e mais prejudiciais à economia brasileira, a chamada Operação Carne Fraca, que expôs um dos setores vitais da produção e de geração de emprego à execração pública do mundo?

Olho para o futuro e fico perplexo, Senador Capiberibe. Se todas as instituições republicanas liquefizeram-se, por onde será possível reconstituí-las, reconstruí-las? O País não pode permanecer eternamente em coma, com sua economia também dissolvida.

Contudo, tomando em conta a própria natureza do sistema institucional que estamos desafiados a reconstituir, ousou dizer que a saída da crise, por mais desafiadora que seja, é essencialmente fácil. Ela é conhecida no mundo há mais de 80 anos. Muitos dos senhores e das senhoras que me ouvem na



TV Senado, na Rádio Senado e no nosso plenário também a conhecem. Vamos examiná-la com alguma profundidade.

A tragédia que vivemos deve-se à absoluta inépcia e à má-fé na condução do processo econômico. Tivemos a desgraça do *impeachment*, que nos distraiu de outras questões institucionais e que levou ao poder um grupo sem qualquer compromisso com o interesse público.

Esse grupo se apresentou como do PMDB, mas não reflete as posições políticas e o viés ideológico do velho MDB histórico e de guerra. Na verdade, esse grupo se apoia em um documento espúrio, Senador Capiberibe, chamado Ponte para o Futuro, que, quando apresentado em uma reunião nacional do Partido, em Brasília, foi repudiado por diretórios peemedebistas dos 17 Estados presentes e não foi sequer levado à votação; foi sonogado ao escrutínio da opinião dos companheiros presentes de 17 Estados, numa reunião da Fundação Ulysses Guimarães.

Ponte para o Futuro é um projeto do PSDB e do DEM, apropriado por alguns dirigentes do PMDB sem representatividade política ou histórica. Mesmo sem a aprovação do Partido, atropelando todas as instâncias, desonrando Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Pedrosa Horta, Marcos Freire, os principais pontos dessa desvairada coletânea do entreguismo, escravagismo, neocolonialismo e neoliberalismo transformaram-se em programa de Governo.

Na verdade, o documento seminal do PMDB, seu grito de guerra político no ocaso da ditadura, com a participação de seu pai, Senador Cássio, reflexo do compromisso do Partido com o povo, chama-se Esperança e Mudança. Ali se propõe a recuperação da prática do planejamento econômico governamental, e a ideia do Estado como provedor essencial do bem-estar social.

O projeto social do PMDB foi uma construção generosa que se refletiu na Constituição de 1988, sacramentada no conceito de seguridade social. É essa construção que o Governo Temer, em sua ponte sem destino, tenta destruir de uma canetada, invocando a cumplicidade do Congresso Nacional, para destruir a Previdência Social.

Todavia, estou convencido, pelo que conheço de meus pares, sobretudo do Senado, que esse embuste não será aprovado. Já tratei disso, especificamente, em pronunciamento anterior. Não vou repeti-lo. Apenas insistirei na afirmação categórica de que a proposta da reforma da previdência é um embuste, uma traição à Constituição de 1988 e a destruição do sonho quase realizado do Esperança e Mudança.

Convoco meus pares do meu velho MDB de guerra e todos aqueles que têm lutado por um Estado Social no Brasil a repelirem esse infame projeto. Chamo em primeiro lugar os peemedebistas, porque temos um dever histórico em relação ao Esperança e Mudança. Mesmo os que chegaram mais tarde ao Partido têm a obrigação moral de defender as teses tradicionais que caracterizaram o PMDB por um longo tempo, em um longo caminho de lutas.

Mas a sensibilidade social não pode ser privilégio de alguns partidos e grupos. O compromisso com a destruição do sistema previdenciário brasileiro, por razões ideológicas, é apenas do PSDB e do DEM. Todos os demais devem ter a consciência livre para escolher o caminho certo da justiça social, inclusive os partidos vinculados a confissões religiosas.

Peemedebistas, reafirmo: a terceirização, a reforma da previdência, entre outras iniciativas facinorosas contra o povo, são projetos do PSDB e do DEM, não do velho MDB de guerra. Vamos dar nomes aos bois, às raposas e às hienas: foi o agora Ministro Moreira Franco, o ideólogo máximo da república temer-meirelliana, quem contrabandeou essa excrecência para dentro do PMDB. Dando



um mergulho passadista em sua militância, e valendo de sua posição de presidente da Fundação Ulysses Guimarães, Moreira Franco encomendou a um notório economista de mercado, notoriamente vinculado à dobradinha PSDB-DEM, a malfadada Ponte para o Futuro. Por favor, peemedebistas, esse programa não é nosso! O Governo Moreira Franco não é nosso!

Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham, reconheço que não apenas no PMDB, mas em todos os partidos há muitos Parlamentares envolvidos em irregularidades. Entretanto, não quero fazer julgamentos, isto é para fascistas, para a direita irracional e peçonhenta, todos têm direito à presunção de inocência e ao devido processo legal. Quem lhes fala, por sinal, não está envolvido em um único inquérito ou processo de Lava Jato ou de outras operações policiais.

Também não poupei críticas, às vezes, violentas, aos que comprovadamente prevaricaram. Entretanto, se temos que reconstituir as instituições, como disse, isso tem que partir de um esteio seguro. E esse esteio, queiram ou não, só pode ser o Congresso Nacional renovado. Sim, do contrário estaríamos em um mundo de ilusões.

Em uma democracia, quem faz as leis é o Congresso Nacional, o Executivo as aplica e o Judiciário julga segundo essas leis. Como será possível reconstituir as instituições a não ser a partir da reconstrução do sistema legal, mediante leis necessariamente votadas pelo Congresso Nacional? É claro que a estatura moral de um Presidente da República conta como um fator importante na reconstituição das instituições, mas ele pouco pode fazer sem uma firme articulação não fisiológica com o Congresso.

Em síntese, o desafio com que nos defrontamos implica uma reconstrução ética nas relações entre o Legislativo e o Executivo. Por certo que, na preparação das eleições do próximo ano,...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... teremos que adotar medidas decisivas para aprimorar e reconduzir os riscos de manipulação do sistema político pelo poder econômico e pela mídia comercial. Devemos isso à sociedade brasileira, a esta geração e aos nossos filhos, como aos filhos de nossos filhos.

Como disse, temos um desafio do destino, devemos responder a ele com coragem e sabedoria. Afirmei, no início, que é fundamental enfrentar a crise econômica, inclusive como pré-condição para enfrentar a crise política.

Disse e repito que é uma opção fácil, basta fazer o que Franklin Roosevelt, nos Estados Unidos, e Hjalmar Schacht, na Alemanha, fizeram nos anos 30, do século passado. Para reverter uma depressão gigantesca,...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... similar à que enfrentamos no Brasil hoje, os dois líderes ampliaram consideravelmente o gasto público deficitário, criando demanda, investimento, emprego e mais demanda, com o que recuperaram uma situação fiscal inicialmente deteriorada.

Fizeram, pois, Senador Cássio Cunha Lima, o oposto do que está sendo feito no Brasil, tendo em vista a obsessão ideológica...

(Soa a campanha.)



O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... de Henrique Meirelles e Michel Temer.

A saída, ela está logo aí! O que, então, estamos esperando? Sr^{as} e Srs. Senadores, ou reagimos ou seremos varridos pela maré montante da crise.

É com pessimismo que olho pela janela da realidade brasileira, mas é com otimismo que vejo a possibilidade de sairmos do caos.

Obrigado pela tolerância, Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Não poderia ser diferente, Senador Requião.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com a licença dos inscritos, queria fazer só uma justificativa, porque eu estou me ausentando hoje da Casa mais cedo: eu preciso antecipar minha viagem para o Pará, porque vou participar de um congresso de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Por isso, eu vou estar ausente da sessão também à tarde, mas vou para uma atividade muito importante, dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais do meu Estado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – A justificativa de V. Ex^a está devidamente registrada e consignada.

Passo os trabalhos ao Presidente Eunício Oliveira. (*Pausa.*)

(O Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Ordem do Dia.

Item 1 da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador João Capiberibe, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

Parecer nº 551, de 2015, da CCJ.

Relator: Senador Aécio Neves.

Favorável, com a Emenda de nº 3 da CCJ (Substitutivo) que oferece.

As Emendas nºs 1 e 2 são consideradas inexistentes por não terem sido adotadas pela Comissão, nos termos do art. 124, inciso I, do Regimento Interno.

Há sobre a mesa requerimento de tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição de nºs 24, de 2012, e 131, de 2015. (**Requerimento nº 199/2017 – Vide item 2.2.1 do sumário**)

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 131, de 2015, e da Proposta de Emenda à



Constituição nº 24, de 2012, por versarem sobre o mesmo assunto, qual seja, segurança pública. Senador Romero Jucá.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento; contra o voto do Senador João Capiberibe.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CCJ.

Item 2 da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que extingue o chamado foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns.

O Parecer nº 933, de 2016, da CCJ; o Relator é o Senador Randolfe Rodrigues, é pela rejeição da Emenda de nº 1 e favorável às Emendas de nºs 2 a 4, nos termos da Emenda 6, da CCJ, substitutivo, que oferece.

As Emendas de nºs 1 a 4 são consideradas inexistentes, e a Emenda de nº 5 foi retirada pelo autor.

Esta é a quarta sessão de discussão da proposta da emenda, em primeiro turno.

Não há quem queira discutir.

Foram recebidas as Emendas de nºs 7 a 10, de Plenário, tendo como primeiros signatários os Senadores Roberto Rocha, Fernando Bezerra Coelho e Cássio Cunha Lima, respectivamente. (**Vide item 2.2.2 do sumário**)

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão. (*Pausa.*)

O item 3 da pauta é um projeto da Câmara.

Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010 (nº 1.404, de 2011, naquela Casa), de iniciativa da CPI da Pedofilia, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.

Parecer sob o nº 920, de 2015, da CCJ; o Relator foi o Senador Humberto Costa, favorável à Emenda nº 3 e contrário às Emendas nºs de 1, 2 e 4.

Há sobre a mesa um requerimento de destaque para a Emenda de nº 1. (**Requerimento nº 200/2017 – Vide item 2.2.3 do sumário**)

Então eu vou, de ofício, retirar esta matéria de pauta, voltando esta matéria na próxima terça-feira.

Item 4 da pauta.

Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado 38 (nº 4.402, de 2008, naquela Casa), do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 244-A da Lei 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) – perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.

O Parecer é favorável, sob nº 1.176, de 2015, da CDH. A Relatora foi a Senadora Fátima Bezerra.

Discussão do Substitutivo da Câmara, em turno único.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 287 do Regimento Interno:



O substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos [...]

Nesse sentido, como a Senadora Fátima Bezerra está ausente, eu também retiro de pauta esta matéria para votação na próxima terça-feira.

Item 5.

Projeto de Lei da Câmara de nº 55, de 2008 (nº 7.310, de 2006, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu.

O Parecer sob nº 1.137, de 2008, da Comissão de Educação; a Relatora foi a Senadora Fátima Cleide, favorável, com a Emenda nº 1, da CE (Substitutivo), que oferece. Ao projeto não foram apresentadas emendas, nem oferecidas perante a Mesa.

Discussão do projeto e da emenda em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Votação da Emenda nº 1, da CE (Substitutivo) que tem preferência regimental.

Não havendo quem queira encaminhar matéria, eu consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores e pergunto: os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o substitutivo, e fica prejudicado o projeto original.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo o vencido para turno suplementar será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 47/2017-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.4 do sumário**)

Matéria recebida da Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei de Conversão de nº 2, de 2017, que cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 751, de 2016). (**Vide item 2.1.3 do sumário**)

A Presidência comunica ao Plenário que o prazo de vigência da medida provisória esgotar-se-á em 19 de abril.

A matéria está incluída na pauta da Ordem do Dia de hoje. (*Pausa.*)

Como temos prazo, a matéria está incluída na pauta da Ordem do Dia de hoje, mas ela trancará a pauta; e nós a discutiremos na próxima terça-feira.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, acredito que esteja sobre a mesa um requerimento, com mais de 50 apoiantes, solicitando urgência, Sr. Presidente, do Projeto de Lei nº 386, de 2016, de minha autoria, que designa 30% dos recursos que são destinados ao Sistema S para a Seguridade Social, especialmente para cobrir o rombo da aposentadoria rural.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de que esse requerimento fosse lido e colocado para aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Esse requerimento teria que ser lido hoje antes da Ordem do Dia, mas eu me comprometo com V. Ex^a que, na próxima terça-feira, eu farei a leitura do requerimento de V. Ex^a.



O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada Ordem do Dia.

Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Jorge Viana. E peço a gentileza do Senador Cássio Cunha...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Peço a gentileza do Senador Cássio Cunha Lima para que assuma os trabalhos como 1º Vice-Presidente desta Casa, para que eu possa cumprir uma agenda no Gabinete da Presidência, recebendo em audiência autoridades que lá estão anteriormente marcada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Antes de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Antes de V. Ex^a deixar a cadeira de Presidente para o nosso Vice-Presidente Cássio, eu queria renovar meus votos, Presidente Eunício Oliveira, à observância do Regimento Interno por V. Ex^a no comando do Senado.

Ontem a sessão deliberativa começou no horário certo; hoje pontualmente, às 11h, V. Ex^a estava aqui, no plenário, para começar a sessão deliberativa.

E eu quero dizer – e falo por mim, não sei se falo por outros Senadores – que houve a melhoria da qualidade da produção do que fazemos aqui.

Ontem o debate sobre o projeto que veio da Câmara em relação à proteção das crianças que sofrem violência e têm que fazer depoimento, da Deputada Maria do Rosário, foi uma prova disso. Todos participaram; houve um debate franco muito grande.

Então, isso tem ajudado na qualidade da produção legislativa, mas, sobretudo, na nossa qualidade de vida, porque a gente chegar aqui às oito e meia da manhã e sair à meia-noite não é condição humana de trabalhar, Presidente.

Eu quero renovar os cumprimentos a V. Ex^a pela observância desse processo. Como disse naquele dia que V. Ex^a se manifestou: o senhor não é vassoura nova.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Obrigado, Senadora, e eu quero deixar bem claro que esse foi um compromisso que assumi com os Srs. Senadores, com as Sr^{as} Senadoras e até com o corpo de funcionários e técnicos desta Casa.

Nós temos condições de produzir muito mais, entendo eu, dentro do Regimento, sem ferir o Regimento, cumprido fielmente o Regimento e os compromissos assumidos de preservar aquilo que dá o norte nesta Casa, que é exatamente o nosso Regimento, e obviamente a Constituição Federal e as leis, que estamos obrigados a cumprir.

E mais, Senadora, e mais! Eu vi ontem, na imprensa, a imprensa curiosa para saber quais os motivos de uma reunião com oito Senadores de partidos diferentes. Talvez essa nova metodologia vá nos permitir – como está nos permitindo – voltar a fazer o que nós estamos aqui para fazer: política.



Devemos conversar entre posições contrárias, entre partidos da oposição e da situação, para que possamos fazer aquilo que é nosso papel: discutir, debater e fazer política. E as pessoas até se assustaram: "Ora, como oito Senadores se reuniram de partidos diferentes? Qual era o assunto?" O assunto vai ser sempre o assunto de política e de interesse da sociedade brasileira.

Então, nós vamos ter tempo, inclusive, para nos reunirmos quando quisermos, fora da Casa ou até na própria Casa, para fazermos aquilo para que a sociedade brasileira nos colocou aqui: não apenas leis, mas também debates. E, assim, fazermos a política, que é essencial para a democracia brasileira, entendo eu – e creio que também a senhora e todos os outros que compõem esta Casa.

Obrigado, Senadora.

E eu passo a palavra ao Senador Jorge Viana, o primeiro orador inscrito.

Senador Jorge Viana, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, antes – porque eu sei que V. Ex^a está saindo daqui um pouco – eu queria cumprimentá-lo.

Eu confesso que estranhei ontem. Nada contra a opinião dos jornalistas, mas V. Ex^a se dedicou, a sua esposa – eu sei e torno público. V. Ex^a não me autorizou, mas eu torno público: pegou próprios da sua família, pôs na residência oficial, fez o devido registro, num espaço onde, certamente, ocorrerão muitas reuniões. Então, se é notícia, nenhum problema. Agora, ficar parecendo que nós não vamos poder mais conversar... V. Ex^a falou: "Jorge, pode passar lá em casa." De quantas reuniões eu participo, com Senadores de vários partidos, discutindo o momento que nós estamos vivendo, a crise que nós estamos vivendo no País.

O Senador Requião acabou de fazer um discurso firme e duro, como sempre faz, apontando o dedo para onde ele entende que estão os erros e apontando o caminho das saídas para o País. É a mesma coisa.

Eu parablenho V. Ex^a e acho que todos têm que sair desse sobressalto. Não há esquemas aqui – pelo menos eu não tenho conhecimento – montados. O que há aqui é a preocupação de Líderes de vários partidos com a crise que estamos vivendo.

Então, eu faço essa ressalva. E é para falar sobre isso que eu vim à tribuna, Senador Requião.

Vim para fazer uma leitura de parte de um texto do Veríssimo de hoje, esse gaúcho fantástico, que sempre escreve e passa grandes lições na sua fala. Ele faz uma mensagem para nós Congressistas hoje. Ele trata da medida do Trump lá – do que está ocorrendo, a influência do FBI nas eleições americanas, do Kremlin –, mas ele trata aqui do papel do Congresso. Eu faço uma breve leitura de pelo menos alguns pontos, porque acho que vale uma reflexão sobre o que nós estamos fazendo. Eu tenho sido crítico de que um Governo, com as características que tem, com a Base que tem, sem ter passado pelas urnas, dificilmente reúne as condições de fazer as mudanças importantes de que o Brasil precisa. Por que não um pouco de paciência, adotar algumas medidas na gestão pública, ter uma nova eleição, em que os candidatos apresentam as teses para o País, para a solução da crise? E o resultado seria a escolha de um governo que melhor representa a vontade que o povo tem de ver as mudanças acontecendo. E o Veríssimo diz: "Os projetos de terceirização e reforma da Previdência afetam justamente a maioria da população, a maioria que não está no Congresso" e nem no Governo. Ele faz aqui uma série de referências e diz: "Os projetos de terceirização e reforma da Previdência



afetam justamente a maioria da população", a maioria que não está aqui para se defender. Eu acho que isso tem de ser motivo de reflexão nossa.

Veríssimo diz, no seu artigo de hoje:

Li que a Lei das Privatizações vai ser mais "dura" do que sua versão original, que não agradou aos empresários. Os empresários pediram para o Temer endurecer. Os empresários têm o ouvido do Temer. O povo era um vago murmúrio, longe das conversas no Planalto.

Não há muita diferença entre o que acontece hoje e como era na Velha República [Senador Requião, ele faz um paralelo entre o que está acontecendo hoje, com essas tentativas de fazer mudanças atabalhoadas que afetam e mudam radicalmente a história e a vida do povo e do País, sem que se tenham as condições reunidas para pensar e promover medidas como esta], em que o país era governado por uma casta autoungida [V. Ex^a falou ainda há pouco da tal Ponte para o Futuro], que só representava a si mesma.

Agora é até pior, pois a aristocracia de então não se disfarçava. Hoje, temos uma democracia formal, mas que também representa poucos, e se faz passar pelo que não é.

Claro, sempre é bom, quando se critica o Congresso, destacar as exceções, gente que na sua briga para torná-lo mais representativo quase redime o resto. Que se multipliquem.

Eu peço, Sr. Presidente, para constar nos *Anais do Senado* este artigo de hoje do Veríssimo. Ele não é dono da verdade, mas ele traz uma reflexão, de fora para dentro, do que está ocorrendo no País e do que está ocorrendo aqui na nossa Casa.

Eu ouço o Senador Requião, com muita satisfação.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Senador Jorge Viana, não é só isso. Eu, agora há pouco, lia pela internet – porque, afinal, onde se consegue notícia no Brasil, hoje, é na internet – que, dentro desse desvario de medidas autoritárias e não discutidas, dentro da visão "dependentista" do Brasil, o Governo fez dois acordos militares secretos com o Pentágono. Um desses acordos culminará com a entrega da Base de Alcântara. É a ideia da dependência absoluta! É o "dependentismo" do famoso livro do Fernando Henrique Cardoso, escrito junto com Enzo Faletto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É pior do que na Velha República, então?

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – É o "dependentismo"! É o fim de um projeto nacional! É a dependência absoluta! E isso está sendo feito à sorrelfa, como quer o Moreira Franco, na sua Ponte para o Futuro – o fim do Estado nacional, o fim do Estado social, o Estado mínimo. O liberalismo econômico, vencido no mundo, pede socorro, asilo e encontra asilo no Brasil. É completamente irracional! E qual é o resultado disso? O Ipsos fez uma pesquisa para ver como está o Governo, e o Governo do Moreira Franco, do Meirelles e do meu amigo Temer tem 90% de rejeição. Será que eles não perceberam ainda o que eles estão fazendo com o Brasil? E eu não quero nem falar o que estão fazendo com o PMDB, porque assim acaba que o PMDB – que, numa reunião nacional, rejeitou a Ponte para Futuro – é o responsável por tudo aquilo que o Governo está fazendo. E nós aqui no Congresso não abrimos os olhos. Só o que vale é cargo e emenda? Não há consciência? Não há capacidade de raciocinar sobre o fim do Estado social e do projeto nacional brasileiro? Palmas para o Veríssimo! E os meus cumprimentos pela reprodução do artigo feita por V. Ex^a neste momento.



O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, senhor colega, Senador Requião.

Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a participação e o aparte do Senador Requião, eu, na condição de Presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, trago outra preocupação com a medida adotada pelo Presidente Trump que rompe, na prática, com o compromisso americano firmado no acordo do clima, em Paris, em 2015.

O mundo inteiro celebramos o maior acordo entre as nações com o propósito de reduzir as emissões de gases que alteram a temperatura do Planeta, o que já é comprovado pela comunidade científica. Já estamos num processo de mudança do clima, mas, com as reduções, com as mudanças da matriz de transporte, com a mudança da matriz energética, com a redução do desmatamento, com a valorização dos recursos naturais, o mundo se comprometeu a evitar, com as mudanças todas, que a temperatura aumente mais do que dois graus. Nesta semana, o Governo Trump rompe com a espinha dorsal, com todos os fundamentos estabelecidos no governo Obama para o cumprimento do Acordo de Paris, o acordo do clima. E ele traz, Senador Requião, os argumentos – que nós discutimos hoje na Comissão de Relações Exteriores – mais absurdos! Ele defende a volta do incentivo à produção de carvão. Ele diz que o incentivo à intensificação do uso de base energética de combustível fóssil é que vai gerar emprego, é que vai fazer com que a economia possa ser retomada.

Ledo engano. Qualquer um que se debruce a estudar sabe que o acordo do clima, que a busca do desenvolvimento sustentável, que a mudança nas matrizes de energia, de transporte são não uma obrigação, mas uma oportunidade, que nós vamos debater na Comissão, que os países têm – no caso do Brasil, sem nenhuma dúvida – de ganhar, inclusive, mais dinheiro e de gerar mais emprego com inovação. Quem acha que pode ser prejudicial para um País como o nosso mudar toda a sua matriz de transporte público para energia renovável, para energia elétrica, por exemplo? É claro que a nossa matriz energética tem uma composição muito boa diante do mundo, com a energia renovável, mas imagine se nós deixarmos de queimar combustível fóssil no transporte público, por exemplo?

Eu estou chamando uma reunião da Comissão de Mudança Climática para quarta-feira da semana que vem, às 14h30, no auditório da Comissão de Relações Exteriores. Estamos trazendo autoridades – eu conversei com o Fernando Bezerra, com outros colegas – da área: o Embaixador Marcondes, que é quem faz a negociação do Brasil, para que ele possa dar uma panorâmica sobre como fica a implementação do acordo do clima diante deste novo cenário, para que se possa vislumbrar o que vai ocorrer em Bonn, na COP 23, neste ano; o Prof. Viola, da Universidade de Brasília, que já aceitou o convite; o Observatório do Clima; e especialistas que podem nos ajudar a ter uma melhor compreensão do impacto que vamos ter a partir dessa decisão do Governo Trump.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, eu queria ressaltar que o jornal *The New York Times* de ontem fez um editorial exclusivo sobre essa postura do Governo Trump,

28 de março de 2017

Não demorou muito [Olhem como é a imprensa nos Estados Unidos].

Somente 10 semanas na presidência, e provocando grande risco para as gerações futuras, Donald Trump ordenou a demolição da maioria das políticas do presidente Barack Obama para combater as mudanças climáticas, reduzindo as emissões de combustíveis fósseis.

A briga começou com a promessa do Sr. Trump em Detroit de reverter os padrões de eficiência de combustível para carros e caminhões, continuou com um mesquinho plano de



orçamento que terminaria com o financiamento de programas científicos relacionados ao clima e atingiu o ápice nesta infeliz terça-feira com a ordem executiva para que, entre outras coisas, acabe com a peça central da estratégia de energia limpa de Obama, uma regra que desligaria centenas de antigas usinas de carvão e congelaria a construção de novas. [Era a proposta americana. Aqui no Brasil não é diferente. Temos grupos defendendo que se ande para trás, que se caminhe para o século XX e não para o século XXI.]

Nada disso foi inesperado de um homem que descreveu a mudança climática como um embuste inventados pelos chineses para destruir a indústria americana e que se cercou de oficiais de gabinete e assistentes que conhecem ou se importam pouco com a questão do aquecimento global e suas consequências. Em muitos casos, esses devem seu sucesso político à generosidade das empresas de petróleo, gás e carvão.

Ainda assim, a reunião na Agência de Proteção Ambiental na terça-feira foi profundamente desalentadora – e não apenas por causa das cansadas queixas do Sr. Trump sobre a regulamentação de trabalho [vejam que é a mesma agenda do Brasil: desregular as relações de trabalho]. Ou suas falsas promessas de gerar mais postos de trabalho para os trabalhadores do carvão, cuja indústria está em declínio irreversível por causa do gás natural mais barato e pela decisão de triplicar as fontes de energia mais limpas como a eólica e solar.

[...]

Eu vou pedir também para constar nos *Anais do Senado Federal* este editorial e faço aqui a ressalva de mais alguns pontos.

É desalentador porque desconsidera o apoio público generalizado para a proteção ambiental – incluindo os apelos dos executivos de centenas de grandes corporações americanas. Eles temem que, sem inovação energética, seus custos vão subir e sua vantagem competitiva sobre as empresas estrangeiras serão perdidas.

Talvez o mais importante, a ignorância do Sr. Trump despojou a América de seu papel duramente conquistado como líder global em questões climáticas.

[...]

Mas a verdade é que o Sr. Trump, para todos os efeitos práticos, repudiou Paris. As iniciativas que ele ameaça dismantelar são as mesmas que apoiam a promessa expansiva de Obama em Paris de reduzir até 2025 as emissões de gases de efeito estufa da América em mais de um quarto abaixo dos níveis de 2005.

Os Estados Unidos assumiram um compromisso, assim como o Brasil também assumiu, e agora, ao invés de dar uma satisfação no cumprimento desse compromisso assumido em Paris, em 2015, vem o Governo dos Estados Unidos fazendo exatamente o contrário. Então, eu queria aqui que constasse dos *Anais do Senado Federal* esse editorial do *The New York Times* que retrata, com um nível importante de detalhe, os riscos que o mundo corre a partir das primeiras medidas que o Governo Trump adota.

Eu comecei falando dos problemas do nosso País. Presidente, V. Ex^a já foi Governador, Prefeito, eu também fui. Para quem trabalha na política, se credencia para isso ou tem a delegação do voto para isso, sendo governo, uma das melhores maneiras de fazer a inclusão social e gerar



emprego é sendo governo. Quando um governo acerta, a situação muda para melhor, mas, sendo governo, também tem-se o risco de errar; e, quando o governo erra, afeta gerações inteiras. O Governo do Brasil não pode tratar os aposentados da maneira que querem tratar, com desprezo, fazendo uma mudança da lei para atender ao mercado, para atender à elite empresarial, que sempre foi a grande beneficiária deste País. O Governo brasileiro não tem autoridade para mudar e desmantelar todas as garantias trabalhistas, num mundo que está dinâmico, que precisa ter a sua legislação trabalhista atualizada, mas não destruída. Ela tem que ser atualizada para o século XXI e não levada para uma era pré-Vargas, como estão fazendo no Congresso ou como ameaçam fazer neste período.

Então, Presidente, me restam dois minutos. Eu queria fazer aqui, primeiro, uma manifestação de pesar. Hoje, perdemos um acriano ilustre, de família tradicional, um grande amigo, o Sr. João Moura, que faleceu. Ele tinha uma empresa de transporte, trabalhou comigo quando eu era prefeito. Tem uma família muito querida.

À sua esposa, Sílvia, e aos seus filhos eu quero aqui prestar minha solidariedade, minhas condolências, lamentando não estar no Acre hoje para poder estar junto da família e dos amigos.

O Sr. João Moura é um exemplo de amor pelo Acre, de empresário, de pioneirismo. Daqui a pouco, vou fazer, na minha rede social, uma manifestação à memória dele, à sua família. Vou me solidarizar com a família.

Por último, quero também registrar que hoje é o aniversário do Município de Plácido de Castro, terra em que minha mãe nasceu, que leva o nome do nosso herói, do herói da Pátria. Quero cumprimentar todos os placidianos, como eles são chamados. Gosto muito. É um Município próximo de Rio Branco, a 90km de Rio Branco. Estive recentemente lá, já neste ano, e voltarei...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... porque, no meu caso, Presidente Cássio, são 22 Municípios, e posso ir pelo menos duas vezes por ano aos Municípios, apesar da distância. De Rio Branco a Cruzeiro do Sul é muito longe; para Thaumaturgo e Porto Walter é mais longe ainda.

Mas a parte que me alegra muito na política, além de a gente se sentir útil, podendo trabalhar, defender os interesses do cidadão, da sociedade, é também vivenciar a realidade do Estado, da terra da gente.

Eu vou retomar agora as agendas no interior, que tinha começado. Parei por conta dos problemas de saúde e pelo falecimento do meu pai, mas vou retomar o trabalho de visitas agora, com a agenda, que é o que gosto muito de fazer: parar nos lugares, tomar café, comer a comida caseira, ter boas conversas, ouvir. Quando faço isso, volto para cá me sentindo com um pouquinho de autoridade de poder falar com mais conexão com a verdade, com os desejos do cidadão brasileiro sobre os temas que o Brasil...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... que o Congresso discute.

Então, agradeço a todos que me ouviram pela Rádio e TV Senado, cumprimento, e fica aqui o meu voto de pesar pelo falecimento desse querido e grande acriano, amigo, o Sr. João Moura.



Obrigado, Presidente.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR JORGE VIANA. (Vide item 2.1.2 do sumário)

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Artigo de Luis Fernando Verissimo - Representação
- Editorial do The New York Times - Presidente Trump arrisca o planeta

(Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Jorge Viana, a Mesa se incorpora às condolências à família de João Moura, pelo relato que V. Ex^a fez, um acriano importante para o Brasil e para o seu Estado.

Neste instante, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, inscrito pela Liderança do Partido Verde.

Na sequência, teremos a palavra do Senador Paulo Paim, que fez permuta com o Senador Cristovam. E, na sequência do Senador Paim, ouviremos a Senadora Gleisi Helena Hoffmann.

Senador Alvaro Dias, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Ministro Meirelles é surpreendente.

É inadmissível, num período de crise que se aprofunda a cada passo, anunciar aumento de impostos.

Fica a impressão de que a única alternativa que este Governo encontra é a de colocar a mão grande, braço longo, mão grande, no bolso do contribuinte brasileiro para tapar os buracos abertos pela incompetência e pela corrupção.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Alvaro Dias, permita-me só uma frase?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero só lhe cumprimentar pela coerência. V. Ex^a fazia essa crítica no passado e faz no presente. Há alguns que faziam essa crítica no passado e calam-se no momento. É só essa frase que eu queria. Meus cumprimentos pela coerência.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Eu agradeço a V. Ex^a, porque esta é uma preocupação recorrente: a da coerência. Acho fundamental, em respeito a quem representamos, adotar sempre uma postura de coerência, de sinceridade e de transparência absoluta na nossa postura no Parlamento brasileiro.

Eu não entendo como pode, numa hora como esta, se anunciar aumento de impostos para tapar um rombo de mais de R\$58 bilhões no orçamento de 2017, que vai nos levar a um déficit de R\$139 bilhões neste ano.

É bom observar que esse rombo de R\$197 bilhões é menor do que o valor que o Governo reservou a mais do que em 2016 para pagamento de juros e amortização da dívida.



O Governo fala em aumentar impostos mais uma vez, mas não apresenta nenhuma alternativa para uma administração mais competente da dívida pública brasileira. Nós estamos falando de R\$367 bilhões a mais do que o ano passado, neste ano, para o custeio da dívida pública. Vinte e sete por cento a mais do que gastou em 2016!

Eu não ousa afirmar que o Meirelles é mais Ministro da Fazenda do sistema financeiro do que do País, mas essa é uma realidade que nos choca, porque, até este momento, nós ouvimos sugestões do Governo de reformas da previdência, de reforma trabalhista e não ouvimos em nenhum momento qualquer alternativa proposta pelo Governo para uma administração mais competente da dívida pública brasileira, uma dívida que consome neste ano 52% do que o Governo arrecada – 52%! É impossível atender às demandas. É impossível resolver os problemas existentes no País.

Não é a reforma da previdência que vai tapar todos esses buracos abertos pela incompetência. O que se faz é uma inversão de prioridades. O que se pretende é cobrar um preço salgado demais daqueles que nada devem em relação à crise existente hoje. Não é o trabalhador, não é o aposentado, não é o empresário que paga impostos. Não. Não são responsáveis pela crise que se aprofundou no Brasil. Não são fracassados os brasileiros. Fracassados são os que governam e que levam o País a uma crise monumental como esta que nós estamos vivendo.

Nós anunciamos, lá por volta de 2010, que o Governo estava preparando uma bomba relógio de efeito retardado que, inevitavelmente, explodiria na economia do País. E essa explosão ocorreu.

Hoje, nós estamos antevendo repetição desse fato em relação à área social, sobretudo educação e saúde. Se medidas competentes não forem adotadas pelo Governo, nós teremos, sim, a explosão dessa bomba relógio de efeito retardado na área social, atingindo especialmente os mais pobres deste País. Exatamente agora, quando nós temos uma queda de 3,6% no PIB brasileiro, o Governo aumenta 27%, em relação ao ano anterior, do que gastará para a rolagem dessa dívida pública monumental, que hoje passa de R\$3 trilhões. Aliás, o Governo está gastando, por dia, mais de R\$1 bilhão no pagamento de juros e serviços da dívida pública brasileira – R\$1 bilhão por dia.

Portanto, o responsável pelo rombo no orçamento não é a Previdência Social nem os gastos de custeio do Governo, o rombo no orçamento decorre desse monumental aumento de recursos para o pagamento dos serviços da dívida pública, que é o grande problema das finanças públicas, que o Governo Federal e o Ministro Henrique Meirelles insistem em ignorar.

É por essa razão que nós aprovamos, aqui no Senado Federal, um requerimento de minha autoria que pede ao Tribunal de Contas da União auditoria da dívida pública brasileira. Nós precisamos saber que dívida é essa, quanto realmente devemos, se parte dessa dívida já não foi paga. Precisamos saber quais são os privilegiados com essa dívida. Obviamente, os bancos e os banqueiros são os únicos beneficiados com dívida pública, que cresceu de forma irresponsável nos últimos anos no Brasil.

De acordo com o portal SIGA Brasil do Senado Federal, a previsão – como eu disse – de pagamentos de juros e encargos da dívida é de R\$280 bilhões; amortização e refinanciamento da dívida, R\$1,075 trilhão, somando em 2016 R\$1,355 trilhão. Neste ano, nós chegaremos a R\$1,722 trilhão. Portanto, esse é o acréscimo de 27% na previsão orçamentária.

Olha, falar em aumentar impostos para tapar esse rombo deliberadamente construído é uma falta de seriedade com a população brasileira – para não dizer falta de retidão –, população que já paga carga de tributos exorbitantes para a manutenção do Governo.



Alguns exemplos: 48% da conta de luz que cada cidadão paga é imposto; 46% da conta de telefone que cada um paga é imposto; 53% do preço da gasolina é imposto; 41% do preço das rações para cães e gatos é imposto; 46% do preço do refrigerante é imposto; dos preços dos cremes de beleza e de barbear, 57% de impostos; 34% do preço do gás de cozinha é imposto.

Os governos descobriram, e faz tempo, que a abrangência e o consumo massivo dos itens acima os colocavam como veículos espetaculares de arrecadação. Sempre que pretendem retirar mais dinheiro do bolso dos brasileiros, diluem pequenos aumentos nessas contas...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... que, uma vez incorporados, nunca mais saem. A conversa de imposto temporário é balela, é lábia para enganar os brasileiros.

A população não está disposta a pagar mais impostos. A população exige profissionalismo na gestão, e não um engano patrocinado por prepostos de grupos poderosos que olham para o orçamento brasileiro como se olhassem para uma saborosa bola de presunto.

Sr. Presidente, aumentar impostos agora é semear o infortúnio entre os brasileiros que trabalham, porque é ameaçar um desemprego ainda maior. Aumentar impostos agora é uma trombada na realidade do nosso País, que exige investimentos, que exige alavancagem do processo de crescimento econômico para a geração de empregos. Hoje, o desemprego é o grande drama da família brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço o Senador Alvaro pela observância do tempo. Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Paulo Paim, que dispõe de vinte minutos para a sua fala. Já que estamos após a Ordem do Dia, são vinte minutos, tempo suficiente para o pronunciamento de V. Ex^a. E, na sequência, como já anunciado, concederei a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

Tem V. Ex^a a palavra, pelo tempo de vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cássio Cunha Lima, Presidente dos trabalhos, eu falo hoje sobre a CPI da previdência.

Sr. Presidente, 62 Senadores assinaram o documento para que a Casa vá no detalhe, receba todos os dados dos procuradores da Fazenda, dos auditores da Receita, dos auditores fiscais do trabalho, no sentido de demonstrar que a previdência pública brasileira – esse é o objetivo – não está falida, é superavitária e que não precisamos retirar direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras, do campo, da cidade, da área pública, da área privada.

Não tirar as especiais, tão fundamentais para aqueles que atuam em áreas consideradas insalubres, penosas, perigosas e perigosas. Como exemplo, a questão dos policiais civis, que perderão esse direito, como os metalúrgicos, como aqueles que trabalham em minas, produtos químicos, enfim, todos aqueles que têm esses direitos.

Então, a pergunta que não quer calar fica sendo aquela: quem tem medo da CPI? Sinto que, embora – repito – 62 Senadores tenham assinado, há uma certa lentidão na indicação dos nomes para a CPI. Tenho certeza de que indicarão. Acho que todo o cuidado é pouco, é um tema importante, vai ser um grande debate naquela Comissão sobre essa questão, mas eu quero, Sr.



Presidente, repetindo o que já disse aqui o Senador Eunício Oliveira, solicitar a todos os partidos que indiquem os seus representantes nessa tão importante Comissão, que tem o apoio de 90% do povo brasileiro.

Eu lia ontem que uma cidadezinha do interior de Minas Gerais mandou para nós, aqui, 5 mil assinaturas, pedindo a instalação imediata da CPI. Cidade com 30 mil habitantes, 5 mil assinaturas chegaram aqui. E eu falei ontem, detalhadamente, da importância de movimentos como esse em todo o País.

Mas vamos lá, para mostrar um pouco por que queremos a CPI.

Conforme dados da Anfip, empresas devem para a Previdência mais de R\$500 bilhões, número que, se somado à fraude, à corrupção, ao desvio, pode chegar a R\$1 trilhão, só com a Previdência.

Enfim, quem são os 500 devedores? Temos uma lista que já está na internet divulgada – aqui eu tenho parte dela só, mas diversos líderes estão apresentando a lista. Nessa aqui, por exemplo: Varig, R\$3 bi, quase R\$4 bi; JBS, quase R\$2 bi; Vasp, R\$2 bi; Associação Educacional do Brasil, R\$1,5 bi; Banco Comercial, R\$1,5 bi; Transbrasil, R\$1,2 bi; Marfrig, R\$811 milhões; Instituto Candango, R\$700 milhões; Águas e Esgotos do Piauí, R\$585 milhões; e por aí vai. Há, inclusive, Itaú, Bradesco, Gazeta, enfim, eu vou parar de citar, para não citar todos, mas vão aparecer.

"Reforma da Previdência ignora R\$426 bilhões devidos por empresas ao INSS."

O outro documento demonstra, só nos últimos quatro anos, em torno de R\$100 bilhões de apropriação indébita – é aquele dinheiro que se desconta do salário do trabalhador e não se repassa à Previdência.

Vamos lá, responder perguntas que o povo faz. "Por que e como acontecem as fraudes? Quem são os fraudadores? Onde está a corrupção? Como acontece a cobrança dos débitos? A cobrança é efetiva? Há fiscalização? Se existem R\$500 bilhões a receber, por que não são executados como deveriam? Quanto a Previdência deixa de arrecadar com as tais anistias?"

Dão anistia, negociam a dívida por 20 anos, depois negociam por mais 20 anos, depois mais 20 anos, depois mais 20 anos, e o cara continua não pagando.

Por que as desonerações? Por que os governos as utilizam de forma seleta, quando não deveriam conceder a desoneração para ninguém, porque é o dinheiro do trabalhador, que deveria ser revertido para ele no momento da aposentadoria? A DRU (Desvinculação de Receitas da União), definitivamente... Em 2013, foram retirados da seguridade R\$120 bilhões por ano. Os governos usam o dinheiro da Previdência para fazer superávit? Usam o dinheiro da seguridade e da Previdência para responder à questão da dívida pública, como aqui foi comentado?

Muito mais do que isso, nós queremos aprofundar lá na CPI. É importante dizer – e tenho aqui documentos – que a OAB está nessa campanha nacional contra essa reforma da previdência e exigindo a investigação via CPI. A CNBB já orientou – e deixarei documentos aqui na mesa – a todas as suas paróquias que façam esse debate, que exijam a instalação da CPI e mostrem para o povo que não é necessária essa reforma. Nem vou falar de centrais sindicais. Nem vou falar aqui do Ministério Público do Trabalho, associações de juízes, de estudantes, movimentos de mulheres, de aposentados e pensionistas (a Apap, por exemplo), as câmaras de vereadores, prefeituras, associações



de bairros, clubes de mães, grêmios estudantis, que nos mandam documentos pedindo somente isto: instalem a CPI. Vamos ver quem é quem e vamos dizer "não" a essa reforma da previdência.

Para encerrar esse assunto, eu faço mais uma vez um apelo. É claro que eu virei todos os dias à tribuna, porque todo mundo sabe que eu sou muito teimoso nesse sentido. Perguntaram-me se a CPI é para valer. Vai ser para valer, sim. CPI é um instrumento natural do Parlamento. Nós vamos lá, vamos sentar, vamos discutir, vamos apontar caminhos, vamos apontar soluções que não sejam essa, como eu tenho visto aqui, praticamente de todos os partidos. Como está, não pode. Não pode! Há aquele cálculo que eu tenho a ousadia de repetir, e ninguém até o momento, pelo menos daquela visão que querem a reforma... Não é 65, para completar 49 de contribuição. Vai ficar entre 70 e 80 a idade mínima, devido ao desemprego que você tem ao longo da sua vida laboral. O meu cálculo – eu dizia outro dia – vai dar em torno de 72, 74. Outros chegarão a 84. Alguns chegarão a 90 anos. Há até charge nas redes sociais, demonstrando um cidadão correndo atrás do outro – no caso, se referia a um policial. Ele fez concurso, começou muito mais tarde, e vai ter que ter 49 de contribuição, correndo atrás de um moleque com 20, 25 anos. É uma disputa desleal.

Enfim, a pergunta é: Quanto é possível recuperar da dívida com o INSS? Aqui, especialistas demonstram, num gráfico, e dizem que, se for feita a cobrança efetiva, é possível recuperar 90% – 89,7%. Dá para recuperar 90%. Ou seja, são de setores que podem pagar o que devem e, daqui para frente, não sonegar mais, não roubar mais, não se apropriar do dinheiro do trabalhador e, efetivamente, passá-lo para a Previdência.

Ou seja, com esses dados, nós queremos mostrar que não há déficit e que é possível, sim, aplicar a fórmula 85/95, porque a fórmula 85/95 já obriga... Vamos pegar 95: o cidadão tem que ter 60 anos de idade e 35 de contribuição. Tudo bem, toda vez que a expectativa de vida aumentar, na mesma proporção, aumentará a idade e o tempo de contribuição. Isso já é lei, aprovada há um ano e meio. Para a mulher, é 30 de contribuição e 55 de idade. Toda vez que a expectativa aumentar, também aumentará, na mesma proporção, a idade e o tempo de contribuição.

Sr. Presidente, a Constituição de 1988 apontou uma série de itens. V. Ex^a foi Constituinte, eu fui Constituinte, outros tantos foram, e nós colocamos lá que não é só a contribuição de 20% do empregador e de 8% a 11% do trabalhador; é tributação sobre lucro, sobre faturamento; o Cofins, enfim; a loteria, PIS/Pasep; quando havia a CPMF, também contribuía; e, quando você faz uma operação qualquer, está embutido ali também um percentual para a nossa Previdência. Se respeitarem tudo isso, mantendo uma gestão quadripartite – Governo, iniciativa privada, trabalhadores aposentados –, como pede o art. 194 da Constituição, com certeza, nós vamos assegurar um superávit ainda maior para a nossa Previdência Social.

Eu nem vou repetir aqui tudo que já falei. Só deixo aqui documentos, como este muito bem feito pela OAB; este outro que diz: "Trinta motivos para ser contra a reforma da previdência", e um outro que sintetiza, em dez motivos, também na mesma linha, para ser contra a reforma da previdência. Deixo documento também dos Procuradores da Fazenda Nacional, que detalhadamente, em 15 pontos, mostram que isso não é necessário. Eles mostram, com esses dados, Sr. Presidente, como este que vou ler aqui... Vou ler só um. Casualmente, é o de nº 13: "A dívida ativa total da União, incluindo contribuições previdenciárias não recolhidas, ultrapassa 1,8 trilhão." Ou seja, em torno de dois trilhões. Desse total, vocês vão ver que mais de 400 bilhões, como eu já havia falado, são dívidas para a Previdência. No quadro de procuradores da Fazenda Nacional, porém, há somente



pouco mais de 2 mil membros em sua carreira de apoio – ele precisaria ter em torno de 10 mil procuradores. E eles atestam que conseguiriam dobrar a arrecadação da nossa Previdência.

Sr. Presidente, eu queria, com todos esses documentos que eu vou deixando aqui na mesa, alertar a todos que não há como nós não nos debruçarmos, não aprofundarmos o debate sobre os números. É claro que o debate é social, é político, e faremos isso na CPI. Alguém me disse: "Não, mas o Governo tem maioria." Lá não é nada de Governo, para mim, ou de oposição. É um grupo de homens e mulheres que querem aprofundar os dados. Só isso. E nós haveremos de, ali, naquele espaço de responsabilidade política, econômica e social, apontar os caminhos para a nossa Previdência e demonstrar que não é preciso, não, privatizar a Previdência. No fundo disso tudo, na minha avaliação, há o interesse do sistema financeiro de meter a mão nesse orçamento que é maior, eu diria, que o da maioria dos países da nossa América Latina.

Se pudermos, vamos fazer, até porque, nos países que optaram pelos fundos de pensão privada, na maioria os bancos decretaram falência – só daquele fundo de pensão, não do banco – e disseram: "Foi um investimento de risco e faliu. Adeus! Não há aposentadoria." Foi o caso – já repeti aqui e gosto de lembrar – do Chile, da Argentina e, inclusive, inúmeros nos Estados Unidos.

Por fim, Sr. Presidente, eu só quero fazer outro registro – é claro que não vou ler. Nós estamos chegando ao dia 2 de abril, Dia Mundial de luta e de Conscientização do Autismo. A data foi instituída em 2007 pela Assembleia Geral da ONU.

Nós tivemos a alegria, na Comissão de Direitos Humanos, quando fomos procurados por um grupo de pais e mães de autistas, de construir a Lei 12.764, de 2012, de iniciativa popular, que, na verdade, veio de uma mãe de um autista do Rio de Janeiro – eu me lembro aqui –, Berenice Piana. Foi uma iniciativa popular. Nós a acatamos na Comissão e fizemos um amplo debate em outras comissões – diversos Senadores e Senadoras foram também Relatores –, e hoje ela é lei no Brasil.

Nós nos associamos também à imagem do autista, quando nos lembramos desse debate, que virou um clássico do filme *Rain Man*. Acho que todos nós vimos o filme – eu tive a alegria de ver. A personagem principal possuía altas habilidades para lidar com números e tinha uma memória fora do comum. Ele tinha síndrome de Asperger, uma das formas mais raras e leves do espectro autista.

Sr. Presidente, eu peço que considere na íntegra o meu pronunciamento, em que faço uma homenagem singela aos pais, às mães, aos militantes dessa causa.

Termino dizendo que, segundo dados da ONU, no Brasil são mais de dois milhões de pessoas com esse transtorno. O que muito tem contribuído para desmistificar e derrubar muitas ideias preconcebidas sobre o autismo, é a comunicação e a troca de informação entre os familiares das pessoas com transtorno do espectro autista.

Sr. Presidente, lembro também aqui – e aí que quero terminar – que a PEC da Previdência, volto à previdência dentro do discurso sobre o autismo, vai atingir todas as pessoas com deficiência, principalmente os mais vulneráveis, como aqueles que recebem o Benefício da Prestação Continuada (BPC). O BPC é um benefício no valor de um salário mínimo pago aos idosos e pessoas com deficiência que possuem renda familiar inferior a um quarto do salário mínimo. Essa renda familiar é, muitas vezes, a única renda capaz de custear o custo de vida dessa família. Hoje, uma família que já possui alguém que recebe o benefício...

(Soa a campanha.)



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... não é impedida de receber o outro, por exemplo: um idoso e um deficiente. Se a PEC da Previdência for aprovada, nos termos em que está, desaparece a possibilidade de a família que tenha duas pessoas ganhando, por exemplo, o correspondente a um salário mínimo – um vai perder o benefício.

Sr. Presidente, era isso.

Eu só peço o registro do documento que eu recebi aqui agora. Com a tolerância, sempre, de V. Ex^a. Greve dos servidores municipais de Cachoeirinha. Confronto, muito forte lá, com a polícia. Na região metropolitana de Porto Alegre, Cachoeirinha, a Brigada Militar entrou em confronto, hoje pela manhã. Bombas de efeito moral e balas de borracha foram usadas.

Eu, mais uma vez, faço um apelo – conheço muito bem a população de Cachoeirinha, fica ao lado de Porto Alegre, entre Canoas e Gravataí – para que não haja essa violência contra os grevistas.

Os servidores estão há 25 dias paralisados. Teriam sido proibidos de acompanhar a votação inclusive de temas de seu interesse na Câmara de Vereadores, e por isso o conflito.

Eles querem o quê?

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Melhores salários, condições de trabalho, garantia de direitos e pedindo auditoria – tipo uma CPI – nas contas da prefeitura, para que sejam dadas as devidas explicações sobre a situação da previdência naquele Município.

Sr. Presidente, agradeço muito a V. Ex^a.

Peço que considere, na íntegra, os meus pronunciamentos.

Obrigado.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem, Senadora.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, na realidade é um aparte de final ao Senador Paim, apenas para informar ao Senador Paim e também aqui ao Plenário do Senado que a Bancada do PT já fez as suas indicações para a CPI da Previdência. Aliás, o nosso titular vai ser o Senador Paim, que foi a pessoa que coletou as assinaturas, se esforçou desde o início, brigou muito por essa CPI, e quero parabenizá-lo. Sessenta e duas assinaturas é muito expressivo. Mostra já o posicionamento do Senado da República em relação à reforma da previdência que está sendo discutida no Congresso Nacional. Ou seja, há um questionamento. E nós já fizemos a indicação: V. Ex^a como titular e o Senador José Pimentel, nosso ex-Ministro da Previdência Social, como suplente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um especialista na área.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Exatamente, para participar. E obviamente que a Bancada vai dar todo apoio aos nossos Senadores. Vamos estar juntos também nessa luta e nos trabalhos da CPI para apoiá-los.



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Aproveito só para dizer uma frase: hoje à noite estaremos lá no Paraná em um grande evento, amanhã, na Assembleia Legislativa sobre previdência e direito dos trabalhadores. E, na segunda, em Florianópolis, também, a partir das duas da tarde, um grande evento... A partir da manhã, começa 9h da manhã, sobre previdência e direito dos trabalhadores.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Teremos a honra de estar lá com V. Ex^a e com o Senador Requião.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Senador Paim, quando for da conveniência de V. Ex^a, eu gostaria de um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É neste momento.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Sr. Presidente, meu conterrâneo Cássio Cunha Lima, estou aqui também ao lado do meu conterrâneo, o Presidente do PMDB da Paraíba, Senador José Maranhão. Semana passada, Senador Paim, eu recebi a visita de um grupo de professores, pessoas muito educadas, muito bem informadas. E eles me disseram o motivo da visita, de uma forma muito cortês, com muita cortesia, gostariam que eu fosse contra a reforma da previdência. E eu disse que o mais cômodo para mim, a posição mais cômoda, mais fácil, seria ficar contra a reforma da previdência. Mas eu quero dar a vocês, em relação ao meu posicionamento, que eu vou ficar dentro da reforma da previdência, inclusive para ouvir os pontos de vistas de vocês e aí apresentar aquelas emendas ao projeto da previdência que forem para aperfeiçoar. Eu, por exemplo, tenho algumas ideias, Senador Paim, que é o mesmo pensamento do Senador Cássio Cunha Lima e é o mesmo pensamento do Senador José Maranhão, nós não queremos, se depender de nós, não vamos permitir que haja uma mudança na idade de aposentadoria dos aposentados rurais: mulheres, 55 anos, e homens, 60 anos. Por quê? Porque é um trabalhador... Todos são diferenciados, cada trabalhador tem uma característica, quem trabalha em uma siderurgia, quem trabalha num escritório, quem trabalha dirigindo um ônibus, quem trabalha numa fábrica, numa casa comercial, num *shopping*, então, todos são diferenciados, são iguais e diferentes. Mas há uma diferenciação muito clara do trabalho do trabalhador rural. Ele sai de madrugada, não tem feriado, às vezes só descansa o domingo, não é? E você sabe as dificuldades que têm o trabalhador rural. No Sul é muito frio, no Nordeste é muito quente, e, muitas vezes, com essa crise hídrica, o trabalho fica redobrado e a produção e o resultado são mínimos. São pessoas muito sofridas e que precisam ser protegidas e ter preservados os seus direitos conquistados. É importante lembrar aqui também que, na Constituinte – eu fui colega Constituinte do Senador Cássio, e na época, do Deputado Zé Maranhão. O Deputado Cássio era o mais jovem aqui do País, e ele apresentou aumentar de meio salário mínimo, a proposta foi dele, de meio salário mínimo para um salário mínimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estava lá, fui Constituinte também e dou também o testemunho.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – E apesar de ele ser muito jovem, o mais jovem Constituinte, mas teve essa inspiração, que melhorou a qualidade de vida de muitos brasileiros, de milhões de brasileiros. Então esses direitos nós vamos preservar. Agora, vamos preservar ficando



dentro da reforma, participando. Eu tenho algumas ideias que vou apresentar as emendas, vou lutar por elas,...

(Soa a campanha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... vou defender, para que os direitos sejam preservados, os direitos dos trabalhadores. Uma coisa também que há na minha mente é a diferença entre a idade do homem e da mulher, porque, apesar de nos países desenvolvidos essa idade já estar igual, o mesmo tempo, a mesma idade para aposentadoria dos homens é igual à das mulheres, mas eu entendo que há uma diferença da carga de trabalho entre o homem e a mulher. A mulher trabalhadora chega a casa, vai cuidar dos meninos, vai alimentar, muitas vezes, vai cuidar da medicação, vai ajudar a fazer o trabalho escolar, e às vezes ainda sai para fazer supermercado. Esse trabalho também é feito pelo homem hoje, mas é majoritariamente feito pelas mulheres. Então nós temos que pensar nesse diferencial. Então eu acho importante a CPI de V. Ex^a. Nós assinamos, eu assinei, o Senador Cássio Cunha Lima assinou também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os três Senadores da Paraíba assinaram.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – O Senador Ataídes assinou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Também assinou.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Porque é importante essa CPI, porque é uma CPI que vai dar uma clareza à situação atual da Previdência Social. Em função dessa clareza, deste quadro momentâneo, do momento, como ele está, o retrato atual da Previdência Social, é que nós vamos nos posicionar em relação ao que devemos fazer para o futuro. Então. eu acho que é importante essa CPI. E tirar essa dúvida de forma definitiva, se há ou não...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Transparente, tranquila.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... déficit na Previdência Social. Então eu acho que há, outros acham que não há, entendeu? Então há essa divergência em relação a se há ou não. Então a CPI de V. Ex^a está chegando num momento muito oportuno, muito momentoso, porque ela vai nos dar um norte de como nós devemos trabalhar dentro da CPI. Mas quero concluir as minhas palavras neste breve aparte, Senador Paim, dizendo o seguinte: eu me sinto mais confortável em ficar dentro da Previdência Social, dentro da reforma aqui no Senado Federal. Não vou opinar enquanto ela estiver na Câmara dos Deputados. Aqui, para que aquilo que é convicção, que eu tenho convicção de que deve ser melhorado, deve ser aperfeiçoado, eu vou trabalhar nessa direção. Portanto, seria muito comodismo de minha parte dizer "não, sou contra, estou fora, etc. e tal". Então, eu acho que esse foi o posicionamento que eu dei para aquele grupo seletor naquele momento, e é essa posição que eu vou participar. Porque se eu sair, ela vai ser aprovada sem eu colocar as mudanças, aqueles pontos que são convicções já firmadas na minha mente e no meu coração. Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador. Permita-me só que eu diga que, até o momento, eu não vi um Senador, um, que concorde com essa reforma como está. Isso é bom. Significa que, aqui, nós vamos fazer um grande exercício, vamos aprofundar e vamos encontrar caminhos que garantam efetivamente uma



Previdência cada vez mais saudável para todo brasileiro. Na Câmara, eu não sei, porque lá há gente que defende ela como está. Aqui no Senado, Senador Cristovam, eu não vi um Senador ou uma Senadora que defenda a reforma como está.

Ainda ontem eu falava com o Senador Ataídes. E ele me dizia: como está, não contem eles comigo; agora, discutir, aprofundar, encontrar caminhos. Fizemos isso à época do Presidente Lula também e encontramos caminhos, que foi a PEC paralela.

Mas o Senador Cristovam parece que queria dar uma contribuição a este debate, que, ao mesmo tempo em que preocupa, chama todos nós a falar sobre o tema.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Paim, eu creio que podemos nos dividir a nós políticos de muitas maneiras. Mas uma, que eu diria, Senador Cássio, é: os políticos que fazem contas e os que fazem de conta. O futuro está com os que fazem conta. Agora, os que fazem de conta representam, às vezes, um anseio mais imediato. Agora, os que fazem contas há dois tipos: os que fazem contas e aqueles que fazem contas e convencem o povo de que a aritmética deve ser respeitada e de que seus números são certos. Eu não tenho dúvida de que, hoje, a Previdência, se a gente analisa as contas, vai precisar de reforma, como o próprio Senador Paim também acha. O que eu temo, Senador Cássio, é que a proposta que estão fazendo, além de ter coisas com as quais eu não concordo, ela faz as contas sem convencer que essas contas estão baseadas nos números certos e que estão usando a aritmética conforme suas regras. A CPI, a meu ver, pode permitir mostrarmos as contas e convencermos o povo, porque, se não fizermos uma reforma, alguma reforma, vamos ter uma falência financeira, sem dúvida alguma para mim, pelos números que eu vejo. Mas, se fizermos sem convencer o povo, vamos ter uma falência política democrática daqui a alguns anos: a falência da não reeleição de muitos que vão votar nessa proposta – mas aí você vai para casa com a consciência tranquila – e a falência política do sistema, que vai exigir mais adiante a inflação como solução, porque a inflação resolve todos os problemas e cria outros muito piores. Então, eu assinei a CPI por isto: porque é o momento de mostrarmos os números. Para isso, é claro, eu espero que não venham só números manipulados, manipuladores. Que haja espaço para todas as posições. E isso eu confio que o senhor vai conduzir nesse sentido e que vamos esclarecer. Por outro lado, aproveitando que hoje podemos falar um pouco mais, eu imagino, a reforma que vier tem de levar em conta os números e os desejos que a gente tem. Vamos ter o desejo de manter privilégios ou vamos ter o desejo de igualar a previdência para todos? É um desejo. E aí, conforme, os direitos. Agora, além disso, Senador, temos de ver também que os desejos que nós temos, casados com as equações dos números, têm uma transição. Há o problema, por exemplo, dos professores. Eu desejo que um dia a aposentadoria de professores seja igual a de qualquer trabalhador, mas hoje não dá, porque hoje a carga de um professor é de tal maneira exigente, salas ruins, salários baixos, alunos sem motivação, que igualar a idade do professor com a idade dos demais trabalhadores geraria um problema sério na educação. Não precisa ser presidente de sindicato de professores para perceber que hoje a gente precisa, num período de transição, uma idade especial para professores. Eu desejo que um dia não haja diferença na idade dos homens e das mulheres para a aposentadoria de cada um deles, mas é preciso uma transição em que levemos em conta as cargas maiores de trabalho das mulheres que trabalham na rua e em casa. Então, são dois desafios: como a gente deseja o futuro ideal de uma aposentadoria e como a gente vai fazer uma transição que convença os atuais eleitores, cidadãos e cidadãs, de que esse passo leva a sacrifícios que eles aceitem em nome dos seus filhos, dos



seus netos e do Brasil? Esse é o desafio. Eu espero que a gente consiga conduzir da maneira correta. Nem ignorar e deixar de fazer as contas, nem fazer as contas ignorando a vontade da população atual, que tem seus egoísmos, seus interesses, suas visões, seus projetos de vida, que, de repente, vão ser perturbados. Eu espero que a CPI traga isso. Para tanto, ela não pode demorar em pedir o avanço da reforma necessária. Há a reforma desejada, há a reforma necessária. E, na reforma necessária, é o que é possível, mantendo o apoio popular. Em última instância, é melhor uma reforma que não traga o que se deseja do ponto de vista ideal para as contas, mas que tenha o apoio popular. Numa reforma imposta, mesmo que pelo Congresso, não por um ditador, é uma reforma que nasce fracassada. Daí eu ter sido um dos primeiros a apoiar a sua proposta de CPI. Não sei em que número está a minha assinatura, mas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um dos primeiros, com certeza.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... um dos primeiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, aqui neste plenário, todos assinaram.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Todos somos iguais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desde o primeiro momento, alguns dissera: "Olha, dá um tempinho que eu assino, mas assinarei." E todos aqui cumpriram a palavra, todos.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Era isso que eu queria deixar aqui. Há políticos que fazem contas, e outros que fazem de conta. Mas os que fazem contas têm que respeitar, convencendo o povo de que essas contas estão certas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me só dar um exemplo: eu ouvi um Parlamentar dizendo que havia uma trabalhadora rural, achando que trabalhadora rural não sabe fazer conta, e ele a ouvia falar e parecia uma especialista na matéria. E disse ele: "Era uma atriz contratada." Pois vou convidar esse Parlamentar a ir ao interior do Rio Grande do Sul e caminhar dentro chiqueiro onde ela vai todo dia limpá-lo e quebrar milho na roça. Essa é a questão de ser ou não ser, fazer de conta e fazer conta.

Por isso, Senador Cristovam, a verdade tem que prevalecer. Ela me ligou indignada, é a cidade, se não me engano, de Selbach ou algo assim. "Senador venha e traga ele junto. Ele vai levantar comigo às 6h da manhã, vamos tirar leite, depois vamos para roça, vamos limpar as estrebarias. E eu tenho criação de porco aqui também." V. Ex^a conhece bem e, como sou do interior de Caxias do Sul, também conheço.

Eu vou convidar esse Parlamentar. Ela não é atriz coisa nenhuma. Mas ela foi olhar os números, foi olhar dados...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu assisti ao vídeo, inclusive.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assistiu ao vídeo?



A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Assisti.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acha, porque é uma trabalhadora rural, que tinha que ser gordona, sei lá o quê? Não. Era uma mulher elegante que trabalha todo dia. A elegância dela não é numa academia; é lá na roça todo dia. Ele achou que era uma atriz. Não é atriz coisa nenhuma. Não vou citar o nome do Parlamentar, porque ele se equivocou. Acho que até a achou bonita, achou: "Aquela mulher elegante falando tudo aquilo", mas vestida com bota, com chapéu na cabeça.

Essa é a verdade que nós queremos, só a verdade.

Presidente, obrigado.

E, se V. Ex^a precisar, eu estou à disposição de assumir aí, com muita honra, no seu lugar.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM. (Vide item 2.1.2 do sumário)

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM. (Vide item 2.1.2 do sumário)

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Nota do SINPROFAZ;
- OAB se posiciona oficialmente contra a reforma da Previdência;
- Reforma da Previdência ignora R\$426 bilhões devidos por empresas ao INSS;
- Nota da CNBB sobre a PEC 287/16;
- Reforma da Previdência em 10 pontos.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Paim, agradeço a gentileza de poder assumir a condução dos trabalhos.

Agradeço igualmente à Senadora Gleisi Hoffmann, que, de forma paciente e tolerante, permitiu o bom debate sobre um tema extremamente relevante que é a reforma da previdência. Já havia me manifestado, Senador Ataídes, em outras oportunidades, daqui da mesa, em relação ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), não há como mexer nisso, até porque não é previdência, é assistência social; como também quanto ao trabalhador rural, o Senador Raimundo Lira, de forma muito gentil, confirmada a posição de V. Ex^a, lembrem que foi por minha iniciativa, Senadora Gleisi, que incluímos na Constituição esses dois dispositivos que hoje geram muita polêmica no que diz respeito à aposentadoria do trabalhador rural. Portanto, teremos um bom debate, sou signatário também da CPI.

E, antes de passar a palavra a V. Ex^a, eu quero, com muita alegria, registrar a presença, nas nossas galerias, e dar as boas-vindas, em nome do Senado Federal, a todos os estudantes do curso de Fisioterapia de Anápolis, em Goiás, da UniEVANGÉLICA. Sejam muito bem-vindos!

Apenas para que possamos explicar, nós já tivemos, hoje pela manhã, a Ordem do Dia, que diz respeito às votações das matérias, e, neste momento, após a Ordem do Dia, os Senadores e Senadoras inscritos fazem debates sobre os temas da sua preferência que são trazidos para a discussão no



plenário. Então, sejam todos muito bem-vindos! O Senado da República os acolhe de forma muito fraterna e calorosa.

Tem a palavra a Senadora Gleisi Helena Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Cássio.

O debate que nós tivemos aqui foi muito importante, e eu acho que esses momentos que nós temos em plenário, em que o plenário não está tão cheio, não estamos discutindo a Ordem do Dia, são momentos relevantes para que façamos o debate de temas que têm impacto na vida do País, na vida das pessoas.

Eu queria saudar todos os Senadores e Senadoras, saudar quem nos assiste pela TV Senado e nos acompanha pela Rádio Senado, quem nos visita aqui hoje nas galerias. Sejam muito bem-vindos a esta Casa!

E queria, antes de iniciar o meu pronunciamento, que é sobre um tema específico das universidades estaduais, em particular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, da Uerj, falar um pouquinho sobre a previdência, porque o impacto da reforma da previdência não vai ser apenas sobre a vida das pessoas, do trabalhador do campo, do agricultor, da mulher, que vai ter que trabalhar mais tempo, as professoras, 15 anos a mais, as mulheres trabalhadoras rurais, dez anos a mais, não vai ser só sobre isso, vai ser sobre a vida do País.

O Dr. Prof. Marcio Pochmann, da Unicamp, num debate, numa conferência que fez recentemente sobre a previdência, trouxe alguns dados interessantes, Senador Paim, sobre o impacto da reforma na macroeconomia brasileira. Ele diz o seguinte: de cada R\$10 que circulam no País, R\$4 têm origem em benefícios previdenciários. Então, 40% do dinheiro que circula têm origem em benefício previdenciário, porque, depois que universalizamos a previdência, a partir da Constituição de 1988, e ampliamos os benefícios e aumentamos o salário mínimo, isso teve um impacto muito grande no enfrentamento da pobreza e da miséria neste País. Então, mexer com isso é desequilibrar uma base forte da economia. Quarenta por cento do dinheiro em circulação neste País vêm de benefícios previdenciários.

E ele diz mais: que, se mudarem as regras, vamos colocar no mercado de trabalho, automaticamente, 15% a mais de pessoas que vão deixar de se aposentar. Ou seja, essas pessoas vão disputar o mercado de trabalho numa situação em que já temos problema de emprego. Senador Requião, vamos passar de 13% para 25% de desempregados.

Então, olhem o impacto que isso vai dar. São mais 12 milhões de pessoas, disputando as vagas no mercado de trabalho. Isso vai ter impacto nos salários, vai ter impacto na renda das pessoas, na remuneração, e vamos ter uma perda na arrecadação da própria previdência de 7 a 8%.

Esses dados são muito importantes. Estava ali conversando com o Senador Requião, que me mostrou – inclusive, estão publicados no *Brasil de Fato*, jornal *on-line*, que tem feito um belo trabalho de acompanhamento sobre os impactos da reforma tributária, que traz essa palestra do Prof. Marcio Pochmann, que mostra com muita clareza o que significa o impacto da previdência.

Então, não tenho dúvidas de que isso vai ser uma catástrofe para o País, assim como já sendo a catástrofe da PC 55, que foi aprovada aqui, que foi a Emenda Constitucional nº 95. É lamentável que estamos vendo, hoje, o Governo se justificar, para tentar recompor um déficit de R\$139 bilhões,



porque, se ele não o fizer, ele vai ter esse déficit elevado para R\$197 bilhões, ou seja, são R\$58 bilhões a mais de rombo nas contas.

Vão contar R\$40 bilhões das despesas e ter aí R\$16 bilhões de receita: receitas extraordinária e de aumento de tributos. Isso vai ser a base para o orçamento de 2018, aprovado por esta Casa, que vai ser o que gastar em 2017, mais a inflação. Imaginem: se este orçamento já está absurdo, imaginem como será o orçamento de 2018.

Senador Paim, é erro em cima de erro deste Governo. É um Governo que não tem capacidade gerencial, política, de governança do País. Como é que pode fazer tanta coisa errada ao mesmo tempo e propor tantas reformas equivocadas para acabar com a vida do povo brasileiro?

E aí não é uma questão de fazer contas não; é uma questão de ser ruim para a população, Senador Cristovam, porque essas contas que estamos vendo hoje da previdência, a reforma impacta mais na nossa economia, vai trazer mais prejuízo para o nosso fiscal, do que se a previdência continuar assim. Imaginem, vai dar um efeito de queda na arrecadação da previdência de 7 a 8%, porque vai tirar de circulação grande parte do recurso que, hoje, é base da economia. Quarenta por cento do que circula na economia brasileira vem de benefício previdenciário.

Então, imaginem o impacto disso na arrecadação, o impacto disso no fiscal. Vai ser uma tragédia! É um cálculo burro que eles estão fazendo! Nós estamos perdendo no fiscal agora, mas eles têm de ver que não estão perdendo, que os recursos da seguridade dão base para a gente pagar os benefícios previdenciários se nós não tivéssemos a DRU e se o regime próprio de previdência dos servidores não fosse colocado lá como uma despesa da seguridade.

Então, essa CPI da previdência, eu tenho certeza, vai ser um norte, um clareador, vai colocar luz sobre esses números para que a gente corrija isso. Senão, nós vamos desestruturar a já cambaleante economia brasileira que nós temos.

E não é por outro motivo, Senador Cristovam, que hoje o Instituto Ipsos traz a divulgação de uma pesquisa – e eu pude acompanhar aqui pelo *site* Brasil 247 e também pela revista *Fórum* – que diz que 90% dos brasileiros dizem que o Brasil do Temer está no rumo errado, que o "Fora, Temer!" unifica o País. Aí, não é possível dizer que somos nós de esquerda, do PT, que somos oposição, que conseguimos isso, até porque, digamos assim, nosso apoio político anda muito escasso – não é mesmo, Senador Paim? –, muito escasso. Então, nós não mobilizamos isso.

As pessoas estão vendo – estão vendo! – o que está acontecendo. São 90% que dizem que este País não tem rumo! E não tem, Senador Cristovam! E sabe por que não tem?

Primeiro: nós temos um Governo fraco que não pensa no País, que pensa em interesses pequenos e cotidianos.

Segundo: a economia está sendo gerida por quem tem cabeça financeira, do rentismo. E, portanto, tem que cortar previdência, tem que cortar recursos do orçamento, tem que fazer reforma trabalhista, ou seja, para a gente privilegiar um outro mundo, um mundo da rentabilidade, um mundo do juro e um mundo que é um mundo mais empresarial. É essa a cabeça. Então, a economia está dada a essa gente.

Terceiro: uma parte dos setores dominantes do Brasil está pensando naquilo que é melhor para si, está querendo defender o seu.

E quarto: nós temos uma guerra na burocracia estatal, Senador Requião, pois estão disputando os nacos de poder do Estado: o Ministério Público, o Judiciário, o Executivo, o Legislativo. Imagine,



essa gente não tem uma coesão na burocracia estatal! Cada um está disputando poder. Não pode dar certo um País assim!

Portanto, 90% – 90%! – dos brasileiros está olhando para este Governo e está dizendo: "Não vai dar certo! Vai dar com a cara no muro! Está errado o que está acontecendo no Brasil!" O Temer é um dos políticos mais impopulares: tem 80% de rejeição – 80% de rejeição! E a mesma pesquisa dá grande rejeição, também, para as Lideranças do PSDB.

E aí, pasmem: o político com maior popularidade no Brasil quem é? Luiz Inácio Lula da Silva – pode ter grande rejeição, mas é o que tem maior popularidade. Um homem que foi desconstruído por dois anos consecutivos – desconstruído! –, assim como a Presidenta Dilma.

Então, o pessoal aqui que apoiou a retirada da Dilma, que apoiou o golpe, as Lideranças aqui, elas são as que têm menor popularidade. E vão dizer o seguinte: "Não, nós articulamos; foi o nosso discurso aqui; foi a oposição." As pessoas estão vendo o que está acontecendo, estão olhando que o Brasil está se desintegrando. Tudo que nós conquistamos, um mínimo de Estado de bem-estar social que nós conquistamos neste País com a Constituição de 1988, foi para o ralo.

Por isso está certa a análise do Veríssimo, em que V. Ex^a fez um aparte, Senador Requião, ao Senador Jorge Viana. O Luis Fernando Veríssimo tem uma coluna hoje dizendo que nós temos uma crise de representatividade, que este Congresso não representa a maioria do povo brasileiro. Porque, se representasse, não apoiaria a terceirização, já que a terceirização impacta na maioria do povo – nos operários, nos trabalhadores, nos agricultores. Ele diz que este Congresso está, sim, com uma crise de representatividade, pois nós temos aqui muito mais lóbi empresarial e de setores conservadores do que do povo. Por quê? Porque nós temos um desvio do processo eleitoral – já tratamos disso aqui quantas vezes? Precisamos fazer uma reforma política. Mas não representa!

Cansei de dizer: aqui ganha o lóbi do sistema financeiro; aqui ganha o lóbi da Fiesp; aqui ganha o lóbi dos empresários; aqui ganha o lóbi dos servidores públicos da cúpula do serviço público, que vem aqui para dentro e faz – do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal, da Receita Federal. Não é do povão; o povão não chega aqui. Então, é sério o que nós estamos vivendo no País.

Nós vamos desmontar este País em nome do quê? Em nome do quê? De lucros? Em nome do quê? De melhorar a produtividade de quem, se grande parte do empresariado brasileiro é rentista? Nós vamos desmontar a Previdência social, que protege minimamente os pobres deste País, para quê? Para equilibrar contas? Para equilibrar o fiscal para pagar juros para esses rentistas que estão no Brasil? Para pagar juros escandalosos, quando já temos a inflação no centro da meta praticamente? Em que País nós estamos vivendo? O que essa gente está fazendo?

Nós tivemos muitos erros no nosso governo, Senador Paim; muitos erros. Concordo e acho que nós temos que fazer uma autocrítica. Concordo com as críticas. Mas um erro nós não tivemos; deste nós podemos nos orgulhar e andar de cabeça erguida neste Brasil: o de não tirar das pessoas mais pobres os poucos recursos que elas poderiam ter a partir da Constituição de 1988...

(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... e o de aumentar os programas sociais para ajudar essas pessoas. Nós conseguimos fazer um mínimo de distribuição renda neste País. E, por isso, eu ando de cabeça erguida.



O que essa gente está fazendo, lá do Palácio do Planalto, do Ministério da Fazenda, é acabar com a Nação brasileira. Não há compromisso de Nação. Acho que nós não temos sequer burguesia neste País, classe dominante, setor de elite. Nós temos gente rica, que pensa cada uma em si.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, quando V. Ex^a diz que o Presidente Temer tem 90%, isso me surpreende, pois eu acho que deve ser 100% o que acham que o rumo do Brasil está errado. Alguns podem até dizer que as medidas que ele toma são necessárias, mas eu acho que mesmo esses não estão convencidos do rumo que o Brasil está seguindo. Nós estamos numa situação de perplexidade e caos – duas coisas que, quando coincidem, são uma tragédia. É como se tudo estivesse pelo avesso e as mãos estivessem amarradas. É uma tragédia grande. Agora, a gente precisa se perguntar, já que a senhora reconheceu erros, quanto desses 90% de desaprovação é importado do passado – eu nem vou falar do governo Lula e Dilma –, importado do passado, do passado escravocrata, vou até longe, passado sem reformas, como a agrária; e quanto disso é a importação do próprio Temer. O Temer foi importado do governo anterior; foi eleito duas vezes. Na verdade, votaram nele quatro vezes. A Presidente Dilma tem mensagens fortíssimas dizendo que ele é o melhor Presidente que poderia existir se alguma coisa acontecesse a ela. Os próprios ministros dele, os que estão mais perto, cheios de denúncias, cheios de problemas, são importados também. Todos eles foram ministros do passado. O que mais me preocupa é que nós não vemos propostas claras dele de rumo. A gente vê medidas de contas, e o povo tem dúvidas se são as contas certas com os números certos. E aí a CPI virá para ajudar no caso da Previdência; mas depois vai ter que haver uma da terceirização, vai ter que haver uma de todas as reformas que são necessárias, mas que talvez não sejam essas que estão mandando para cá. O que me preocupa é que a gente não vê luz, não vê propostas, não vê uma oposição oferecendo alternativas, e isso me preocupa a ponto de que precisamos fazer uma autocritica nossa – eu, todos nós. O povo está descontente não só com o Temer, não; está descontente com todos nós.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É; é isto que está na pesquisa aqui: todo Congresso.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Todos nós: os que votaram pelo *impeachment*, os que votaram contra o *impeachment* – todos nós! Ao ponto, Senador Paim – o senhor e eu estamos nesse grupo e a Senadora também –, de nós termos que decidir se disputaremos eleição, reeleição. Eu acho que hoje, Senadora, quem disputar reeleição ou tem muita cara de pau, ou muito patriotismo; ou muita cara de pau por se expor a uma provável derrota – estou falando de todos nós, veja bem, insisto –, ou a uma vitória que vai carregar nas costas problemas seríssimos que o Brasil hoje tem, aí precisa-se de muito patriotismo. Ou é muito cara de pau de achar que o povo vai perdoar os votos que nós demos e as posições que nós tomamos, ou um patriotismo muito grande de continuar nessa atividade em um período de desagregação, que a gente começa a ver na sociedade em pequenos gestos. Hoje de manhã, o Bom Dia Brasil mostrava a quantidade de assaltos nas escolas. E agora não se assalta mais no fim de semana para roubar o computador; agora se entra na hora da aula para roubar os alunos. Estava lá a matéria! Ou seja, isso se generaliza de uma tal maneira que a gente está perdendo – ou já perdeu e não percebe – o controle completo. Então, quando a senhora diz que reconhece que cometeram erros, eu acho que devemos não mais se preocupar com os erros do passado; deveríamos discutir – e, aí, não só a



senhora, não só o PT, não só os partidos; nós todos – e fazer uma análise do que nós estamos errando agora, quais são os erros que nós estamos cometendo no presente momento. Com os da Presidente Dilma, com os do Lula eu não estou mais preocupado. Aliás, eu fui um dos que mais alertou aqui de que se cometia erros na economia.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas não estou mais preocupado com aqueles erros. Eu estou preocupado com os erros de hoje, mas não estou preocupado só com os erros do Governo Temer, não; estou preocupado com os nossos também. E do Governo Temer eu estou preocupado com erros, é verdade, mas estou preocupado mais ainda com a incompetência para explicar ao povo os acertos. Há coisas acertadas: está conseguindo reduzir a inflação...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas não há economia; tem que cair a inflação.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Tudo bem, mas está conseguindo; e isso é importante para o consumidor, isso é fundamental.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas o País não está consumindo, Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito bem, mas pelo menos...

Eu sei, eu não estou deixando de reconhecer isso, não.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não está consumindo! A inflação está baixa, porque não há atividade econômica.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito bem, Senadora. Agora, querer voltar ao velho estilo do passado de dinamizar com a inflação prejudica também os pobres, que a senhora vive defendendo aqui.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O Lula não dinamizou com inflação; o Lula não dinamizou!

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, a senhora não quer a inflação...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Claro que não.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então tem que reconhecer que a queda da inflação é boa.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Claro que não. Mas eu quero economia!

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então reconhece que é boa a queda da inflação.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu quero economia! Uma inflação que cai em uma economia inoperante para mim não adianta, porque causa desemprego.



O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, desculpe; eu disse que não queria ver o passado, mas, no governo que a senhora defendeu tanto aqui, havia inflação alta e recessão.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Inflação alta no final do governo Dilma.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não importa, mas houve inflação alta.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – No governo Lula e no início do governo Dilma não houve.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, não. Nós...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – No governo Dilma não houve; e recessão também não. Em recessão nós estamos agora.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, houve recessão. Não, Senadora, houve.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu vou deixar V. Ex^a terminar e vou lhe falar.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, houve dois anos de recessão e com inflação.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, não. De recessão... Não houve dois anos de recessão, mas eu vou lhe falar.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Um ano e meio, um ano e meio. Houve um ano e meio de recessão.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Houve um ano de queda de PIB sob o nosso governo. Depois, agora, está tendo recessão, porque é o segundo ano consecutivo de queda.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Este Governo está com seis meses. Eu não vim aqui para defender este Governo, mas está com seis meses. Essa recessão é consequência...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Este Governo é indefensável, Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Essa recessão é da tendência que vem do passado, Senadora. A senhora disse que reconhece que cometeu erro. Então...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vou lhe dizer os erros que acho que cometemos aqui.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, reconheça que houve erros.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vou lhe dizer o que nós...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não está querendo reconhecer. Não; vai reconhecer os do Temer.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, vou reconhecer os nossos. Vou lhe dizer quais são os nossos aqui.



O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ah, muito bem. Muito bem! Então nesses eu não vou entrar. Eu nem ia falar nisso, eu lhe disse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faça um apelo aos dois, porque o Senador Ataídes tem que pegar o voo também.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dentro do possível, se puderem...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu não quero discutir os erros do passado. Passou. Eu fui aqui um dos que mais alertou, mas passou. É hora de a gente discutir os nossos erros, de todos: os de Temer mais ainda, porque ele está na Presidência, mas os nossos também. Nós não estamos sabendo nos encontrar em busca de uma proposta; estamos como grupos sectários – eu, cada um –, sem nos encontrar, sem procurar um ponto comum, para que 100% da população não esteja achando que o rumo está ruim. E o povo tem 100% de razão de achar que o rumo está ruim, ainda que haja medidas corretas.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Cristovam, acho que o grande erro que nós cometemos aqui foi quando não consideramos a Constituição Federal e fizemos um processo de *impeachment* que não tinha base legal. A partir daí, o Congresso Nacional se desencontrou com o Brasil e começou a causar a maior crise institucional que este País já viu. Hoje há uma crise institucional, uma disputa na burocracia do Estado brasileiro pelos nacos de poder: Ministério Público, Judiciário, Executivo, Legislativo. Na hora em que nós rasgamos a Constituição e admitimos retirar uma Presidenta, que tinha sido eleita, sem haver crime de responsabilidade, demos condições ao Brasil de estar vivendo isso.

Um grande erro que tivemos foi ter feito a aliança com o PMDB e ter Michel Temer de Vice-Presidente. Esse foi um grande erro. Outro grande erro que nós tivemos foi ter levado Joaquim Levy, em 2015, para o Ministério da Fazenda. Esse foi um baita erro, porque nós íamos começar a recuperar a economia, inclusive com medidas de estímulo ao consumo, e ele foi lá e freou; fez exatamente o que este Governo está fazendo. Aí este Governo entrou e aprofundou as medidas de Joaquim Levy.

Nós merecemos fazer essa autocrítica por conta disto: nós aprofundamos a crise econômica neste País.

Agora, a importação dos erros do Temer não vem dos governos Lula e Dilma, não, porque esses governos foram um marco nesses 500 anos de história do Brasil, assim como foi o governo de Getúlio, assim como foi o governo de Jango. Um marco por quê? Porque colocou outras prioridades no centro da política e da economia: colocou os pobres, as pessoas mais comuns, mais simples, que precisavam de políticas públicas.

Nós fomos reconhecidos internacionalmente pelos programas que fizemos, pelo Bolsa Família, mas também pela valorização do salário mínimo, pelo Minha Casa, Minha Vida, pelo que discutimos aqui, Senador Paim, pelo conteúdo nacional, pela interiorização dos investimentos da Petrobras, que hoje está fazendo plataforma em Singapura e na China e deixando o nosso povo desempregado.

Então, o governo Lula e o governo Dilma foram um oásis nesse período desmantelado da economia brasileira. O que Temer está importando são os erros de trás; são os erros de quem, sempre



que governou este País, governou para os ricos, governou para uma elite, governou para aqueles poucos que têm dinheiro. E estão governando de novo...

(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... para os poucos que têm dinheiro. Ou seja, o Temer tem grande ouvido para os empresários, mas nenhum ouvido para o povo brasileiro.

Senador Requião, um aparte rapidinho, porque eu sei que estamos com um horário aqui.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – O desenvolvimentismo no Brasil caminhou bem até os anos 1980: Getúlio Vargas no comando do País; e, mesmo durante o período militar, houve investimentos enormes em infraestrutura. Depois, veio a história do dependentismo, da política do Fernando Henrique Cardoso. E, se temos que reconhecer erros, ela perpassou todos os governos de então – o governo do Collor, o governo do Lula, o governo da Dilma – e continua agora, exacerbadamente, nesse período do Michel Temer. Mas estabelecer uma relação entre o déficit público e a inflação e os juros não encontra suporte na realidade. Durante o período do Lula, nós tivemos superávits fantásticos, principalmente no momento em que a China acelerou o seu desenvolvimento, e nós tivemos a elevação do preço e da quantidade na venda ou na compra pela China das nossas *commodities* agrícolas e minerais. Mas a inflação continua alta, então o erro está em quê? O erro está na concessão do comando da economia pelos bancos e pelo capital financeiro.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É isso aí.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Agora, o que é que se pode fazer? O Trump deu a solução há muito pouco tempo atrás. O que o Trump disse? "Não haverá desenvolvimento econômico sem investimento e sem salário." Se não houver investimento e não houver salário, não há desenvolvimento econômico. E a lição vem lá de trás, do New Deal, do Franklin Delano Roosevelt, e da nova política alemã do Hjalmar Schacht. O que aconteceu lá? Pesados investimentos públicos com déficit, Senador Cristovam, mas o déficit do investimento público fez retornar um círculo virtuoso da economia. E como é que o Roosevelt enfrentou uma crise semelhante à que nós estamos vivendo? Reduziu a carga horária dos trabalhadores para aumentar o número de empregados e aumentou o salário,...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aumentou o salário, exatamente.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – ... criando o consumo interno, e, paralelamente a isso, fenomenais e deficitários investimentos públicos em infraestrutura.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É isso que temos que fazer.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Eram os portos organizados pelas instituições do Município, do Estado e da União; grandes investimentos públicos fizeram retornar o processo de desenvolvimento econômico. O que é que nós estamos vendo hoje? Esses malucos congelaram, com a tal PEC 241, todos os investimentos do Brasil.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tudo.



O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Estão congelados! Não se admite o déficit que salvou a Alemanha e que salvou os Estados Unidos. E agora querem cortar os recursos da Seguridade Social, que compreendem, como V. Ex^a acabou de demonstrar lendo e explicando uma Conferência do Pochmann, 40% de todo o dinheiro que circula no Brasil. Veja bem, a Senadora falou em circulação, não falou no total dos investimentos; mas é essa circulação que possibilita o comércio aberto, que viabiliza novas indústrias, que viabiliza o aumento da introdução tecnológica em pequenas e médias indústrias brasileiras. Ele está querendo cortar. Ele quer diminuir salário, diminuir investimento. Isso é uma loucura.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É o fundo do poço.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Eu acho que qualquer país sério teria decretado a interdição do Meirelles e do Moreira Franco. É absolutamente insuportável a soma dos erros que nós estamos vivendo. E qual é o resultado disso, Senador Cristovam? São os 90%, que a Ipsos revelou, de contrariedade com a política e os rumos do Brasil; os 80% de insatisfação com Michel Temer. Nós estamos vendo com toda a clareza: há um erro. Mas aqui, no Congresso Nacional, não há erro; há fisiologia, há o domínio dos Ministérios, há as indicações, os empregos e as emendas; e nós estamos enterrando o Brasil com isso. O Senador Ataídes, que será o próximo orador, me chamava a atenção outro dia para os recursos do Sistema S. E ele me apresentava uma proposta para que se transferissem 30% dos recursos do Sistema S para a Previdência. Daria uma soma elevadíssima: R\$10 bilhões por ano – vocês vejam bem! –, mas nisso ninguém mexe. Nós estamos falando no déficit público, mas o déficit público surge em função fundamentalmente...

(Soa a campainha.)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – ... da dívida pública, que nunca foi auditada e que contabiliza juros simplesmente fantásticos, o que fez, inclusive, com que o nosso herói do Partido Verde, o Senador Alvaro Dias, subisse a essa tribuna agora há pouco dizendo que o déficit não é da previdência, o déficit é da dívida pública...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É isso aí.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – ... com juros rigorosamente absurdos. Isso nos faz acreditar que o Senador Alvaro Dias já está de saída do Partido Verde e vai para este partido de face espanhola, uma espécie de um Podemos que se organiza no Brasil. Ninguém aguenta mais a política econômica deste Governo, mas, ao contrário dos 100%, que sabiamente atribuiu à rejeição o Senador Cristovam, o Congresso Nacional continua fisiologicamente sem raciocinar, sem olhar para o que acontece no mundo, sem prestar atenção no Brexit, no que aconteceu na Itália, na desistência do Hollande de ser candidato à reeleição, na tragédia do Estado mínimo e nesta política tola de recessão provocada por uma alteridade fiscal absolutamente irracional. O Congresso Nacional continua agarrado na fisiologia, no pixuleco das emendas, nas nomeações em ministérios. É a desmoralização completa. O Congresso Nacional tem exceções maravilhosas, tem gente que tenta pensar. E eu incluo nessas pessoas que tentam pensar – me perdoem os que não vou gostar do que eu estou dizendo – o Senador Cristovam, que tem tentado entender esse processo todo, que se revolta, mas eu acho que basicamente ele tem uma formação clássica na economia que atrapalha um pouco a compreensão da



nova economia alemã e do New Deal, do Franklin Delano Roosevelt. No entanto, o Congresso não representa mais nada no Brasil como um todo, embora...

(Soa a campanha.)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – ... algumas pessoas tenham um comportamento diferenciado. E é bom que seja assim, senão o nosso desespero seria absoluto, Senadora.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Seria maior. Brilhante, brilhante, Senador Requião.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, só para lembrar uma coisa: não esqueçam que a política corretíssima do Lula, que eu apoiei aqui, foi feita por Meirelles e Palocci e não era diferente disso. E eu elogiei muitas vezes aqui.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Era muito diferente. Era muito diferente.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Eu vejo correção na política social do Lula, mas eu vejo uma incorreção absoluta na falta de crescimento da infraestrutura do Brasil para o crescimento econômico. O Lula foi um campeão na política social, incorporou milhões de trabalhadores, mas o erro básico foi ter cedido às pressões do capital financeiro. E o diabo desse processo era o raio do Meirelles, que continua cometendo os mesmos absurdos hoje.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Requião. O Senador Requião faz uma avaliação maravilhosa e fala, inclusive, qual é a proposta alternativa que nós temos, que o Senador Cristovam estava cobrando, que é a proposta alternativa de colocar dinheiro na sociedade e não de cortar os investimentos públicos. Aí, desculpe-me – só uma divergência com o Senador Requião –, mas o Presidente Lula abriu, sim, o Orçamento para fazer investimentos. Foi com o PAC que nós fizemos grandes investimentos. Aliás, a transposição do São Francisco, que nós fomos inaugurar agora recentemente com o Presidente, foi um desses investimentos relevantes. E houve tantos outros que fizemos, que V. Ex^a conhece no Rio Grande do Sul e eu conheço no Paraná, que foram essenciais para o Brasil.

Para encerrar aqui, permitindo que o Senador Ataídes ocupe a tribuna, eu queria rapidamente falar sobre a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Senador Paim. Eu, no último dia 17, estive na Universidade Estadual do Rio de Janeiro a convite do movimento UERJ Resiste, para fazer uma palestra sobre a participação das mulheres na política. Apesar da imensa satisfação pela qualidade do debate que eu realizei lá, eu não poderia deixar de vir à tribuna aqui da Casa para trazer a minha consternação com a situação precária em que se encontra a UERJ, totalmente abandonada. Estamos falando de uma instituição de ensino de grande tradição no Rio de Janeiro. Ela foi fundada em 1950 e foi uma das pioneiras na questão de cotas e também em outros avanços na área educacional.

A situação é dramática. As aulas deste ano ainda não foram iniciadas e não é porque há greve dos professores, como estão tentando passar, é porque não há condições para que os professores deem aula e os estudantes assistam às aulas. Os professores estão sem receber o décimo terceiro salário e o salário de fevereiro, os estudantes estão sem as bolsas e os funcionários também estão sem os salários. Apesar de tudo isso, esses professores esclarecem à população o que está acontecendo com a UERJ e fazem uma resistência em nome da instituição. É uma situação deplorável, que expõe a falência de um modelo de gestão...



(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... que nunca prioriza a educação.

A Constituição de 1988, no seu art. 207, outorgou à universidade pública a sua maior conquista, que é a autonomia universitária. A UERJ é, em números, maior do que muitos Municípios; possui cerca de 3 mil docentes, 6,5 mil técnicos e 31 mil estudantes. A movimentação diária alcança uma cifra de mais de 40 mil pessoas circulando nas suas dependências. Ela tem um hospital, que é o Pedro Ernesto, com todas as especialidades; uma policlínica; um instituto de aplicação; enfim, tem vários projetos acadêmicos. No próximo dia 1º de abril, o Colégio de Aplicação da UERJ (CAp) completará 60 anos.

Vale destacar que a UERJ foi pioneira de democratização do ensino: primeiro, com a implantação dos cursos noturnos; e, nos anos 2000, como a primeira instituição universitária a adotar o sistema de cotas no Brasil.

Infelizmente, essa situação da UERJ não é um caso isolado do Rio de Janeiro. Há motivos muito semelhantes, que passam fundamentalmente pela visão de mundo de muitos dos atuais gestores estaduais e federais, como é o caso lá do meu Estado, o Estado do Paraná. Nesta semana, entidades representativas dos professores denunciaram o Governador Beto Richa, do PSDB, que reduziu pela metade a contratação de professores nas universidades estaduais do Paraná, aquelas mesmas universidades, Senador Requião, nas quais V. Ex^a teve tantos investimentos e para as quais deu tanto apoio. Segundo a Adunicentro, o Sindicato dos Docentes da Unicentro, Beto Richa cortou 55% das horas destinadas para contratação de docentes nas instituições. Haveria a necessidade de contratação de 10.770 horas, e o Governo atualizou apenas 5 mil. Estamos com problemas de cortes na UEM, na UEL, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. A Adunicentro denuncia ainda Beto Richa pelo desmonte das instituições de ensino superior.

(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E isso trará impactos negativos no desenvolvimento da pesquisa e atividades de extensão junto à população. Vale lembrar que este Governador é o mesmo que persegue professores, que corta horas de atividades e que desinveste na educação do Paraná.

Eu não poderia deixar de fazer esse registro aqui. A situação deplorável em que se encontram muitas das nossas universidades estaduais, como é o caso da UERJ, das estaduais do Paraná e mesmo de algumas federais, decorre majoritariamente desse modelo de gestão neoliberal, privatista, que tomou conta da Presidência da República a partir do golpe parlamentar sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff. É um modelo que está levando o Brasil, cada vez mais, para o fundo do poço.

Termino aqui conclamando a população, as entidades, para grandes manifestações amanhã, dia 31 de março, contra o desmonte do Estado brasileiro e preparando a greve geral do dia 28 de abril.

(Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann.



De imediato, passamos a palavra para o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Paim.

Eu venho hoje a esta tribuna, na verdade, para fazer um registro. Hoje pela manhã, Senador Requião, eu vi uma reportagem no Bom Dia Brasil a respeito do aluguel passivo do Governo Federal – quanto o Governo está pagando por ano de aluguéis. Uma grande reportagem hoje, no programa Bom Dia Brasil. O Governo hoje paga R\$2 bilhões de aluguéis – isso com milhares de prédios desocupados –, mas essa fatura não é do Presidente atual.

O que me chamou a atenção nessa reportagem de hoje são quatro prédios alugados pelo Governo Federal – e é bom que se diga, pelo governo anterior – para a DPU e para a PGFN. O que me chamou a atenção, Presidente Paim? Essas quatro torres alugadas para o Governo Federal, Senador Requião, por mais de R\$50 milhões por ano, esses quatro prédios, são do Sistema S. Os quatro prédios são do Sistema S – aqui estão os prédios, alugados por mais de R\$50 milhões. Qual é o problema? O problema é que esse dinheiro que o Sistema S – Sesc, Senac – usou para fazer essas quatro torres é dinheiro público, é dinheiro de tributo. Repassou-se esse dinheiro público para essas duas entidades, que fizeram as quatro torres e alugaram para o Governo Federal, por cinquenta e tantos milhões por ano, ou seja, pegou o dinheiro do povo, construiu os quatro prédios, agora, então, pega os quatro prédios e aluga para o povo.

Eu já tinha dito isso aqui há dois anos e eu tinha dito que, em 2011, a CNC construiu sete torres aqui em Brasília, incluindo essas quatro, sem licitação, por R\$750 milhões. Eu estou a falar isso aqui, Presidente Paim, há longa data. Eu sou a favor do Sistema S. Eu quero proteger o Sistema S. Agora, está tudo errado lá dentro, e nós temos que consertar. Esse dinheiro, que é para qualificar a mão de obra e levar lazer e saúde para o povo, está construindo prédio para alugar para o povo! Isso é um tremendo de um crime, isso é extorsão e isso não pode continuar acontecendo no Brasil.

Eu vim aqui hoje, Presidente, só para mostrar mais uma vez os quatro prédios que apareceram hoje no Bom Dia Brasil. São prédios do povo brasileiro que estão sendo alugados para o povo brasileiro por apenas R\$50 milhões! Então, isso está errado.

É bom que se diga que o Ministro Dyogo já tomou providências anteriormente para vender esses prédios, que hoje não estão sendo locados pelo Governo, e também outras providências a mais com relação a esses aluguéis.

Eu passo a palavra, em aparte, com todo o prazer, ao Senador Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Senador Ataídes, eu gostaria que V. Ex^a discorresse acerca da informação que me passou ontem aqui, no plenário, sobre o valor das contribuições do Sistema S e o que as contribuições significam em relação ao déficit da previdência.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito. Eu cheguei, Senador Requião, em 2012, ainda suplente nesta Casa, a escrever um livro: *Caixa-preta do Sistema S*. Eu venho denunciando, há longa data, mas o *lobby* deles é uma coisa espetacular. Para isso, eles são extremamente competentes. Volto a repetir o objetivo deles: qualificar a mão de obra e levar lazer e saúde para o trabalhador. É tudo o que eles não fazem e, quando fazem, é minimamente, para enganar. A arrecadação do Sistema S, em 2012, foi de R\$21 bilhões; em 2013... Eu não estou com o papel na mão e não quero cometer aqui pecado, porque respeito muito números. Resumindo, em 2105, foi de R\$32 bilhões. A arrecadação do Sistema S, incluindo Sesi, Senai, Sesc,



Senat, ABDI, a Apex-Brasil, foi de R\$32 bilhões. Eles hoje têm mais de R\$28 bilhões aplicados no mercado financeiro. Eu lembro que, quando da gestão do Ministro Levy, estive no seu gabinete e disse para ele pegar 30% desse dinheiro, pois, todo ano, sobram 10 bi no caixa do Sistema S, e levar para a seguridade social. Ele até tentou, na época, mas não conseguiu por causa desse *lobby*.

Respondendo a V. Ex^a, em 2016, no ano passado, eu dei entrada em um projeto, o Projeto nº 386, que designa 30% dessa arrecadação para a previdência social, em especial para a aposentadoria rural, que é onde está o rombo. Eu tive o prazer de colher mais de 60 assinaturas ontem, neste plenário, inclusive a assinatura de V. Ex^a, Senador Requião, e do Presidente Paulo Paim, para que esse projeto tramite nesta Casa em regime de urgência. O Sistema S não precisa desses R\$10 bilhões que todo ano sobra em seu caixa. Se nós usarmos, então, esse dinheiro para cobrir o rombo da aposentadoria rural, isso vai resolver em grande parte. Eu espero, realmente, que isso seja aprovado. E, na segunda-feira, eu vou trazer a esta tribuna, novamente, números sobre o Sistema S.

Encerrando, Presidente Paim, eu vejo aqui a posição e os discursos da oposição dizendo que o País está pior que antes. Eu respeito profundamente o discurso da oposição. É função da oposição – não é, Senador Flexa? – mostrar o lado ruim, mas os números não dizem isso.

Eu já fiz algumas prestações de contas aqui e não vou fazer essa prestação de conta hoje. Nós estamos tendo alguns problemas políticos no Governo de Michel Temer? Estamos tendo, é claro. Ele vai ter que fazer as correções? Sim. Ele as está fazendo, vai ter que fazê-las e vai fazê-las, eu tenho certeza disso. Agora, apesar de tudo isso que está acontecendo no nosso País, apesar de toda a turbulência política, moral das operações – Operação Carne Fraca, Operação Lava Jato –, a nossa economia está andando. Eu já fiz aqui uma prestação de conta, e os números estão aqui. Só que, agora, com o andar do tempo, eu vou precisar de mais tempo. Então, vou deixar para a semana seguinte.

Eu só queria deixar aqui esta informação para o povo brasileiro: vocês colocaram dinheiro para o Sistema S construir quatro prédios aqui, em Brasília, e, agora, vocês estão pagando cinquenta e tantos milhões por ano por esses quatro prédios.

Era só isso que eu queria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Ataídes, eu queria convidar V. Ex^a para presidir os últimos dez minutos, para que eu possa...

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Em votação os Requerimentos nºs 192 e 194 dos Senadores Cássio Cunha Lima e Gleisi Hoffmann, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar de missão oficial.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Concedo a palavra, então, à Senadora Lúcia Vânia, do nosso querido Estado de Goiás.



A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje venho a esta tribuna para chamar a atenção para um programa do Governo que considero muito importante: Criança Feliz.

A desigualdade é uma chaga: ela segrega; ela cria castas e distancia as pessoas; ela frustra o pleno exercício da cidadania e corrói o tecido social. Ela é um mal que deve ser combatido de forma obstinada e persistente.

A desigualdade, no Brasil, remonta à nossa própria formação como país e isto não é mistério e nem causa surpresa. O que nos surpreende, de fato, é como ela consegue resistir, incólume, à passagem dos anos e dos governos. É uma realidade tão brutal, Sr. Presidente, e tão evidente que vem pautando a vida política, não só minha, mas de muitos outros Srs. Senadores e Deputados, emprestando-lhes um viés social; um viés em prol da igualdade de condições e de oportunidades; um viés em favor dos segmentos menos favorecidos da sociedade, das minorias, das mulheres, dos idosos, dos mais pobres e das crianças.

Acredito que os poderes constituídos exercem seu papel mais sagrado e mais relevante quando atuam para reduzir as desigualdades e democratizar oportunidades. E esse papel atinge seu ponto culminante quando é exercido em favor das crianças. É no cuidado com as crianças que os princípios mais básicos da justiça social revelam sua face mais bela e cristalina. É ali, naquela fase da vida, na infância, que o País encontra seus filhos mais carentes e mais necessitados de atenção e de cuidados. E não se trata de mera figura de retórica: o próprio Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) já demonstrou que o percentual de crianças nos estratos mais pobres da população supera em muito o das camadas mais favorecidas.

Ontem, aqui, Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de aprovar dois projetos importantíssimos em relação às nossas crianças. O primeiro projeto faz com que as nossas crianças tenham atenção especial e prioritária. O segundo projeto diz que, quando há conflito entre os pais, seja dada prioridade absoluta a esse processo, evitando que a criança sofra danos psicológicos com essa disputa entre os pais.

A infância – em especial, a primeira infância, a fase da vida que vai do nascimento até os seis anos de idade – é amplamente reconhecida como o momento mais crítico na formação do ser humano. Uma enorme quantidade de estudos científicos já provou que os cuidados dispensados, ou negados, às crianças nessa fase da vida têm consequências indelévels para seu futuro e para o futuro de uma nação.

Os estudos econômicos também já demonstraram que os programas de atenção à primeira infância têm uma altíssima taxa de retorno do capital, algo em torno de R\$17 para cada real investido. Nunca foi necessário, contudo, que algum economista ou neurocientista viesse nos convencer de que nossas crianças precisam de mais atenção.

Bastaria, para isso, ouvir a voz do comprometimento cívico, do senso ético e moral; essa voz que, há muitos e muitos anos, repete a mesma mensagem.

Ao longo desses muitos e muitos anos, o corpo normativo brasileiro, em consonância com a Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Organização das Nações Unidas, vem se aperfeiçoando e se adaptando às necessidades de cuidar melhor de nossas crianças.



Em 1988, nossa Constituição, no seu art. 227, já concedia absoluta prioridade aos direitos da criança e do adolescente. A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ampliou, explicitou e aperfeiçoou essa normativa. E, no ano passado, a Lei 13.257, de 8 de março de 2016, reconheceu a importância dos primeiros anos de vida e estabeleceu o chamado Marco Legal da Primeira Infância. Em seu art. 8º, essa lei determina que o atendimento pleno às necessidades da criança na primeira infância "constitui o objetivo comum de todos os entes da Federação, segundo as respectivas competências constitucionais e legais, a ser alcançado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios". A partir dessa determinação e com o objetivo de tornar efetivos esses direitos, tornou-se necessário pôr em movimento as engrenagens do Estado.

O Programa Criança Feliz, instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto 8.869, de outubro de 2016, veio para suprir essa lacuna e criar condições concretas para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possam atuar, de forma positiva, em prol das crianças mais novas e mais carentes.

O programa prevê que equipes multidisciplinares formadas por profissionais da área de saúde, educação, serviço social, direitos humanos e cultura, entre outros, visitem periodicamente as residências de gestantes e crianças até 3 anos de idade, quando atendidas pelo Programa Bolsa Família, ou de até 6 anos de idade, se integrantes do Benefício da Prestação Continuada.

Essas equipes devem auxiliar as famílias no que for necessário para que as crianças tenham suas necessidades integralmente atendidas. Elas devem apoiar as gestantes, estimular a realização do acompanhamento pré-natal, proteger as crianças em situação de vulnerabilidade, estimular e proporcionar atividades lúdicas e facilitar o acesso das famílias às demais políticas e serviços públicos que forem necessários.

Este programa, Sr. Presidente, não é nenhuma novidade, não é nenhuma invenção da roda. A Pastoral da Criança, através da imortal D. Zilda Arns, inaugurou esse programa com resultados efetivos para as nossas crianças brasileiras. Foi a partir deste programa que tivemos o início da redução da mortalidade infantil, que hoje faz com que o nosso País se iguale aos países que combateram a mortalidade com efetividade.

Um dos méritos do Programa Criança Feliz é que não se trata de uma ideia tirada de uma cartola qualquer. Trata-se, portanto, de uma estratégia que já foi empregada no País e que precisa ser realmente reativada, estimulada e, acima de tudo, essa iniciativa tem que ser contemplada com recursos, tanto da União, quanto do Estado e dos Municípios.

Os benefícios sociais, cognitivos e emocionais desse programa são significativos. A saúde e o desenvolvimento das crianças atendidas melhoram muito. E o programa Pastoral da Criança, que tem hoje as suas limitações, pelos recursos financeiros, já provou isso com muita propriedade. E as próprias famílias também se beneficiam dessas intervenções.

Para funcionar adequadamente, entretanto, o programa precisa dialogar com os demais programas sociais que já existem nos três níveis da Federação. Ele tem de se integrar às demais políticas públicas na área de educação, como a creche e a pré-escola. Ele deve ser entendido como complemento, e não como substituto de outras políticas públicas nas áreas de saúde e cultura. Os resultados precisam ser acompanhados, fiscalizados e monitorados. As intervenções realizadas devem ter sua qualidade efetivamente reiterada por meio de avaliações. Os profissionais devem ser treinados



e capacitados. E as particularidades sociais e culturais de cada família devem ser respeitadas, sem julgamentos precipitados ou imposições de qualquer natureza.

Esperamos que União, Estados, Municípios e o Distrito Federal trabalhem em sinergia e coloquem os interesses da primeira infância acima dos outros, via de regra, mais imediatos e menos louváveis. Os interesses da primeira infância se confundem com os próprios interesses do País, e por isso é imprescindível que as políticas públicas voltadas às crianças sejam blindadas de quaisquer ameaças de descontinuidade, independentemente da justificativa orçamentária, política ou ideológica – não importa.

E, a propósito, Sr. Presidente, hoje o *Valor Econômico* traz uma notícia que nos faz fazer este pronunciamento aqui. É uma notícia que, de certa forma, deixa o nosso País numa situação muito incômoda. A matéria diz o seguinte:

País tem quase 75% das crianças fora da pré-escola

Quase 75% das crianças com menos de quatro anos não estavam, em 2015, matriculadas em creche ou escola, segundo dados do suplemento "Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade", baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e divulgado hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Das 10,3 milhões de crianças nessa faixa etária investigadas na pesquisa, 7,7 milhões não estavam matriculadas na pré-escola. Ou seja, apenas 2,6 milhões – o equivalente a 25,6% – estavam na escola, segundo o IBGE.

A comerciante Clarice Marinho, de 39 anos, decidiu não matricular o filho de 1,6 ano na creche. Depois que o mais velho, hoje com nove anos, ficou deprimido na unidade em que estudava, ela prefere levar o filho para o trabalho, uma loja localizada em Bangu, na Zona Oeste do Rio. Lá, a criança fica sob os cuidados dos pais e do avô. Abro aspas: "não senti confiança em nenhum lugar que tenho visto", lamentou Clarice, que ainda planeja matricular o filho na creche no segundo semestre, se conseguir vaga no local que deseja.

Portanto, eu gostaria de destacar aqui as matérias do *Valor* intituladas "Creche atende apenas 25% de crianças até quatro anos, aponta IBGE", "Metade dos pais com crianças pequenas estão desempregados, diz o IBGE" e "Quase 40% das crianças vivem em lar com renda *per capita* de meio salário mínimo".

Portanto, o Plano Nacional de Educação prevê ampliar a oferta da educação infantil em creche, de forma a atender, no mínimo, metade das crianças de até três anos até 2024. O ensino é obrigatório apenas para as crianças a partir de quatro anos.

E este ano, Sr. Presidente, na Comissão de Educação, nós vamos acompanhar atentamente o orçamento da educação. Sabemos das dificuldades financeiras do País, sabemos das necessidades de cortes no orçamento, para atingir a meta do superávit, mas não vamos aceitar corte na educação e, principalmente, vamos buscar, determinadamente, atingir as metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação.

Portanto, eu quero aqui cumprimentar o Governo pelo Programa Criança Feliz, mas quero também desejar que esse programa não fique apenas no papel e que ele seja entendido pelos prefeitos, pelos governadores, pelas primeiras-damas, pelas entidades filantrópicas como uma necessidade, para que, juntos, possamos construir um País melhor e, principalmente, olhar as nossas crianças nesse



período inicial de vida, quando a sua capacidade cognitiva é desenvolvida através da motivação, principalmente com o atendimento e os brinquedos lúdicos que podem auxiliar nessa cognição.

Portanto, deixo aqui esse meu apelo, no sentido de que esse programa seja atendido pelos prefeitos, pelos governadores, pelas primeiras-damas. E eu vou trabalhar no meu Estado, para que o programa seja estendido a todos os Municípios.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, por esse belíssimo discurso, trazendo ao povo brasileiro e a todos nós informações preciosíssimas.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Por meio de permuta com o Senador Cristovam Buarque...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas, Senador, acho que eu havia trocado um aparte.

Eu só vou fazer um aparte, Senadora. Permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sem problema, mas V. Ex^a está inscrito aqui como orador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não... Então eu cedo a minha vez para o Senador Flexa.

Mas é um aparte apenas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar também a oportunidade – não para pedir um aparte –, ao tempo em que parabeno a Senadora pelo pronunciamento que eu estava ouvindo pelo rádio, quando estava vindo para cá, e que ela já está concluindo... Eu estou inscrito também, mas o que for primeiro: pela Liderança do PMDB – porque sou o Vice-Líder – ou pela inscrição. O que for primeiro. Mas pode ser depois do Senador Flexa, que já está aqui também aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Ex^a será atendido, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Muito obrigado.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, eu fico triste com a realidade que o jornal expressa e feliz que a senhora traga essa realidade para aqui, porque ultimamente nós só falamos de previdência e, às vezes, de terceirização. E não estamos falando da chave de tudo – inclusive da previdência –, que é a boa educação das nossas crianças. Se este País tivesse uma alta produtividade, nós não teríamos a crise da Previdência no nível que está aí. Haveria por algum desperdício, por injustiça, porque a reforma da previdência é para corrigir injustiça e garantir sustentabilidade. A sustentabilidade depende da produtividade na economia. A produtividade, o PIB por trabalhador, depende da educação que o trabalhador recebeu quando criança. Quando nós negamos, como a senhora trouxe aqui, a crianças com menos de quatro anos um atendimento, estamos prejudicando a previdência daqui a 30, 40 anos, a economia daqui a 30, 40 anos. Nós precisamos enfrentar o problema estrutural deste País – que provoca todos os outros problemas –, que é a educação. E a senhora felizmente o fez, e com a credibilidade de ter sido uma



pioneira em tudo isso, quando coordenou o PET, lá atrás, de apoio para tirar as crianças da rua, para tirar as crianças do trabalho, para colocar as crianças na escola. Nós precisamos não perder a perspectiva de longo prazo deste País por causa da crise atual. E a pior maneira de perder essa carreira para o futuro é desperdiçarmos nossas crianças, os cérebros deste País. E é na escola e na pré-escola que evitaremos isso, porque é aí, como a senhora disse em seu discurso, que começa tudo. A escola não recupera o cérebro perdido de uma criança que não teve, nos seus primeiros anos, duas coisas: alimentação e brinquedos pedagógicos – e afeto também, claro. Dito isso, eu quero dizer que nós precisamos mudar a maneira como fazer, Senador Flexa. O Governo Federal financia prédios, e os pobres prefeitos financiam o funcionamento. Começamos pelo lado contrário. Eu me pergunto até se esse negócio de construir tanta creche é para atender às crianças ou para servir de propina para empreiteiras – pequenas, em geral – que constroem os prédios. O fundamental não é o prédio. Temos que mudar a concepção da pré-escola. A pré-escola não pode ser apenas essa visão de um prédio construído pelo Governo Federal, com funcionários estatais do Município. Não funciona. Primeiro, porque os Municípios não têm dinheiro; segundo, porque a concepção da estatização da pré-escola pode não funcionar. Toda a carreira de magistério exige uma relação de afeto entre alunos e professores, mas, lá na universidade, não se precisa disso. Às vezes, até atrapalha. Quando abaixa para o ensino médio, já é menos, a relação já é mais profissional. Quando vai para o fundamental, precisa-se, mas já não é muito. Quando vai baixando a idade, é mais o afeto do que a formação pedagógica. E eu me pergunto se...

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... no concurso público, nós identificamos a capacidade de amar as crianças – eu me pergunto – ou nós vamos terminar contratando pessoas pelo emprego – ponto –, e não pelo afeto. Se concurso público escolhesse pessoas com afeto, nós arranjariamos namorada por concurso público, para não ser machista, e as mulheres, namorados. Aliás, para estar em dia hoje, independentemente do gênero, do sexo, as pessoas buscariam afeto por concurso público. Houve um tempo em que se buscava por declaração de renda, o chamado "golpe do baú", mas por concurso público eu nunca vi. E a relação entre quem cuida – veja bem que é eu coloquei cuida, não ensina – de crianças, nos primeiros anos, e a criança é uma questão, sobretudo, de afeto. De afeto, bons brinquedos, prédios confortáveis, e de ausência de greve, por exemplo. Então, é uma relação...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Nós precisamos mudar o próprio conceito de como nós queremos cuidar das nossas crianças na chamada pré-escola. Não está certo como está aí, e a senhora traz um dado que mostra... É assustador, eu diria, quando eu vejo essas crianças que – não estão fora da pré-escola – estão desassistidas, porque os pais têm que trabalhar hoje em dia. E, aí, ficam jogadas. Ou a mãe fica, mas não tem o brinquedo, não tem a orientação. Precisamos mudar a concepção. O programa do Governo tem características positivas, eu acho, e o Governo está apanhando tanto – o Governo Temer –, por conta da Previdência, que não está sabendo mostrar as coisas boas que ele faz. Aliás, quanto a este Governo, eu nunca vi tão incompetente em matéria de comunicação. Ou é porque despreza a opinião – aí não faz comunicação –, ou é por incompetência de não saber como fazer. Eu espero que ele corrija as duas...



(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... coisas. Uma: respeitar a opinião pública. Não basta aprovar lei aqui; é preciso que o povo entenda que essa lei é boa. Este Governo não está sabendo explicar isso. E, segundo, ser competente para mostrar isso. A senhora trouxe um problema fundamental, mas é uma pena que esse problema esteja em segundo plano nas discussões de hoje. E é preciso que uma Senadora, com a sua experiência de trabalho, desperte para uma matéria de jornal que é tão ou mais importante do que as notícias sobre os déficits, sobre os cortes de verba, sobre a economia, inclusive. Parabéns! E eu, como eu disse, fico triste que essa realidade exista. Fico feliz que o jornal mostre, porque outros jornais não ligam para isso, mas fico muito mais feliz porque a senhora trouxe essa realidade aqui para a tribuna. Muito obrigado.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Cristovam.

E quero dizer, Senador Cristovam, que o aparte de V. Ex^a enriquece o meu pronunciamento.

V. Ex^a levanta uma questão que, eu acho, nenhum de nós aqui tivemos a capacidade de levantar. Acho que essa colocação, quando o senhor fala que a questão fundamental da pré-escola é o afeto, é uma coisa muito importante para ser refletida, neste momento em que o País fala de tudo, menos de afeto, menos de amor, menos de generosidade. Portanto, muito obrigada pelo seu aparte e muito obrigada por colaborar com a Comissão de Educação, em que V. Ex^a é a nossa referência.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Lúcia Vânia, o Sr. Ataídes Oliveira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Parabeno-a pelo brilhante pronunciamento que V. Ex^a proferiu da tribuna do Senado Federal.

Convido para fazer uso da palavra, em permuta com este que vos fala, o Senador Flexa Ribeiro. Eu seria o próximo da lista, aqui, olhando agora, Senador Flexa, os oradores inscritos, mas permuta com V. Ex^a. Após sua fala, eu gostaria que V. Ex^a pudesse presidir a sessão do Senado, para que eu possa fazer também um pronunciamento.

Tem V. Ex^a a palavra, pelo tempo regimental de até 20 minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, primeiro quero agradecer a V. Ex^a e ao Senador Cristovam Buarque, por terem permutado na lista de oradores.

Venho hoje à tribuna para fazer um relato das atividades desta semana, do nosso trabalho, que visa ao desenvolvimento econômico e social do nosso Estado do Pará. Falo através da Rádio Senado e pelas imagens da TV Senado com todo o Brasil, mas em especial com os nossos amigos e amigas do nosso Estado.

Tivemos, na reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, de 3^a feira, a aprovação do PLS 702, de 2015, de nossa autoria. Do que trata o PLS 702? Ele altera a lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais, em relação às vias locais urbanas.



O que significa isto: "segregação das rodovias federais"? Simplesmente construir, nos trechos urbanos por onde passam essas rodovias... Aí eu me refiro pontualmente à Rodovia Santarém-Cuiabá, a nossa famosa BR-163. Faltam 170km para o seu asfaltamento ser concluído, e teríamos todas as condições de fazê-lo até o ano de 2018. Bastaria que tivéssemos feito metade – 85km neste ano e 85km no próximo ano –, e teríamos evitado imagens e fatos como os de 15 dias atrás, muitos deles mostrados pelos jornais nacionais, em que o escoamento da soja lá de Mato Grosso, pela BR-163, com destino aos portos de Miritituba e Santarém, sofreu um contingenciamento do tráfego, produzido pelos atoleiros da 163.

Mas agora, através do PLS 702, trago a obrigação, nas rodovias federais – a partir da aprovação e sanção desse projeto –, de se fazer vias laterais, paralelas à rodovia principal, garantindo maior segurança à população e preservando vidas humanas.

Isso foi feito, Senador Raupp, na BR-163, no trecho urbano de Novo Progresso. Eu estive, àquela altura, com o Diretor do DNIT, para que, junto com a prefeita de então, Prefeita Madalena, de Novo Progresso, com o Pagot, que era o Diretor-Geral do DNIT, pedindo a ele que fizesse, já que estava passando o asfaltamento, naquele ano, por Novo Progresso, que ele autorizasse as vias laterais, para que se evitasse essas perdas de vida. E ele prontamente atendeu ao pedido, e o fez: Novo Progresso tem, hoje, as vias paralelas.

Mas não precisa só em Novo Progresso, precisa em todos os trechos urbanos ao longo da BR-163 e ao longo de todas as rodovias federais. Nos países desenvolvidos, o trânsito local é segregado das vias de trânsito rápido, que são as BRs, por meio de vias paralelas, túneis ou viadutos. É isso o que a gente está propondo através desse PLS 702.

Como disse, a partir de Novo Progresso, que foi feito àquela altura, nenhum Município mais, no seu trecho urbano, teve o privilégio das vias paralelas.

Então, eu quero agradecer a relatoria do Senador Lasier Martins que, compreendendo o mérito da proposta ao procurar corrigir os efeitos negativos das rodovias sobre as comunidades urbanas locais, fez um parecer pela sua aprovação – favorável ao projeto.

Então, nós vamos ainda votar – espero, semana que vem – em segundo turno o projeto, e, em seguida, ele será encaminhado à Câmara para que possa por lá tramitar e ser levado à sanção do Presidente Temer.

Naquela mesma reunião da Comissão de Infraestrutura, fui relator de um outro projeto da maior importância: o PLS 291, do meu amigo, que passou aqui conosco no Senado Federal, deixou um trabalho de grande mérito para o desenvolvimento do nosso País e do seu Estado, que aqui representou muito bem, o Estado de Goiás, o Senador Cyro Miranda. A matéria do projeto do Senador Cyro Miranda pretende regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário. Compartilhamos da mesma intenção do autor, na medida em que compreendemos que a cobrança conjunta dos serviços desestimula a expansão da cobertura da rede de coleta de esgoto e o nível adequado de tratamento dos dejetos.

O Governo Federal, Senador Valdir Raupp, lançou um programa pelo BNDES para atender todos os Estados que quiserem ao programa aderir, para que possam fazer, através do BNDES, parcerias público-privadas nas suas companhias de saneamento.

Dezessete Estados já estão sendo estudados pelo BNDES. Os três primeiros que tiveram as inscrições feitas por solicitação do BNDES foram Rio de Janeiro, Pará e o seu Estado, Senador



Valdir Raupp, Rondônia. É a solução para que possa o Brasil ter, nos seus 26 Estados e Distrito Federal, e nos seus mais de 5.500 Municípios, saneamento básico, ou seja, água tratada e esgoto devidamente recolhido e tratado.

O projeto do Senador Cyro Miranda, então preocupado com relação a que o serviço de esgoto fosse oferecido e não houvesse meios de se fazer a cobrança, ele propõe a questão da cobrança conjunta dos dois serviços. Para evitar que a instalação de novos medidores pudesse acarretar custos adicionais aos usuários do serviço.

Propusemos uma emenda substitutiva, não exatamente como propôs o Senador Cyro Miranda, de fazer uma cobrança conjunta. Faremos o cálculo do valor dos serviços prestados tanto no fornecimento de água como no tratamento do esgoto, feito o cálculo em separado, mas a cobrança em conjunto. Por quê? Porque, no caso de ocorrer uma inadimplência do usuário, do consumidor, não haveria como a companhia de saneamento de cada Estado cortar o esgoto se não pagasse, se fossem contas separadas. Então, só pode fazê-lo se cortar o sistema de fornecimento de água. Mas eu espero que não haja necessidade disso, que não haja inadimplência.

Então, o projeto foi motivo de bastante debate e foi solicitada vista pelo Senador Roberto Muniz, da Bahia. Propusemos ao Senador Roberto Muniz que ele fizesse um requerimento para que nós pudéssemos fazer uma audiência pública e já debatêssemos, inclusive, trazendo o BNDES, trazendo essa proposta do Governo Temer de fazer as parcerias público-privadas para o sistema de saneamento de todos os Estados.

Ontem tivemos uma reunião muito produtiva com o Ministro Zequinha Sarney, do Meio Ambiente.

Senador Raupp, todo o Brasil assistiu, duas sextas-feiras atrás, à Operação chamada de Carne Fraca, que trouxe ao Brasil um desgaste e um prejuízo, eu diria, até incomensurável, porque não será só US\$1,5 bilhão que o Ministro Blairo Maggi... E eu quero aqui parabenizar o Ministro pela forma de ação imediata, contestando aquilo que foi mostrado de forma incorreta para o Brasil e para o mundo, que resultou no cancelamento da compra de carne, seja ela bovina ou suína, por parte desses países. E o Ministro Blairo Maggi mostrou, se postou de forma firme dizendo que a carne brasileira tinha uma inspeção federal que garantia a qualidade.

Mas nós não fomos contra o mérito da operação, que era punir funcionários do próprio Ministério da Agricultura que cometiam desvio de conduta. É correta a operação. Incorreta foi a forma, a forma como foi feita, alardeando para o mundo todo algo que poderia ter sido feito de forma corretiva, punitiva, mas pontual em cada um dos frigoríficos que foram visitados. O Brasil tem quase 5.000 plantas e foram suspensos, nessa operação, 21. Então, é realmente difícil de entender.

Mas não bastasse a Operação Carne Fraca, quando foi na segunda-feira, no meu Estado, o Estado do Pará e no Estado vizinho do Tocantins, foi feita uma operação, pelo Ibama e a Polícia Federal: Carne Fria. Eu tenho dito em todas as reuniões que, além da queda pela Carne Fraca, veio o coice pela Carne Fria.

Estivemos com o Ministro Zequinha Sarney que, de pronto, quando conversamos com ele na própria segunda-feira, ele se mostrou indignado com a operação: que deveria ser feita, mas não nas circunstâncias em que o setor estava passando através da Operação Carne Fraca. E ontem ele repetiu isso. Tivemos, como estou relatando, uma reunião bastante extensa com o Ministro, com a



presença do Ibama, a Presidente do Ibama ouvindo o que o Ministro estava dizendo e que já tinha dito a ela, como foi colocado na reunião.

Então, a Carne Fria, no Pará, foi feita, Senador Raupp, porque o Ibama estava obstruindo os frigoríficos, fechando a operação dos frigoríficos, bloqueando os frigoríficos, porque tinha suspeitas de que esses frigoríficos estavam comprando gado de fazendas que estavam embargadas por desmatamento.

Eu disse à Dr^a Suely, que nos trata muito bem, e eu quero aqui também registrar isso, mas ela precisa ter mais pulso firme com os seus funcionários do Ibama que são irresponsáveis, irresponsáveis na forma como agem no meu Estado – e acredito no Brasil inteiro, acredito que no Brasil inteiro. Então, a Dr^a Suely disse, quando eu liguei para ela na segunda-feira, dia da operação, pedindo que ela sustasse a operação, e ela me disse que não poderia sustar, porque essa operação estava sendo gestada há um ano – imaginem, há um ano estavam fazendo a operação – e ela não sabia da Operação Carne Fraca. E, digo: "Não, a senhora não sabia até sexta-feira; na sexta-feira tomou conhecimento". Então, suspendia a Operação Carne Fria que foi segunda. "Não, mas os fiscais, os delegados da Polícia Federal já estavam se deslocando para a operação", mas a senhora podia sustar. Mas não quis, a realidade é que não quis. E, diferentemente do que foi alardeado lá no Estado do Pará, diferentemente do que foi alardeado lá no Estado do Pará: que teriam conseguido a imediata suspensão da operação. Eu nunca disse isso, porque não era correto, não foi verdadeiro.

Desde o primeiro instante da operação, na segunda-feira, a Dr^a Suely disse que não seria suspensa. E o Ministro também disse que não ia fazer a suspensão, mas ia acelerar a liberação do bloqueio desse frigorífico, como foi feito.

Conversei, já na quarta-feira, com o Dr. Berg, Superintendente do Ibama, em Marabá, para onde a Dr^a Suely disse que encaminhou os processos, para que, em entendimento com o Dr. Berg, ou seja, com o Ibama de Marabá, esses frigoríficos fariam uma relação das fazendas de onde teriam comprado o gado e se comprometeriam, num TAC, a não comprar mais esse gado.

Aí eu disse para a Dr^a Suely e para o Ministro, na reunião de ontem – e já tinha dito ao telefone –: esse TAC no Pará existe desde 2009. Feito pelo Estado do Pará, pelos frigoríficos, com o Ministério Público Federal, com o Ibama, e está sendo cumprido por todos os frigoríficos.

Eu até disse ontem, e já havia falado também, que o Ibama só tem um jeito para resolver esse problema: colocar tornozeleira eletrônica no gado, em cada boi, porque aí ele vai saber onde está o boi, para onde foi o boi, se passou por área de desmatamento.

É ridículo isso, mas de forma... Até para tirar...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Senador Flexa, na verdade, deveria existir mesmo o *chip*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – *Chip*.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Aquele *chip* que o Ministério da Agricultura implantou e que depois não deu seguimento. Afrouxou, relaxou, ninguém mais usou esse tal... Montaram escritórios, mas escritórios para fazer o boi rastreado, que seria o *chip*. O boi teria até um preço a mais – na arroba do boi que estivesse com esse certificado, com esse *chip*.

Só que o Ministério da Agricultura relaxou e não aconteceu mais, ninguém levou à frente esse programa. Se tivesse levado, evitaria esse tipo de coisa. Com certeza, absoluta, evitaria esse tipo de problema.



Outra coisa também – acho que é só o Brasil, pelo menos não vejo outro país fazendo isto sistematicamente –, nenhuma investigação, nenhuma busca e apreensão, uma prisão, não acontece mais de uma forma assim... Como acontecia antigamente. Agora tudo é operação, qualquer coisa é uma operação. Para prender ou fechar um frigorífico ou notificar um fiscal é uma operação, uma operação de grande monta. Então, não se faz mais uma investigação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Midiática.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Chega lá, pune os responsáveis ou até prende, fecha uma planta frigorífica aqui outra ali, uma empresa. Não, tudo é operação. Não há mais nenhum procedimento desses que não sejam operações. Operações, operações. Toda semana tem que haver operações midiáticas. Toda semana tem que haver uma operação num Estado ou outro; num lugar ou outro, tem que haver uma operação.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Eu não sei onde vai parar isso. Eu nunca vi, na minha vida, tanta operação.

No meu Estado, no primeiro mandato do Governador Confúcio Moura, fizeram 22 operações – 22 operações –, todas com o Ministério Público, a Polícia Federal, a Polícia Estadual, mas todas operações. Parece que só têm que ser operações. Para levar uma pessoa para ouvir coercitivamente, faz-se uma operação, dá-se o nome de uma operação: operação tal para levar uma pessoa, duas ou três, coercitivamente, para depor. Tudo é operação. Então não se faz... É a mídia. E a operação é em busca da mídia. Não há outra coisa, é em busca da mídia. São operações midiáticas.

Obrigado, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Senador Raupp, é exatamente isso. O próprio Ministro Zequinha Sarney disse ontem que ele fazia questão, e ele tinha pedido ao Ibama, de que ele nem tomasse conhecimento dessas operações. Mas pela forma como essa foi feita, sem que houvesse o cuidado de se fazer a Carne Fria em cima da Carne Fraca, ele alterou a sua ordem de que agora ele quer tomar conhecimento antecipado de qualquer operação para que ele possa, dentro da sua responsabilidade, que é total e a sua sensibilidade, ajustar quando e de que forma a operação será feita.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Desculpe. Perdão, só um reparo. Como eu falei que o Governo do meu Estado sofreu essas operações, é porque foi uma espécie assim de uma perseguição. O Governador Confúcio Moura é um homem sério, responsável, foi Deputado Federal três vezes, Secretário de Estado da Saúde, Prefeito por duas vezes da terceira cidade de Rondônia e hoje é Governador cumprindo o segundo mandato e fazendo "o mandato". Vai ficar na história como o melhor Governador – olha que eu fui Governador – do Estado de Rondônia.

Mas, como houve um período com um presidente da Assembleia adversário, com o Ministério Público também, de uma certa forma, com um pouco de perseguição, é que aconteceram todas essas operações. Já neste segundo Governo, praticamente nada. Faz um Governo tranquilo, em harmonia os Poderes, Poderes Legislativo... E é dessa forma que tem que ser, inclusive a União.

Eu sempre falo que, se os Presidentes da República, seja quem for, tiverem um pouco mais de diálogo, de entendimento com os outros Poderes, com o Legislativo e com o Judiciário, porque a Constituição já diz que os Poderes têm que ser independentes; porém, harmônicos... Se não houver



harmonia, quem paga é a população. É isso em parte o que está acontecendo com o nosso País, o que aconteceu com o nosso País.

Obrigado, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Raupp, eu quero aqui registrar essa fala de V. Ex^a no encaminhamento da gestão lá do Estado de Rondônia e registrar o trabalho do Senador Valdir Raupp, do Senador Ivo Cassol, do Senador Acir Gurgacz, toda a Bancada trabalhando em prol do Estado de Rondônia. Parabéns a V. Ex^a!

Mas, como eu dizia, a reunião lá no Ministério do Meio Ambiente foi uma reunião que foi solicitada por mim, mas para a Bancada do Estado do Pará. E lá estiveram comigo o Deputado Hélio Leite, o Deputado Lúcio Vale, o Deputado Beto Salame e a Deputada Simone Morgado. E todos eles fizeram a sua interpretação do que estava ocorrendo no Estado, mostrando que o Estado não poderia passar por isso. Desde 2009, o Estado conta com o TAC, de que o Ibama fala.

Além dos Deputados, nós tivemos lá o Secretário Justiniano Netto, do Programa Municípios Verdes, ou seja, a presença do Governo; o Secretário Adjunto de Meio Ambiente do Estado do Pará, o Thales Belo; e mais representantes do setor produtivo, dos frigoríficos, para que pudessem também participar da reunião, como fizeram.

E, ao final, eu quero aqui festejar. Desde o ano passado, nós tínhamos solicitado ao Ministro Zequinha Sarney que instalasse um grupo de trabalho com a participação do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, do ICMBio, junto com o Governo do Estado do Pará, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento, Senado Federal, Câmara Federal, Assembleia Legislativa, segmento produtor, para que nós pudessemos discutir as questões ambientais do Estado...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... e evitar esse tipo de coisa.

Só que esse grupo de trabalho, naquela altura, nós pedimos para tratar a respeito das questões do segmento madeireiro, da cadeia da madeira. E agora eu vou, na primeira reunião que o Ministro marcou para instalação do grupo, na próxima quinta-feira, às 10h da manhã, ao ser instalado o grupo, eu vou pedir ao Ministro que esse grupo possa estender também a discussão não só para o segmento da madeira, a indústria madeireira, os planos de manejo, mas também para as outras atividades produtivas do Estado do Pará, ou seja, frigorífico, pecuária, pesca. Enfim, todo aquele setor produtivo que tem, tenho certeza absoluta, vontade e faz isso de trabalhar dentro da legalidade.

Mas, às vezes, Senador Raupp, é o próprio Governo Federal que leva à ilegalidade, pelas dificuldades que tem o produtor rural, em especial de pequeno porte, de ter regularizadas as suas terras, a regularização fundiária, que não anda; Terral Legal não funciona. Então, ele não tem nem condições de tomar um financiamento para melhorar a sua produtividade. Isso tudo tenho certeza de que nós vamos discutir nesse plano do grupo de trabalho.

Na reunião também do Ministério do Meio Ambiente, nós tratamos e conseguimos, graças a Deus, resolver um problema que não é só do Pará, que é a questão da Portaria 445. Essa Portaria 445 trazia a proibição de pesca de diversas espécies, quatrocentas e tantas espécies. E isso estava acarretando um engessamento do setor. O período de defeso da gurijuba termina hoje, o do pargo



termina daqui a pouco, início de abril. E os pescadores artesanais ou industriais não tinham condição de colocar os seus barcos para pescar, porque estavam proibidos por essa portaria.

E o Ministro ontem, atendendo a uma solicitação do Senador Flexa Ribeiro, da Deputada Simone e do Deputado Hélio, Deputado Lúcio e Deputado Salame, ele concordou e autorizou encaminhar a proposta para o jurídico. E, segunda ou terça-feira, ele fará, autorizado evidentemente pelo jurídico, a prorrogação por um ano da Portaria 395, que vai resolver não todos os problemas da 445, mas vai resolver grande parte deles e vai possibilitar a retomada da atividade da pesca não só no Pará, mas no Amapá e evidentemente em outros Estados em que aquelas espécies pudessem estar proibidas.

Então, eu quero festejar aqui e parabenizar as lideranças do setor da pesca. Quero fazer justiça com todos, mas quero fazer justiça com o Presidente do Sindicato dos Armadores de Pesca do Pará e Amapá, Cláudio Botelho, que enfrentou essa luta e ontem esteve conosco colhendo os frutos da sua determinação com a prorrogação da 395, que libera a captura de algumas espécies proibidas pela 445.

Por fim, Senador Raupp, na reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia de ontem, tivemos o Ministro Kassab fazendo, com todos os seus auxiliares das diversas secretarias do Ministério, uma exposição na CCT, presidida pelo Senador Otto Alencar. Nessa ocasião, fiz observações na questão da telefonia móvel, da banda larga de internet, que, na nossa região, é horrível: não temos nem telefonia móvel, nem internet na maior parte dos nossos Municípios.

A legislação, quando é feita, temos que nos atentar – e o Governo Federal tem que ver isto – para o fato de que o Brasil não é um só, não é igual em todas as suas regiões. A Amazônia tem que ser tratada, como outras regiões, separadamente. Quando fizeram leilão do 4G para a telefonia móvel, a obrigação da vencedora, que, no caso do Pará, foi a Claro, era colocar a telefonia móvel na sede do Município, que já era obrigação pelo 3G, e levar essa obrigação para comunidades num raio de até 30km da sede. Eu disse para o Ministro: "Trinta quilômetros podem resolver no Estado do Sergipe, podem resolver no Rio Grande do Norte, em outros Estados em que você, com 30km, atravessa vários Municípios, mas, na nossa Amazônia, 30km é fundo de quintal!"

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E dei como exemplo, o Município de Altamira: da sede do Município para o Distrito de Castelo dos Sonhos, são 1,1 mil quilômetros. Então, tem que haver uma legislação em separado.

Mas pedi também ao Ministro Kassab algo que eu venho pedindo há seis anos, e disse a ele: "Ministro, a cada novo Ministro eu faço esta solicitação, que é a instalação de um núcleo do CBPF, para que possamos fazer a parte de Física no Estado Pará, que já tem, na Universidade Federal do Pará, o curso de mestrado e doutorado em Física." Então, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas precisa se instalar na Amazônia, e os...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... diretores do centro são favoráveis. *(Fora do microfone.)*

(Interrupção do som.)



O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Ministro Kassab, na hora, encaminhou uma reunião com o Diretor do Departamento de Políticas e Programas de Ciências do Ministério de Ciência e Tecnologia, reunião essa de que vai participar o Diretor do CBPF, com sede no Rio de Janeiro, o Reitor da Universidade Federal do Pará, Emmanuel Tourinho. E, evidente, faremos também convite para que a Bancada possa participar dessa reunião.

Para terminar, Senador, quero dizer aqui aos meus amigos do sul e sudeste do Pará que o Reitor da Unifesspa, Maurílio Monteiro, esteve comigo para que pudéssemos...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... dar apoio para que a Unifesspa pudesse lançar um concurso, promover um concurso, para trazer os professores e servidores necessários para a manutenção dos cursos em vários polos: Xinguara, Rondon, vários Municípios do meu Estado. Colhemos as assinaturas da Bancada. Estamos já com 16 assinaturas, dos 20 Parlamentares da nossa Bancada. Vamos buscar colher essas outras que faltam. Já solicitamos uma audiência com o Ministro Dyogo, do Planejamento.

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos juntos, todos os Parlamentares da Bancada do Pará, pedir ao Ministro Dyogo que ele atenda esse pleito e libere o orçamento para que a Unifesspa possa fazer o concurso para a contratação desses professores e servidores.

Senador Raupp, quero agradecer a V. Ex^a, que liberou o tempo para que nós pudéssemos fazer essa – eu diria até – prestação de contas dessa atividade que fizemos nesta semana, e que faço semanalmente. Vou partir agora, também, daqui para a frente, para fazer uma prestação de contas, um balanço de tudo aquilo em que a gente atua em defesa do Pará, ao longo da semana e ao longo do nosso mandato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a. Parableno-o pelo brilhante pronunciamento. Sou testemunha do trabalho incansável que V. Ex^a faz nas comissões e no plenário do Senado em defesa do Estado do Pará e – por que não dizer? – do Norte do Brasil e do Brasil.

Convido V. Ex^a para presidir a sessão, para que eu possa também fazer uso da palavra.

(O Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do PMDB, de Rondônia.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, desde que a Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, veio a público, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e diversos outros órgãos e entidades federais e estaduais se empenham em conter os impactos nocivos da notícia para as exportações de carne brasileira.



O Ministro Blairo Maggi tem desempenhado um papel de destaque no enfrentamento da crise. Além de dar diversas entrevistas para prestar esclarecimentos à população e à imprensa nacional e internacional, foi pessoalmente acompanhar inspeções em frigoríficos no Paraná e fez suspender as licenças de estabelecimentos investigados.

Acompanhando diariamente as oscilações do mercado internacional, o Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços juntou-se aos esforços para impedir que continuem caindo as vendas de carne para o exterior.

No Senado, duas audiências públicas foram marcadas para essa semana, com o objetivo de reunir produtores, trabalhadores e autoridades na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Assuntos Econômicos, para debater o assunto e buscar formas de proteger a imagem do País, um dos grandes exportadores mundiais de *commodities*.

É isto que tem salvado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a economia do nosso País: as exportações de *commodities* – da carne, da soja, do milho, enfim, dos derivados do leite. Isso é que tem salvado. O agronegócio e o campo têm salvado a nossa economia.

Eu mesmo pude participar, na semana passada, da audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de que sou Vice-Presidente, e da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), que contou com as presenças do Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e da Indústria e Comércio, Marcos Pereira. Na ocasião, o Ministro Blairo Maggi reafirmou a qualidade das carnes brasileiras e garantiu que são produzidas em perfeitas condições fitossanitárias.

Há exatas 4.837 plantas frigoríficas em todo o Território nacional, mas apenas 21 estão sob investigação; destas, apenas seis produzem para exportação. Das que estão sob investigação, apenas seis, meia dúzia – dentre as 4.837 plantas, apenas meia dúzia –, produzem para exportação. Não é possível que milhares de frigoríficos que trabalham estritamente dentro das regras dos órgãos de fiscalização sanitária acabem prejudicados por uma meia dúzia de estabelecimentos, cujas operações estão, até o momento, apenas sendo averiguadas pela Justiça.

As consequências econômicas são terríveis. Menos exportações significam menos receitas, menos empregos, o que põe em risco milhares de empregos diretos e indiretos e pode acentuar a frágil situação econômica da qual vimos tentando sair, principalmente nos últimos dois anos.

No Estado de Rondônia, por exemplo, já estamos sofrendo o impacto dessa crise. Por sorte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vários países já voltaram a importar a nossa carne: a China, o Egito, o Chile e, ontem, Hong Kong, que é o principal comprador. O principal destino da carne de Rondônia, da carne rondoniense, já reiniciou as suas importações.

A média, antes da crise, era de 200 mil animais abatidos por mês no Estado de Rondônia, mas esse número deve cair significativamente, já que 40% da escala de abate foi reduzida em consequência da interrupção das vendas, principalmente para países asiáticos e para a Rússia.

Espero que, com a volta da China, de Hong Kong, do Egito, do Chile e de outros países, Sr. Presidente, em poucos dias, tudo volte à normalidade, tanto no meu Estado de Rondônia quanto no Brasil.

As crises são passageiras – eu acredito nisso. As crises também são agudas, são profundas, deixam sequelas e impactam, mas elas são passageiras, elas passam. Eu espero que, com a força do nosso povo, com a força do nosso Ministro Blairo Maggi, do Ministro Marcos Pereira e de todo o Governo, consigamos reverter esse quadro terrível que se abateu sobre o agronegócio brasileiro.



Metade das exportações de Rondônia, Sr. Presidente, é de carne, cuja qualidade é um imperativo tanto para criadores quanto para frigoríficos e exportadores. Inspeções constantes comprovam a boa saúde dos rebanhos do meu Estado.

Além disso, como bem lembrou o Superintendente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, Gilberto Baptista – e tenho certeza de que o Presidente, Dr. Marcelo, também pensa da mesma forma –, a carne rondoniense é comercializada *in natura*, diferentemente do que acontece com os frigoríficos envolvidos na Operação da Polícia Federal, que oferecem basicamente embutidos e carne processada.

Portanto, quero crer que logo serão restabelecidas as exportações, tanto no Estado de Rondônia quanto em todo o Brasil, para bem da economia local e de todo o País.

Hoje mesmo, os principais jornais do Brasil informaram que, das 174 amostras de carne recolhidas nos 21 frigoríficos investigados, nenhuma apresentou qualquer tipo de contaminação ou substância prejudicial à saúde humana. A outra boa notícia é que, no último sábado, China, Egito e Chile – como já disse – divulgaram sua disposição em voltar a comprar carne brasileira.

Mais uma vez, reafirmo, Sr. Presidente, como ontem mesmo noticiei aqui, da tribuna do Senado, que Hong Kong também voltou a comprar a nossa carne, a carne de Rondônia. São os primeiros indícios de que conseguiremos reverter a situação e sustentar nossa condição de grande exportador mundial de carne.

Precisamos manter cada vez mais forte o otimismo na força do nosso povo, na força dos produtores, na força dos criadores, na força dos consumidores também, que ajudam a emitir uma imagem positiva da nossa carne, que não é uma carne fraca, Sr. Presidente. A carne brasileira – a carne de Rondônia, a carne do Pará, a carne do Norte do País, a carne de todo o Brasil – é uma carne forte, é uma carne saudável, é uma carne boa.

Portanto, vamos continuar consumindo e exportando a nossa carne, para gerar divisa, renda e emprego para a nossa população.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Senador Valdir Raupp. O pronunciamento de V. Ex^a vem exatamente ao encontro daquilo que todos os Senadores colocaram por ocasião da Operação Carne Fraca.

O Estado de V. Ex^a teve esse impacto, porque 50% da exportação de Rondônia é de carne.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É de carne.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E carne *in natura*, sem processamento de embutidos.

E aí, como foi dito, de quase 400 plantas...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Não, são quatro mil e tantas plantas – mais de 4 mil.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só 21 foram investigadas. E foi feita essa Operação, que trouxe para o nosso País dificuldade enorme, porque o Brasil é o maior exportador de carne do mundo, de proteína animal do mundo. E, exatamente nesse segmento do agronegócio, que sustenta a economia do Brasil, nessa fase de recuperação do setor produtivo, vem uma operação como essa e coloca em xeque todo o trabalho desenvolvido há décadas



– porque não se conquista essa posição de maior exportador se não for com o trabalho tanto de colocar a carne nos países como de ter sanidade animal para que ela possa ser exportada.

Então, eu quero parabenizar V. Ex^a e parabenizar o Ministro Blairo Maggi novamente – eu o fiz no pronunciamento e quero repetir agora. Isto todos nós sabíamos, colegas seus do Senado: ele, ao assumir a pasta, faria a gestão da agricultura e da pesca como está fazendo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Ele foi tão eficiente que eu já ouvi ontem pessoas dizendo: "Esse deveria ser candidato à Presidência da República." Já começam a lançar o Blairo Maggi. Pela sua eficiência, pelo seu desprendimento, pela coragem e determinação com que comandou esse trabalho todo para desfazer esse mal-entendido sobre a nossa carne, ele já começou a ganhar projeção nacional, e há algumas pessoas dizendo que ele deverá ser candidato Presidente da República. Não estou aqui lançando a candidatura do Blairo Maggi, mas é realmente um homem íntegro. Foi governador por dois mandatos no Estado do Mato Grosso; agora aqui, no Senado Federal, fez um excelente trabalho; e também como Ministro da Agricultura, no MAPA.

Sr. Presidente, quando eu era governador, o Blairo Maggi era apenas produtor de soja com o seu pai em Mato Grosso, e nós já empreendemos um grande investimento em Rondônia, que foi a construção do porto graneleiro de Porto Velho e do terminal de Itacoatiara – em Porto Velho, em parceria com o meu Governo de Rondônia e com o Governo Federal; e, lá em Itacoatiara, com o Amazonino Mendes, que era o governador da época. Eu me encontrei muitas vezes com o Amazonino, o Blairo Maggi e o seu pai, André, que já faleceu e que foi prefeito da cidade que ele fundou, que ele criou. Foi candidato único da cidade de Sapezal, que eu conheço, em Mato Grosso, onde iniciamos as tratativas para construir o porto graneleiro de Porto Velho, que construímos, inauguramos ainda na época do governo Fernando Henrique – eu era governador. De lá para cá, o Blairo não parou mais, só cresceu, exportando cada vez mais soja. Virou o rei da soja no Brasil, virou Governador do Estado de Mato Grosso por dois mandatos e, agora, Senador e Ministro da Agricultura.

Então, realmente eu não duvido de que, de repente – não por ele –, a sociedade brasileira comece a projetá-lo como um possível pré-candidato à Presidência da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Senador Blairo Maggi realmente é um exemplo de brasileiro e de empresário, que deve servir de referência a todos nós.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Quero parabenizar também, Sr. Presidente, o Presidente Michel Temer, porque um ministro não faz sozinho. Se um ministro faz um bom trabalho, é porque ele tem respaldo do Presidente da República, que é a autoridade maior do nosso País. E, ontem mesmo, nós vimos o Presidente da República Michel Temer, o Ministro Blairo Maggi e outros ministros lançarem um programa para desburocratizar o Ministério da Agricultura e também assinarem portarias endurecendo o jogo na fiscalização, na auditoria e na fiscalização das nossas plantas de carne em todo Brasil, do agronegócio de todo o Brasil. Vão haver regras mais duras, para que ninguém possa mais transgredir – essas três, quatro, meia dúzia de plantas, que foram penalizadas. Que no futuro não haja nem isso; que nenhuma possa transgredir as regras do Governo Federal e do Ministério da Agricultura.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Quero, também, associar-me a V. Ex^ª, dizendo que o Presidente Temer está fazendo um trabalho de transição, colocando o Brasil de volta ao caminho do desenvolvimento econômico e social. Nesses quase 14 anos de governo do PT, eles quase conseguiram o que era inimaginável: acabar com o Brasil. Graças a Deus, o governo foi suspenso, o Presidente Temer assumiu e, a partir daí, está havendo a recuperação do nosso País.

Então, eu quero também associar-me a V. Ex^ª na referência que fez ao Presidente Temer.

Como não há mais oradores inscritos, dou por encerrada a sessão do Senado Federal no dia de hoje.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 41 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 34^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicação



Expediente do Senador Walter Pinheiro, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação do evento “DES - Digital Enterprise Show”, em Madrid, Espanha, no período de 24 a 26 de maio de 2016, nos termos do Requerimento nº 356, de 2016.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Discurso e documentos encaminhados à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a pergunta que não quer calar: Quem tem medo da CPI da Previdência Social? Até o momento o único partido a indicar os membros foi o PT... Paulo Paim, este vos fala, e o senador José Pimentel.

Conseguimos com o apoio da sociedade brasileira, e ampla divulgação das redes sociais, 62 assinaturas para a instalação da CPI. Senadores de todos os partidos assinaram.

O próprio presidente desta Casa, senador Eunício Oliveira, vem solicitando que os líderes indiquem os membros. Portanto, faço aqui, mais um apelo aos queridos líderes.

Senhoras e Senhores, por que o Brasil quer a CPI da Previdência?

Conforme dados da ANFIP, empresas devem para a Previdência mais de 500 bilhões de reais. Números que podem chegar a 1 trilhão de reais.

Quem são os 500 maiores devedores? Quais são as empresas? Fundações, governos estaduais, prefeituras?

Como acontecem as fraudes? Quem são os fraudadores? Há Corrupção? Como acontece a cobrança dos débitos? Há cobrança efetiva? Há fiscalização? ...

Quanto a Previdência deixa de arrecadar com as anistias? E as Desonerações? Por que os governos as utilizam?

E a DRU? (Desvinculação das Receitas da União). Até 2023 serão retirados da Seguridade 120 bilhões por ano. Os governos utilizam o dinheiro da Previdência para fazer superávit primário?

Essas perguntas, e outras mais, a CPI da Previdência Social vai responder. Por isso eu insisto aqui: Quem tem medo da CPI da Previdência?

OAB, CNBB, centrais sindicais, Ministério Público do Trabalho, associação de juízes, estudantes, movimento de mulheres, estudantes, aposentados e pensionistas, câmaras de vereadores, prefeituras, associações de bairros, estão se manifestando contra a reforma da Previdência e se mostrando favoráveis a CPI da Previdência.

É urgente, Senhoras e Senhores, a sociedade exige que a CPI da Previdência inicie seus trabalhos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está se aproximando 2 de abril - Dia Mundial de conscientização sobre o autismo.

A data foi instituída no ano de 2007, pela Assembleia Geral da ONU.

O dia foi definido como marco da mobilização mundial para conscientizar as pessoas sobre o que vem a ser o autismo e informar sobre a necessidade do diagnóstico e do tratamento precoces.

Mas não é só isso. Os cuidados com as pessoas com transtorno do espectro autista deve ser uma preocupação para toda a vida.

Os serviços de saúde precisam estar cada vez mais preparados para um atendimento multiprofissional, bem como por meio de uma rede de cuidadores especializados.

Isso é o que determina a Lei 12.764 de 2012, de iniciativa popular, quando eu era presidente, no ano de 2010.



Ainda hoje associamos a imagem do autista ao clássico filme “Ray Man”.

O personagem principal possuía altas habilidades para lidar com números e tinha uma memória fora do comum. Ele tinha síndrome de Asperger, uma das formas mais raras e leves do espectro autista.

Senhoras e Senhores, as pessoas com deficiência não possuem superpoderes de superação. Não é colocando essas pessoas num pedestal que irá lhes garantir melhores condições de vida. Precisamos antes de mais nada entender e respeitar suas demandas e capacidades.

Entender os autistas como pobres coitados e incapazes de se desenvolver é uma visão excludente. Coloca-las como super-heróis também é excludente.

Costuma-se dizer que uma criança autista não se comunica e vive em um mundo próprio.

Desconstruir essa noção é o primeiro passo para que não isolemos essas pessoas ainda mais.

Perceber que as pessoas autistas são capazes de aprender e se desenvolver, que elas podem se comunicar com aqueles que as cercam ... é perceber a necessidade de incluí-las, de respeitá-las em seus direitos de desenvolvimento.

É preciso lembrar, também, que não existe apenas um tipo de autismo.

O correto, hoje em dia, é dizer distúrbio do espectro autista.

Embora haja um grande desconhecimento sobre o autismo, é bom lembrar que as doenças que compõem o seu espectro não são raras.

De acordo com o Centro para Controle de Doenças e Prevenção, em média 1 a cada 110 crianças nascidas nos Estados Unidos são atingidas pelo distúrbio.

Segundo dados da ONU no Brasil são mais de 2 milhões de pessoas com o transtorno.

O que muito tem contribuído para desmistificar e derrubar muitas ideias preconcebidas sobre o autismo é a comunicação e a troca de informação entre os familiares de pessoas com transtorno do espectro autista.

Sr. Presidente, por que acredito ser importante falar em pessoas com deficiência neste momento? Por que eu quero fazer uma pausa em meio a reformas e ajustes que só visam o aspecto econômico da realidade do país.

Quero falar de seres humanos e a que ponto chega a perversidade dos números.

A PEC da Previdência vai atingir as pessoas com deficiência, sobretudo as mais vulneráveis, aquelas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O BPC é um benefício no valor de um salário mínimo pago a idosos e pessoas com deficiência que possuem renda familiar inferior a 1/4 do salário mínimo.

Esta renda familiar é muitas vezes a única renda capaz de custear a compra de remédios e arcar com tratamentos.

Hoje uma família que já possui alguém que recebe o benefício não é impedida de receber outro. Se a PEC for aprovada nos termos em que está, a possibilidade de uma família receber 2 benefícios não existirá mais.

Para finalizar, Senhoras e Senhores, eu quero crer que maldades como essas não passarão.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi muitas e muitas mensagens informando que servidores municipais de Cachoeirinha, região metropolitana de Porto Alegre, que estão em greve, e a Brigada militar entraram em confronto hoje pela manhã. Bombas de efeito moral e balas de borracha foram usadas.

O protesto foi realizado contra a votação do projeto que prevê a alteração no vale-alimentação dos trabalhadores.

Os servidores, que estão há 25 dias paralisados, teriam sido proibidos de acompanhar a votação, o que teria gerado o conflito.

Além de exigirem melhores salários, condições de trabalho, garantia de direitos, existe um pedido de auditoria nas contas da prefeitura para que sejam dadas explicações sobre a situação da Previdência.

Era o que tinha a dizer.



Documentos encaminhados pelo Senador Paulo Paim, nos termos do art. 210 do Regimento Interno.





Senado Federal
Assessoria Legislativa

Nota do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – SINPROFAZ, referente a reforma da Previdência – PEC nº 287

1. A PEC 287/2016 representa um profundo e grave ataque ao Estado de Bem-Estar Social contemplado pela Constituição de 1988, que erigiu a Seguridade Social como um de seus pilares, e a Previdência Social e a assistência aos desamparados, em especial, como direitos sociais a serem preservados e assegurados pelo Estado.

2. A aposentadoria e as pensões serão quase inatingíveis para a esmagadora maioria dos trabalhadores que precisarão contribuir por, no mínimo, 25 anos para ter direito a aposentadoria por velhice e 49 anos para ter direito a um provento de aposentadoria de 100% da média de suas contribuições.

3. A igualação de homens e mulheres, com idade mínima de 65 anos e mesmas regras de cálculo de benefícios, trará enorme prejuízo a uma parcela expressiva da população que, ainda hoje, enfrenta enormes dificuldades de inserção no mercado de trabalho e de cômputo do tempo de contribuição, além da diferença de salários, em face das obrigações familiares e da própria maternidade, que acarreta, para muitas, face a ausência de creches e assistência estatal adequadas, a necessidade de interromper suas carreiras profissionais.



4. A inacreditável possibilidade de que as pensões sejam de valor inferior ao salário mínimo compromete e fragiliza a garantia do sustento familiar. A extinção das cotas de pensão quando os filhos perderem a condição de dependente agravará ainda mais a situação de penúria de cônjuges que não terão condição de complementar a renda.

5. A equiparação de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos terá, também, graves consequências, em contexto de profunda desigualdade social, desestimulando ainda mais a permanência do homem no campo e sua indispensável contribuição para a segurança alimentar do país.

6. A aplicação de regras de cálculo de benefício baseadas em tempo de contribuição, a partir de um piso de 51%, implicando 49 anos totais de contribuição para o benefício integral, atingirá tanto os trabalhadores do setor privado quanto servidores públicos, tornando, para os servidores, praticamente obrigatória a permanência no cargo até a aposentadoria compulsória, o que terá efeitos perversos sobre os fluxos de carreira na Administração Pública, impedindo, ademais, a correta renovação dos quadros em áreas críticas além de comprometer um relevante instrumento de promoção social.

7. Na segurança pública, o fim da aposentadoria por atividade de risco é um grave erro, pois compromete a própria eficiência e efetividade das forças policiais, agravando o quadro atual já comprometido por baixa remuneração, em especial nos Estados da Federação.

8. As regras de transição propostas, aplicáveis somente aos segurados do RGPS e servidores com mais de 45 ou 50 anos, desrespeitam e agridem gravemente expectativas legítimas de direito,



desconsiderando o tempo de contribuição de cada um, a data de filiação ao RGPS ou Regime Próprio de Previdência. Particularmente no caso dos segurados do INSS, a aplicação imediata da nova regra de cálculo do benefício joga por terra decisões recentes acordadas entre Governo e Congresso, que permitiram a superação do fator previdenciário com base na soma de tempo de contribuição e idade. A nova regra trará grandes perdas a todos os segurados, atuais e futuros, no cálculo de seus benefícios.

9. O conjunto de medidas propostas tornará a Previdência Social, no Brasil, um direito de difícil ou quase impossível alcance. Comparando-se com o que já aplicam países desenvolvidos, onde a importância da previdência na renda das famílias é menor do que no Brasil, teremos um dos regimes previdenciários mais rigorosos do mundo!

10. A “reforma” atinge, inclusive, benefícios assistenciais para idosos e deficientes físicos carentes, dificultando o acesso a eles e desvinculando-os do salário mínimo, atingindo, assim, uma parcela da sociedade para a qual tais benefícios são essenciais à sua dignidade. Isso se dá a pretexto de que tais benefícios são “elevados” em comparação com a renda média da população, mas esse fato apenas revela o quanto, no Brasil, a renda média do trabalhador é baixa.

11. O quadro apontado de “déficit” da Previdência Social é, antes de tudo, um reflexo da própria crise econômica atual, e não uma característica intrínseca do regime. Ao longo de sua história, a previdência foi superavitária por décadas, e os recursos excedentes foram aplicados pelo Estado ao seu bel-prazer em finalidades estranhas à sua capitalização.



12. Apenas no período 2015-2017, as renúncias fiscais no âmbito da Previdência Social (considerando desonerações, SIMPLES, entidades filantrópicas, MEI e exportadores rurais, entre outras de menor valor) totalizam R\$ 187,1 bilhões, segundo dados do Tesouro Nacional. Na seguridade social, as renúncias fiscais estimadas apenas para o ano de 2017 são de mais de R\$ 151 bilhões.

13. A dívida ativa total da União, incluindo contribuições previdenciárias não recolhidas, ultrapassa R\$ 1,8 trilhão. Desse total, mais de R\$ 403 bilhões são dívidas de contribuições previdenciárias. O quadro de Procuradores da Fazenda Nacional, porém, é de somente pouco mais de 2.000 Membros e sem carreira de apoio.

14. Tramitam no Congresso Nacional proposições para privatizar a execução da dívida ativa, ou a cessão de direitos originários de créditos tributários a pessoas jurídicas de direito privado, sob a perspectiva, também presente na Reforma da Previdência, da privatização, transferindo renda pública para o setor privado, em desprestígio ao Estado e suas instituições.

15. Em lugar de defender reformas com caráter privatista, excludente e injusto, o Governo deveria atentar, antes, para as renúncias fiscais, evasão e sonegação, e assegurar uma gestão transparente e profissional da Previdência Social, promovendo reformas ajustadas ao perfil socioeconômico da sociedade e com regras de transição que permitam aos novos segurados adaptar suas trajetórias profissionais aos novos requisitos.





Assine 0800 031 5000 (<http://assineja.correioweb.com.br/>)

Assine (<https://assine.correio braziliense.net.br/>) | Clube do Assinante (<http://clubedoassinante.correio braziliense.com.br/>) | Anuncie (<http://www.diariosassociados.com.br/tabeladeprecos/>) |

Cadastro (<http://www.correio braziliense.com.br/cadastro/>) | Contato (http://www2.correioweb.com.br/assinantecb/faleconosco_new.php?servico=9) |

Expediente (<http://www.correio braziliense.com.br/outros/expediente/>)



BRASÍLIA,
25° | 18° 30/03/2017

Pesquise



(<http://www2.correioweb.com.br/servico=9>)

Início (<http://www.correio braziliense.com.br/>) / Economia (<http://www.correio braziliense.com.br/economia/>) / OAB se posiciona oficialmente contra a reforma da Previdência

PUBLICIDADE

ESPECIAL IR 2017 CHEGOU A HORA DE DECLARAR.

TIRE SUAS DÚVIDAS SOBRE A DECLARAÇÃO.

Participando

BRB BANCO DO BRASIL

CORREIO BRAZILIENSE Você à frente de tudo

OAB se posiciona oficialmente contra a reforma da Previdência

A entidade apontou vários abusos na proposta do governo, entre eles, a exigência de idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres e a necessidade de 49 anos de contribuição para ter acesso ao benefício integral

postado em 03/02/2017 14:30 / atualizado em 03/02/2017 16:04

Alessandra Azevedo (<mailto:alea@economia.df@dabr.com.br>)

Após mais de 17 horas de reunião na sede do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília, os membros de comissões de direito previdenciário de todo o país, juntamente com outras dezenas de entidades representativas de categorias profissionais, elaborou uma carta aberta contra a reforma da Previdência.

Representantes de juristas, médicos, auditores fiscais e engenheiros, entre outros, acreditam que a proposta do governo está fundamentada em premissas erradas e contém inúmeros abusos contra os direitos sociais. As mudanças, segundo a carta, “desfiguram o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso a aposentadoria e demais benefícios à população brasileira que contribuiu durante toda a sua vida”.

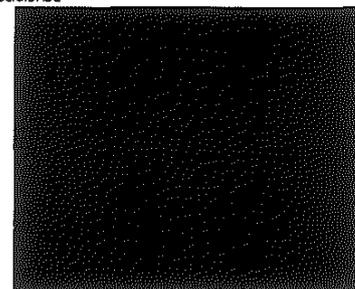
As entidades listaram 10 abusos, entre eles, a exigência de idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres, a necessidade de o contribuinte ter 49 anos de contribuição para ter acesso ao benefício integral, a redução do valor geral das aposentadorias e a precarização da aposentadoria do trabalhador rural e o fim da aposentadoria especial para professores. Além disso, o Conselho da OAB considera abusivas as propostas de pensão por morte e benefícios assistenciais abaixo de um salário mínimo e a cumulação da pensão com a aposentadoria.

O texto também é crítico ao aumento da idade mínima exigida para recebimento do benefício assistencial de prestação continuada, o BPC, que o governo pretende passar de 65 para 70 anos. As regras para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres foram definidas pelo conselho como “inalcançáveis”.

Base errada

Um dos pontos de discordância é justamente a base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016, que tem o discurso de catástrofe financeira e deficit como justificativa para a iniciativa. Para a OAB, o tão divulgado rombo da Previdência não existe. Usar esse argumento evidenciaria “grave descumprimento” à Constituição

PUBLICIDADE



g-thumbnails-rr:Right Rail Hybrid Thumbnails:)
g-thumbnails-rr:Right Rail Hybrid Thumbnails:)
g-thumbnails-rr:Right Rail Hybrid Thumbnails:)
Mais para você

(<http://api.avidadserver.com/api/Asms/click?tid=5582ef2a1ee0530758383c1f6clid=58b0a2ac1ee0570d80646de36p=correio braziliense&sid2=O+firmador+de+pele+que+todo+homem+deve+ter+3A%2F%2Fcdn.taboelasyndication.com%2Flibtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F1681f659cb04b6dd0330050f71a3d693.jpg>)

O firmador de pele que todo homem deve ter.
LifeCell

(<http://api.avidadserver.com/api/Asms/click?tid=5582ef2a1ee0530758383c1f6clid=58b0a2ac1ee0570d80646de36p=correio braziliense&sid2=O+firmador+de+pele+que+todo+homem+deve+ter+3A%2F%2Fcdn.taboelasyndication.com%2Flibtrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F1681f659cb04b6dd0330050f71a3d693.jpg>)

(<http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/03/29/se-reforma-da-previdencia-nao-for-feita-pais-paralisara-em-7-a.shtml>)

Temer: se reforma da Previdência não for feita, país paralisará em 7 anos

(<http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/03/29/se-reforma-da-previdencia-nao-for-feita-pais-paralisara-em-7-a.shtml>)

(<http://dsc2.com/path/p.php?trvid=10345&trvx=708ba2fe&KW=DSPTBL&CAMP=A301A&ADGRP=diacorreio braziliense&&ADGRP=diariosassociados-correio braziliense>)

Peritos chocados com novo truque que faz compradores online po...
MadBId.com

(<http://dsc2.com/path/p.php?trvid=10345&trvx=708ba2fe&KW=DSPTBL&CAMP=A301A&ADGRP=diacorreio braziliense&&ADGRP=diariosassociados-correio braziliense>)

(<http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/29/in-some-apos-ser-abordado-por-homens-que-se-identificaram-como-polici>)

Casal some após ser abordado por homens que se identificaram como policiais

(<http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/29/in-some-apos-ser-abordado-por-homens-que-se-identificaram-como-polici>)

Notícias + lidas + comentadas



OAB se posiciona oficialmente contra a reforma da Previdência - Economia - Correio Braziliense Página 2 de 6

Federal, que insere a Previdência no sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas da Saúde e Assistência Social – sistema que, de acordo com a carta, “tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais”.

As entidades que assinaram a carta – entre elas, além da OAB, o Conselho Federal de Economia (Cofecon), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e a Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe) – criticam também o mecanismo de Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite que 30% dos recursos da Seguridade Social sejam destinados para outros fins, “especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição”.

Em conjunto, elas exigem que o governo federal divulgue “com ampla transparência” as receitas da Seguridade Social, “computando todas as fontes de financiamento previstas no artigo 195 da Constituição Federal, mostrando ainda o impacto anual da DRU, as renúncias fiscais que têm sido concedidas, a desoneração da folha de salários e os créditos tributários previdenciários que não estão sendo cobrados”.

Assinaram a carta as seguintes entidades:

Conselho Federal da OAB - CFOAB
 Conselho Federal de Economia - COFECON
 Comissão de Direito Previdenciário - OAB/PR
 Comissão de Direito Previdenciário-OAB/SC
 Comissão da Previdência Social - OAB/RJ
 Comissão de Previdência Complementar- OAB/DF
 Comissão de Direito Previdenciário OAB/ MA
 Comissão de Seguridade Social - OAB/DF
 Comissão de Direito Previdenciário - OAB/SP
 Comissão de Direito Previdenciário - OAB/ES
 Comissão de Direito de Seguridade Social - OAB/PE
 Comissão de Direito Previdenciário e Securitário - OAB/GO
 Comissão de Estudos e Atuação Previdenciária OA/AL
 Comissão Especial de Direito Previdenciário - OAB/BA
 Comissão de Direito Previdenciário OAB/ PB
 Comissão de Direito Previdenciário e Assistência Social OAB/CE
 Coordenadoria Nacional da Auditoria Cidadã
 Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP
 Fórum das Associações Representativas dos Policiais e dos Bombeiros Militares do Distrito Federal
 Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - ANAFE
 Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado
 Federação Nacional dos Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle - FENAFIRC
 Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO
 Instituto dos Advogados Previdenciários de São Paulo – IAPE
 Confederação dos Servidores Públicos do Brasil CSPB
 Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos - CNASP
 Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP
 Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF

08:26 - 30/03/2017

BNDES vai exigir termo anticorrupção na concessão de novos empréstimos
<http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/vai-exigir-termo-anticorrupcao-na-concessao-de-1>

06:43 - 30/03/2017

PUBLICIDADE

Blogs CB

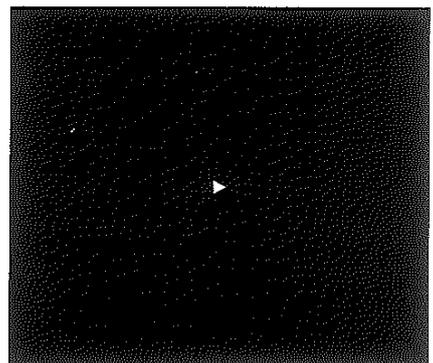
(<http://www.correio braziliense.com.br/blogs>)

BLOG DO SERVIDOR



BLOG DO VICENTE
 O que Temer quer saber é quanto os juros vão cair

(<http://blogs.correio braziliense.com.br/vicente/o-que-temer-quer-saber-e-quanto-os-juros-voao-cair/>)



PUBLICIDADE

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea
 Movimento dos Servidores Públicos Aposentados - MOSAP
 Central do Servidor
 Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - Anafe
 Instituto dos Advogados Previdenciários de São Paulo - Iape
 Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos - Cnasp
 Federação de Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do RS - Fetapergs.
 Fórum das Associações Representativas dos Policiais e dos Bombeiros Militares do Distrito Federal.
 Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal- SINPECPF
 Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário - Ibdprev
 Sindicato Nacional dos Servidores Federais Autárquicos nos Entes de Formulação, Promoção e Fiscalização da Política da Moeda e do Crédito-Sinal
 Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Sinasefe
 Sindicato dos Médicos do Distrito Federal - Sindmedico-DF
 Sindicado dos Trabalhadores da Fiocruz
 Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal- Sengen/DF

Veja, na íntegra, a carta:

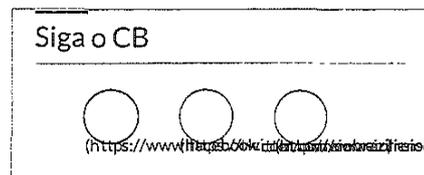
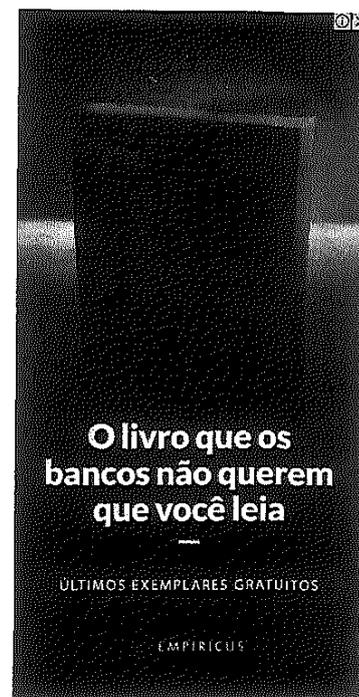
"As entidades abaixo nominadas, reunidas no Conselho Federal da OAB em 31 de janeiro de 2017, manifestam preocupação com relação ao texto da proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), tendo em vista que ela está fundamentada em premissas equivocadas e contem inúmeros abusos contra os direitos sociais.

A PEC 287/2016 tem sido apresentada pelo governo sob discurso de catástrofe financeira e "déficit", que não existem, evidenciando-se grave descumprimento aos artigos 194 e 195 da Constituição Federal, que insere a Previdência no sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas da Saúde e Assistência Social, sistema que tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais.

O superávit da Seguridade Social tem sido tão elevado que anualmente são desvinculados recursos por meio do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receitas da União), majorada para 30% em 2016. Tais recursos são retirados da Seguridade Social e destinados para outros fins, especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição.

Diante disso, antes de pressionar pela aprovação da PEC 287/2016, utilizando-se de onerosa campanha de mídia para levar informações questionáveis à população, exigimos que o Governo Federal divulgue com ampla transparência as receitas da Seguridade Social, computando todas as fontes de financiamento previstas no artigo 195 da Constituição Federal, mostrando ainda o impacto anual da DRU, as renúncias fiscais que têm sido concedidas, a desoneração da folha de salários e os créditos tributários previdenciários que não estão sendo cobrados.

A proposta de reforma apresentada pelo governo desfigura o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso a aposentadoria e demais benefícios à população brasileira que contribuiu durante toda a sua vida.



Dentre os abusos previstos na PEC 287/2016 destacamos os seguintes:

- 1) Exigência de idade mínima para aposentadoria a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e mulheres;
- 2) 49 (quarenta e nove) anos de tempo de contribuição para ter acesso à aposentadoria integral;
- 3) Redução do valor geral das aposentadorias;
- 4) Precarização da aposentadoria do trabalhador rural;
- 5) Pensão por morte e benefícios assistenciais em valor abaixo de um salário mínimo;
- 6) Exclui as regras de transição vigentes;
- 7) Impede a cumulação de aposentadoria e pensão por morte;
- 8) Elevação da idade para o recebimento do benefício assistencial (LOAS) para 70 anos de idade;
- 9) Regras inalcançáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres;
- 10) Fim da aposentadoria dos professores.

Além disso, a reforma da previdência prejudicará diretamente a economia dos municípios, uma vez que a grande maioria sobrevive dos benefícios da previdência social, que superam o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Diante disso, exigimos a suspensão da tramitação da PEC 287/2016 no Congresso Nacional até que se discuta democraticamente com a sociedade, de forma ampla, mediante a realização de audiências públicas que possibilitem a análise de estudos econômicos, atuariais e demográficos completos, a fim de que se dê a devida transparência aos dados da Seguridade Social.

É necessário garantir a participação da sociedade no sentido de construir alternativas que venham melhorar o sistema de Seguridade Social e ampliar a sua abrangência, impedindo o retrocesso de direitos sociais."

Tags: reforma previdência oab

lium=referral&utm_content=alternating-thumbnails-a:Below Article Hybrid Thumbnails:)
ium=referral&utm_content=alternating-thumbnails-a:Below Article Hybrid Thumbnails:)
ium=referral&utm_content=alternating-thumbnails-a:Below Article Hybrid Thumbnails:)
Recomendado Para Você

<http://api.avidadserver.com/api/Asms/click?tid=5582ef2a1ee0530758383c1f6c1d=58b0a2ac1ee0570d80646de3&p=1&sid1=diariosassociados-correioBraziliense&sid2=O+fimador+de+pele+que+todo+homem+deve+ter.&sid3=http%3A%2F%2Fcdn.taboolasyndication.com%2Flibrc%2Fstatic%2Fthumbnails%2F1681f659cb04b6dd0330050f71a3d693.jpg>

O firmador de pele que todo homem deve ter.

LifeCell





QUEM NÃO PAGA?

Reforma da Previdência ignora R\$ 426 bilhões devidos por empresas ao INSS

Dívida é o triplo do déficit anual calculado pelo governo. Entre as devedoras, estão as maiores empresas do país, como Bradesco, Caixa, Marfrig, JBS e Vale

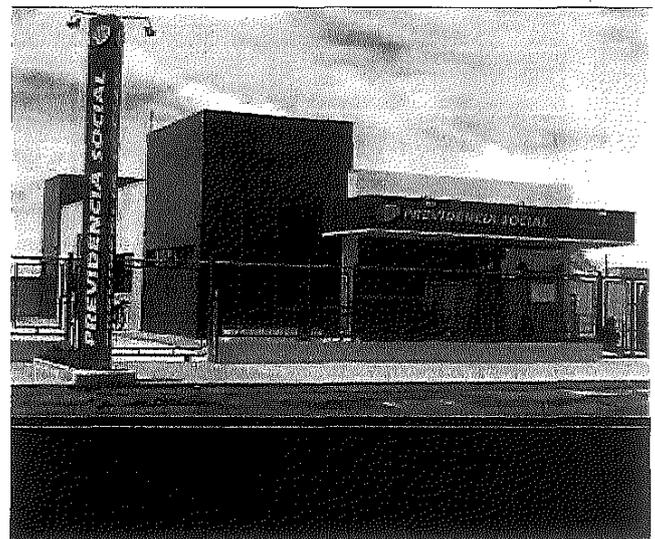
por Ana Magalhães | publicado 06/03/2017 11h14, última modificação 06/03/2017 11h31

Repórter Brasil – Enquanto propõe que o brasileiro trabalhe por mais tempo para se aposentar, a reforma da Previdência Social ignora os R\$ 426 bilhões que não são repassados pelas empresas ao INSS. O valor da dívida equivale a três vezes o chamado déficit da Previdência em 2016. Esses números, levantados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), não são levados em conta na reforma do governo Michel Temer.

“O governo fala muito de déficit na Previdência, mas não leva em conta que o problema da inadimplência e do não repasse das contribuições previdenciárias ajudam a aumentá-lo. As contribuições não pagas ou questionadas na Justiça deveriam ser consideradas (na reforma)”, afirma Achilles Frias, presidente do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

A maior parte dessa dívida está concentrada na mão de poucas empresas que estão ativas. Somente 3% das companhias respondem por mais de 63% da dívida previdenciária. A procuradoria estudou e classificou essas 32.224 empresas que mais devem, e constatou que apenas 18% são extintas. A grande maioria, ou 82%, são ativas.

Na lista das empresas devedoras da Previdência, há gigantes como Bradesco, Caixa Econômica Federal, Marfrig, JBS (dona de marcas como Friboi e Swift) e Vale. Apenas essas empresas juntas devem R\$ 3,9 bilhões, segundo valores atualizados em dezembro do ano passado.



REPRODUÇÃO/INSS



As 20 empresas que mais devem para a Previdência Social (em milhões de reais)

1 ^a	Varig	3.713
2 ^a	JBS	1.837
3 ^a	Vasp	1.683
4 ^a	Associação Educacional Luterana do Brasil	1.582
5 ^a	Banco Comercial Bancesa	1.418
6 ^a	Transbrasil Linhas Aéreas	1.219
7 ^a	Marfrig	811
8 ^a	Instituto Candango de Solidariedade	700
9 ^a	Instituto Presbiteriano Mackenzie	648
10 ^a	Águas e esgotos do Piauí	585
11 ^a	Prefeitura Municipal de Guarulhos	564
12 ^a	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural	550
13 ^a	Prefeitura Municipal de São Paulo	549
14 ^a	Caixa Econômica Federal	549
15 ^a	Teka (em recuperação)	531
16 ^a	Dedini (em recuperação)	500
17 ^a	Gazeta Mercantil	484
18 ^a	Eucatur	480
19 ^a	Companhia de Saneamento Ambiental do Mar	475
20 ^a	Banco Bradesco	465

A *Repórter Brasil* entrou em contato com essas empresas para entender quais são os pontos em desacordo. O Bradesco afirma que não comenta processos judiciais. A JBS diz que está negociando a dívida com a Receita Federal. A Marfrig afirma, em nota, que discute judicialmente a possibilidade de compensação de débitos previdenciários com créditos relativos ao PIS e a COFINS e que negociou o parcelamento da dívida. A Vale informa que possui questionamentos judiciais referentes às contribuições previdenciárias e que ofereceu garantias da dívida, o que a permite estar em ‘regularidade fiscal’. A Caixa Econômica Federal não se pronunciou. Leia a [íntegra das respostas](#).

Acesse a lista dos [500 maiores devedores da Previdência](#) (em pdf).



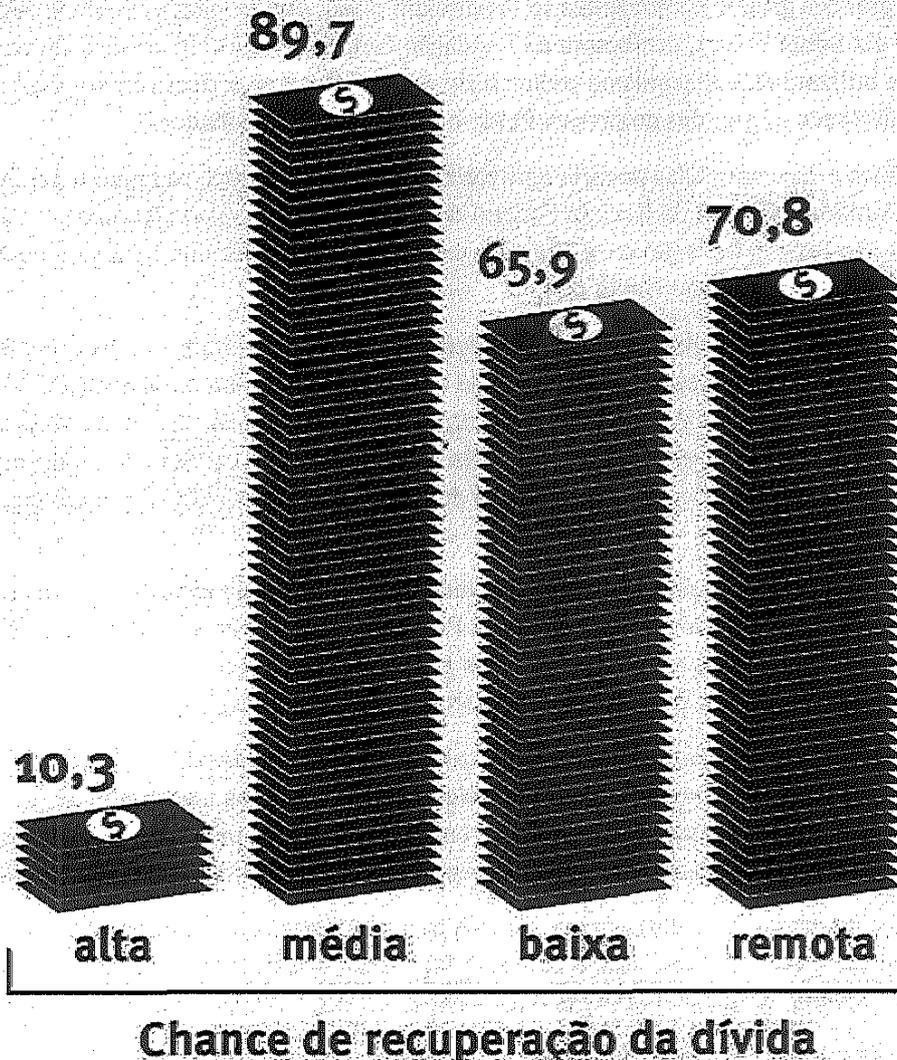
Reforma da Previdência ignora R\$ 426 bilhões devidos por empresas ao INSS — Rede Brasil Atual Página 3 de 4

Parte da dívida não pode ser recuperada

Apesar da maior parte das empresas devedoras estarem na ativa, no topo da lista há também grandes companhias falidas há anos, como as aéreas Varig e Vasp. Por isso, nem toda a dívida pode ser recuperada. É provável que quase 60% do valor devido nunca chegue aos cofres do INSS — ou porque são de empresas falidas, em processo de falência, tradicionais sonegadas ou laranjas.

Apenas R\$ 10,3 bilhões (4% do montante da dívida) têm alta probabilidade de recuperação, segundo estudo da procuradoria divulgado em março do ano passado. Do classificado à época, referente à R\$ 375 bilhões de dívidas, constatou-se que 38% têm média chance de recuperação; 28% tem baixa chance e 30% tem chances remotas (veja detalhes no quadro abaixo).

Quanto é possível recuperar da dívida com o INSS? (em bilhões de reais)



A prova disso é que o percentual de recuperação é baixo. Em 2016, a procuradoria recuperou apenas R\$ 4,15 bilhões dos créditos previdenciários, o equivalente a 0,9% da dívida previdenciária total.



Reforma da Previdência ignora R\$ 426 bilhões devidos por empresas ao INSS — Rede Brasil Atual Página 4 de 4

Apesar disso, a procuradoria diz tomar medidas para recuperar esse valor. “Estamos num momento em que sempre se ronda o aumento da carga tributária, e a PGFN entende que o verdadeiro ajuste fiscal é cobrar de quem deve para não onerar quem paga,” diz Daniel de Saboia Xavier, coordenador-geral de grandes devedores da procuradoria.

O estudo poderia, inclusive, ajudar a retirar algumas empresas do mercado. “A empresa fraudadora viola a livre concorrência e prejudica empresas do mesmo ramo que não fraudam”, afirma Xavier, destacando que o órgão priorizará a cobrança das empresas que entram nos critérios ‘alta’ e ‘média’. Xavier explica ainda que muitas das empresas que estão inscritas como devedoras de valores com alta chance de recuperação apresentam questionamentos judiciais.

A Repórter Brasil questionou quais são as empresas que seriam priorizadas à assessoria de imprensa através da Lei de Acesso à Informação, mas a procuradoria negou a informação sob a justificativa de que a divulgação violaria o sigilo fiscal.

Por que a dívida é tão alta?

A morosidade da Justiça, a complexidade da legislação tributária brasileira e os programas de parcelamento do governo são apontados como os principais fatores que explicam a alta dívida previdenciária no país.

“Não é um crime dever, e grandes grupos empresariais se beneficiam disso, questionam valores na Justiça e ficam protelando a vida inteira,” diz Sônia Fleury, professora da Fundação Getúlio Vargas. “É preciso fazer uma varredura para ver como as empresas utilizam esse mecanismo protelatório na Justiça e tomar decisões no nível mais alto para impedir esse jogo, que só favorece as grandes empresas. Perde o governo e o trabalhador.”

A criação de varas específicas e especializadas poderia agilizar esse tipo de cobrança, segundo o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Wilson Romero. “A única forma de fazer com que as empresas não fiquem devendo ao INSS seria ter uma estrutura fiscalizadora e cobradora mais eficiente e eficaz, o que chega a ser utopia no Brasil de hoje”, avalia Romero.

Sem a criação dessas varas, o sistema de cobrança continua lento. Uma ação de cobrança da Fazenda Nacional demora cerca de nove anos no Brasil segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2012. A responsabilidade pela cobrança das dívidas é da PGFN. Por outro lado, é dever da Receita Federal fiscalizar se os repasses previdenciários estão de fato ocorrendo, mas o trabalhador pode também conferir se a sua empresa está cumprindo a obrigação dos repasses pedindo, em uma agência do INSS, o extrato CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais).

O coordenador de Previdência do Ipea, Rogério Nagamine, acredita ser necessário melhorar a recuperação dessas dívidas, mas aponta que ela não resolve todos os problemas da Previdência. Por isso, ele defende a reforma proposta pelo atual governo – que estabelece a idade mínima de 65 anos para se aposentar (com pelo menos 25 anos de contribuição) e que, entre outras alterações, muda a base de cálculo do benefício, com redução de seu valor final.

A complexa legislação tributária do país é outro motivo para o alto volume dessa dívida, na avaliação da assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Grazielle David. Hoje, os inadimplentes da União pagam multa sobre a dívida, mas, segundo a especialista, essa multa vem sendo reduzida pela Receita Federal, pela procuradoria e pelo INSS nos últimos anos, em decorrência do parcelamento especial de débitos tributários.

“Principalmente nas grandes empresas, isso gera uma segurança para colocar a inadimplência e a sonegação no planejamento tributário, porque o risco é menor que o bônus. A legislação praticamente incentiva uma empresa a ficar inadimplente ou a sonegar”, afirma, destacando que em outros países as leis costumam ser mais rígidas.

A procuradoria informou, por meio de sua assessoria, que “o que tem prejudicado a cobrança dessas dívidas, em realidade, são os sucessivos programas de parcelamento especial (Refis) editados nos últimos 17 anos. Os devedores têm utilizado esses parcelamentos como meio de rolagem da dívida, migrando de programa de forma sucessiva, sem, contudo, quitar os débitos.”



NOTA DA CNBB SOBRE A PEC 287/16 – “REFORMA DA PREVIDÊNCIA”

“Ai dos que fazem do direito uma amargura e a justiça jogam no chão”

(Amós 5,7)

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília-DF, dos dias 21 a 23 de março de 2017, em comunhão e solidariedade pastoral com o povo brasileiro, manifesta apreensão com relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, de iniciativa do Poder Executivo, que tramita no Congresso Nacional.

O Art. 6º. da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a Previdência seja um Direito Social dos brasileiros e brasileiras. Não é uma concessão governamental ou um privilégio. Os Direitos Sociais no Brasil foram conquistados com intensa participação democrática; qualquer ameaça a eles merece imediato repúdio.

Abrangendo atualmente mais de 2/3 da população economicamente ativa, diante de um aumento da sua faixa etária e da diminuição do ingresso no mercado de trabalho, pode-se dizer que o sistema da Previdência precisa ser avaliado e, se necessário, posteriormente adequado à Seguridade Social.

Os números do Governo Federal que apresentam um déficit previdenciário são diversos dos números apresentados por outras instituições, inclusive ligadas ao próprio governo. Não é possível encaminhar solução de assunto tão complexo com informações inseguras, desencontradas e contraditórias. É preciso conhecer a real situação da Previdência Social no Brasil. Iniciativas que visem ao conhecimento dessa realidade devem ser valorizadas e adotadas, particularmente pelo Congresso Nacional, com o total envolvimento da sociedade.

O sistema da Previdência Social possui uma intrínseca matriz ética. Ele é criado para a proteção social de pessoas que, por vários motivos, ficam expostas à vulnerabilidade social (idade, enfermidades, acidentes, maternidade...), particularmente as mais pobres. Nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores éticos-sociais e solidários. Na justificativa da PEC 287/2016 não existe nenhuma referência a esses valores, reduzindo a Previdência a uma questão econômica.



Buscando diminuir gastos previdenciários, a PEC 287/2016 “soluciona o problema”, excluindo da proteção social os que têm direito a benefícios. Ao propor uma idade única de 65 anos para homens e mulheres, do campo ou da cidade; ao acabar com a aposentadoria especial para trabalhadores rurais; ao comprometer a assistência aos segurados especiais (indígenas, quilombolas, pescadores...); ao reduzir o valor da pensão para viúvas ou viúvos; ao desvincular o salário mínimo como referência para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a PEC 287/2016 escolhe o caminho da exclusão social.

A opção inclusiva que preserva direitos não é considerada na PEC. Faz-se necessário auditar a dívida pública, taxar rendimentos das instituições financeiras, rever a desoneração de exportação de commodities, identificar e cobrar os devedores da Previdência. Essas opções ajudariam a tornar realidade o Fundo de Reserva do Regime da Previdência Social – Emenda Constitucional 20/1998, que poderia provisionar recursos exclusivos para a Previdência.

O debate sobre a Previdência não pode ficar restrito a uma disputa ideológico-partidária, sujeito a influências de grupos dos mais diversos interesses. Quando isso acontece, quem perde sempre é a verdade. O diálogo sincero e fundamentado entre governo e sociedade deve ser buscado até à exaustão.

Às senhoras e aos senhores parlamentares, fazemos nossas as palavras do Papa Francisco: “A vossa difícil tarefa é contribuir a fim de que não falem as subvenções indispensáveis para a subsistência dos trabalhadores desempregados e das suas famílias. Não falte entre as vossas prioridades uma atenção privilegiada para com o trabalho feminino, assim como a assistência à maternidade que sempre deve tutelar a vida que nasce e quem a serve quotidianamente. Tutelai as mulheres, o trabalho das mulheres! Nunca falte a garantia para a velhice, a enfermidade, os acidentes relacionados com o trabalho. Não falte o direito à aposentadoria, e sublinho: o direito — a aposentadoria é um direito! — porque disto é que se trata.”

Convocamos os cristãos e pessoas de boa vontade, particularmente nossas comunidades, a se mobilizarem ao redor da atual Reforma da Previdência, a fim de buscar o melhor para o nosso povo, principalmente os mais fragilizados.

Na celebração do Ano Mariano Nacional, confiamos o povo brasileiro à intercessão de Nossa Senhora Aparecida. Deus nos abençoe!

Brasília, 23 de março de 2017.



Cardeal Sergio da Rocha

Arcebispo de Brasília

Presidente da CNBB

Dom Murilo S. R. Krieger, SCJ

Arcebispo de São Salvador da Bahia

Vice-Presidente da CNBB

Dom Leonardo Ulrich Steiner, OFM

Bispo Auxiliar de Brasília

Secretário-Geral da CNBB



Por que queremos a CPI da Previdência?

Não há déficit.

Problemas

- O que a Previdência deixa de arrecadar por ano? Qual o valor devido? R\$ 500 bi? Fala-se em mais de R\$ 1 trilhão. Dados da Anfip.

 - Quem são os 500 maiores devedores? Quais são as empresas? Fundações, governos estaduais, prefeituras. Dívidas iniciadas na década de 1960.

 - Qual o valor sonegado hoje à Previdência? Quem são os maiores sonegadores?

 - Como acontece as fraudes? Quem são os fraudadores? Há Corrupção?

 - Como acontece a cobrança dos débitos? Há cobrança efetiva? Há fiscalização?

 - Quanto a Previdência deixa de arrecadar com as anistias?

 - E as Desonerações? Por que os governos as utilizam?

 - E a DRU? (Desvinculação das receitas da União). R\$ 120 bilhões por ano, até 2023, da Seguridade.

 - Os governos utilizam o dinheiro da Previdência para fazer superávit primário.
- Desvios históricos da Previdência (Brasília, Ponte Rio Niterói, transamazônica).

Sugestões

- Respeito a Constituição de 1988. Artigo 198. Financiamentos da seguridade.
- Dinheiro da Previdência não pode ser destinado para outros fins.
- Gestão democrática, transparente e quadripartite (governo, iniciativa privada, trabalhadores e aposentados). Artigo 194 da Constituição. Tendência moderna onde a sociedade participa da administração do seu dinheiro.



REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM 10 PONTOS

1. **Idade Mínima:** Na prática, acaba com a diferença entre aposentadoria por idade e tempo de contribuição. Fixa idade mínima de 65 anos para ambos os sexos, com carência de 25 anos.
2. **Tempo de Contribuição** que hoje é de 15 anos, vai passar para 25 anos. Sendo que para aposentar com valor integral, homens e mulheres terão que contribuir por 49 anos. Pois, no cálculo dos benefícios é considerado 51% da média das remunerações/salários de contribuição. A cada ano de contribuição é acrescido 1%.
Ex. se ele começou a trabalhar no mês que completa 18 anos de idade, poderá aposentar com a integralidade na remuneração aos 67 anos (51% + 49 anos de contribuição), desde que não tenha interrupção no tempo de contribuição.
3. **Trabalhadores Rurais na prática**, deixa de ser custeada mediante contribuição sobre a produção comercializada, rateada entre os membros do grupo familiar e passa a ser individual e calcula sobre o salário mínimo, em percentual a ser fixado em lei, mas com “alíquota favorecida”.

A regra de transição para o trabalhador rural, redução de cinco anos na idade, independente do gênero.

A transição para trabalhadores rurais que exercem atividade em regime de economia familiar e que já tenham 45/50 (M/H) anos na data da promulgação da PEC. Na transição, fará jus, além da carência de 180 contribuições, **cumprir pedágio de 50% de contribuição do tempo faltante.**



4. **Pensão ou Aposentadoria** - os beneficiários terão que escolher entre a Pensão ou Aposentadoria (não poderá mais acumular). O benefício de pensão será pago no valor de 50% (cota familiar), acrescido de 10% por cada filho. Quando o filho alcançar a maioridade (deixar de ser dependente), as cotas não serão revertidas para os demais pensionista. A Pensão poderá ser inferior ao salário mínimo.
5. **Aposentadoria Especial:**
Os professores e professoras - Revoga-se o direito à aposentadoria especial para os servidores do magistério, exceto pelos abrangidos pela regra de transição, que terão redução de idade e tempo de contribuição para o magistério e policiais. Aplicável, porém, somente a quem tiver as idades mínimas (45/50) na data da promulgação da PEC e houver ingressado até a data da sua promulgação.
Policiais (exceto militares) - Revoga o direito de aposentadoria especial nas condições de risco, exceto para os abrangidos pela regra de transição dos policiais, onde exige a comprovação de ao menos 20 anos de efetivo exercício em cargo de natureza policial, desde que tenha idade mínima de 45/50 anos até a promulgação da proposta.
6. **Servidor Público:** O segurado que, na data da promulgação da emenda, comprovar 20 anos de efetivo exercício no Serviço Público e tiver idade igual ou superior a 45, se mulher, ou 50 anos de idade, se homem, será “beneficiado” pela regra de transição e poderá se aposentar aos 60 anos de idade, se homem, ou 55 se mulher, desde que cumpra o pedágio de 50% sobre o tempo que faltava para



completar o tempo de contribuição na data da promulgação da emenda.

7. **Benefício de Prestação Continuada – BPC:** Trata-se da elevação de 65 para 70 anos a idade mínima para se fazer jus ao benefício de Assistência Social. Além disso, estabelece que o valor do benefício será fixado em lei, em substituição à atual previsão de um salário mínimo. Constitucionaliza o conceito de renda familiar integral per capita, a fim de impedir que seja excluído do cômputo o benefício recebido pelo outro.
8. **Cálculo da aposentadoria** - estabelece que o benefício corresponderá a 51% da média dos salários, acrescido de 1% por ano de contribuição. Para obter 100% da média dos salários percebidos no período de cálculo, o servidor deverá ter 49 anos de contribuição. Com 65 anos de idade, ele terá que ter tido contribuições ininterruptas desde os 16 anos de idade, sem distinção entre homem e mulher.
9. **Quem está para se aposentar terá que contribuir por mais de 50% do tempo que falta.**

Servidor Público trata-se das regras de transição para servidores públicos. As regras se aplicam também a magistrados e membros do MP, membros do TCU, Defensores, etc. Militares das Forças Armadas não são afetados pela PEC em nenhum aspecto. O servidor que tiver ingressado até a promulgação da PEC e que tenha 45/50 anos (M/H) ou mais, observará a idade de 55/60 anos, mais 30/35 anos de contribuição, 25 anos de serviço público e cinco anos no



cargo, e desde que cumprido o “pedágio” de 50% de contribuição adicional sobre o tempo.

Acaba a fórmula 85/95

RGPS – regra de transição para os homens com 50 anos e mulheres com 45 anos, até a data de promulgação da EMENDA:

Segurados terão que pagar pedágio de 50% do tempo que faltaria para se aposentar.

- 10. Sempre que a expectativa média de vida aumentar, aumentará a idade mínima - Trata-se de mecanismo automático de elevação da idade mínima para a aposentadoria, vinculada ao aumento na expectativa de sobrevida dos brasileiros, medida pelo IBGE a cada ano. Quando aumentar um ano na expectativa de sobrevida, aumentará pelo menos um ano na idade mínima.**



Documentos encaminhados pelo Senador Jorge Viana, nos termos do art. 210 do Regimento Interno.



EDITORIAL | NEW YORK TIMES

Presidente Trump arrisca o planeta

Pelo Conselho Editorial
28 de março de 2017

Não demorou muito.

Somente 10 semanas na presidência, e provocando grande risco para as gerações futuras, Donald Trump ordenou a demolição da maioria das políticas do presidente Barack Obama para combater as mudanças climáticas, reduzindo as emissões de combustíveis fósseis.

A briga começou com a promessa do Sr. Trump em Detroit de reverter os padrões de eficiência de combustível para carros e caminhões, continuou com um mesquinho plano de orçamento que terminaria com o financiamento de programas científicos relacionados ao clima e atingiu o ápice nesta infeliz terça-feira com a ordem executiva para que, entre outras coisas, acabe com a peça central da estratégia de energia limpa de Obama, uma regra que desligaria centenas de antigas usinas a carvão e congelaria a construção de novas.

Nada disso foi inesperado de um homem que descreveu a mudança climática como um embuste inventado pelos chineses para destruir a indústria americana e que se cercou de oficiais de gabinete e assistentes que conhecem ou se importam pouco com a questão do aquecimento global e suas conseqüências. Em muitos casos, esses devem seu sucesso político à generosidade das empresas de petróleo, gás e carvão.

Ainda assim, a reunião na Agência de Proteção Ambiental na terça-feira foi profundamente desalentadora – e não apenas por causa



das cansadas queixas do Sr. Trump sobre a regulamentação de trabalho. Ou suas falsas promessas de gerar mais postos de trabalho para os trabalhadores do carvão, cuja indústria está em declínio irreversível por causa do gás natural mais barato e pela decisão de triplicar as fontes de energia mais limpas como o eólica e solar.

Foi desalentador também porque repudia o sólido consenso científico de que, sem ação rápida, as conseqüências da mudança climática – mares crescentes, secas mais devastadoras, extinção generalizada de espécies – provavelmente ficarão piores. É desalentador porque reafirmou o apoio da administração a fontes de energia mais velhas e mais sujas, quando todo o impulso econômico e novos investimentos reside em novas formas de energia mais limpas.

É desalentador porque desconsidera o apoio público generalizado para a proteção ambiental – incluindo os apelos dos executivos de centenas de grandes corporações americanas. Eles temem que, sem inovação energética, seus custos vão subir e sua vantagem competitiva sobre as empresas estrangeiras serão perdidas.

Talvez o mais importante, a ignorância do Sr. Trump despojou a América de seu papel duramente conquistado como líder global em questões climáticas. Houve algum alívio pelo fato de que Trump não usou a ocasião para retirar os Estados Unidos do acordo de Paris, concluído em dezembro de 2015, quando 195 nações se reuniram pela primeira vez em um esforço coletivo para reduzir os gases de efeito estufa, em grande parte por causa dos incansáveis esforços de Obama e de seu secretário de Estado, John Kerry, para levar à mesa de negociação China e Índia.

Mas a verdade é que o Sr. Trump, para todos os efeitos práticos, repudiou Paris. As iniciativas que ele ameaça dismantelar são as mesmas que apoiam a promessa expansiva de Obama em Paris de reduzir até 2025 as emissões de gases de efeito estufa da América em mais de um quarto abaixo dos níveis de 2005. Sem eles, os Estados Unidos não terão nem as ferramentas nem a



credibilidade para liderar o mundo na redução de emissões, e certamente os líderes da China e da Índia e do resto do mundo são espertos o suficiente para verem isso.

Isso levanta dois perigos muito reais. Ou outros grandes países também saem do acordo. Ou eles decidem aproveitar a iniciativa sobre fontes de energia limpa, o que seria bom para o clima, mas ruim para a indústria americana.

Existem maneiras de evitar essa loucura? Sim. As ordens do Sr. Trump não terão efeito imediatamente. A EPA vai precisar de um ano ou mais para desenvolver uma substituição para o Plano de Energia Limpa. Estados progressistas como a Califórnia e Nova York quase certamente irão com suas próprias iniciativas para reduzir os gases de efeito estufa. E depois há a opinião pública., que puniu severamente os republicanos em 1994, quando Newt Gingrich e seus aliados tentaram reverter as leis ambientais.

A opinião pública os castigou novamente em 2008, depois de oito anos de negacionismo e prevaricação sobre a mudança climática sob o governo de George W. Bush e seu acólito de combustível fóssil, Dick Cheney. Há tempo suficiente antes que a ignorância do Sr. Trump se traduza em uma política real para o público fazer com que sua oposição a esta agenda anti-ciência seja sentida novamente.

https://www.nytimes.com/2017/03/28/opinion/president-trump-risks-the-planet.html?action=click&pgtype=Homepage&clickSource=story-heading&module=opinion-c-col-left-region®ion=opinion-c-col-left-region&WT.nav=opinion-c-col-left-region&_r=0



Representação (Verissimo)

Os projetos de terceirização e reforma da Previdência afetam justamente a maioria da população, a maioria que não está no Congresso para se defender

Há muito mais operários, trabalhadores no campo e empregados em geral — enfim, povão — do que a soma de todos os empresários, evangélicos, rentistas, latifundiários etc. do nosso Brasil. O que quer dizer que a grande, a eterna crise que vivemos, é uma crise de representatividade. Minorias com interesses restritos têm suas bancadas amestradas no Congresso. A imensa maioria do país tem representação escassa, em relação ao seu tamanho, e o que passa por “esquerda” na oposição mal pode-se chamar de bancada, muito menos de coesa. Só a ausência de uma forte representação do povo explica que coisas como a terceirização e a futura reforma da Previdência passem no Congresso como estão passando, assoviando. Os projetos de terceirização e reforma da Previdência afetam justamente a maioria da população, a maioria que não está lá para se defender. Li que a Lei das Privatizações vai ser mais “dura” do que sua versão original, que não agradou aos empresários. Os empresários pediram para o Temer endurecer. Os empresários têm o ouvido do Temer. O povo era um vago murmúrio, longe das conversas no Planalto.

Não há muita diferença entre o que acontece hoje e como era na Velha República, em que o país era governado por uma casta autoungida, que só representava a si mesma. Agora é até pior, pois a aristocracia de então não se disfarçava. Hoje, temos uma democracia formal, mas que também representa poucos, e se faz passar pelo que não é.

Claro, sempre é bom, quando se critica o Congresso, destacar as exceções, gente que na sua briga para torná-lo mais representativo quase redime o resto. Que se multipliquem.

ROTAÇÃO

Da série “quem diria...” Uma das razões para impedir que um comunista chegasse um dia à Presidência dos Estados Unidos era o temor de que o país passasse a ser governado pelo Kremlin. A possibilidade de um comunista ser eleito era remota, mas o medo era real, e alimentou o macarthismo e as atividades do FBI durante anos. Corta para hoje, e a revelação de que o FBI está investigando a possibilidade de o Kremlin ter ajudado na eleição do... Trump! Um espécime acabado de reacionarismo americano. Outra prova da rotação da Terra.



Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2017

(Proveniente da Medida Provisória nº 751, de 2016)

Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

[Texto do projeto de lei de conversão](#)

[Medida provisória original](#)

<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2517887>

[Emendas apresentadas perante a Comissão Mista](#)

<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3410146>

[Parecer nº 1, de 2017 - CN da Comissão Mista](#)

<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5086069>

[Nota técnica](#)

<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3410137>

[Sinopse de tramitação na Câmara](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp?idProposicao=2112586&ord=1&tp=completa



Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA E FINALIDADE DO PROGRAMA CARTÃO REFORMA

Art. 1º Fica instituído o Programa Cartão Reforma, que tem por finalidade a concessão de subvenção econômica para aquisição de materiais de construção, destinada à reforma, à ampliação ou à conclusão de unidades habitacionais dos grupos familiares contemplados, incluídos o fornecimento de assistência técnica e os custos operacionais do Programa que estejam a cargo da União.

§ 1º A União fica autorizada a conceder a subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo mediante recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º A parcela da subvenção econômica destinada à aquisição de materiais de construção deverá ser aplicada exclusivamente no imóvel indicado pelo beneficiário, por ocasião da inscrição no processo de seleção do Programa.

§ 3º A subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo poderá ser concedida mais de uma vez por grupo familiar e por imóvel, desde que não ultrapasse o valor máximo estipulado pelo Poder Executivo federal.

§ 4º A subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo não poderá ser cumulada com outros subsídios concedidos no âmbito de programas habitacionais da União, excetuados aqueles concedidos a pessoas físicas há mais de dez anos,



contados a partir do seu cadastro no Programa Cartão Reforma, bem como os descontos habitacionais concedidos nas operações de financiamento de aquisição de material de construção realizadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

§ 5º A subvenção de que trata este artigo também poderá ser empregada na aquisição de materiais de construção destinados a promover a acessibilidade nos imóveis em que residirem pessoas com deficiência.

§ 6º A União transferirá para os entes apoiadores, no todo ou em parte, a parcela dos recursos destinada à assistência técnica, limitada a 15% (quinze por cento) da dotação orçamentária do Programa.

Art. 2º Compete ao Ministério das Cidades a gestão do Programa.

Parágrafo único. O *software* utilizado na gestão do Programa Cartão Reforma será auditado pelo órgão de controle externo do Poder Executivo.

Art. 3º Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa.

§ 1º Os Ministros de Estado das Cidades, da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão fixarão, em ato conjunto, a remuneração a ser oferecida à Caixa Econômica Federal pelas atividades exercidas no âmbito do Programa.

§ 2º Compete à Caixa Econômica Federal, na condição de Agente Operador do Programa, expedir os atos necessários à atuação de instituições financeiras oficiais na operacionalização do Programa.



Art. 4º A União, por intermédio do Ministério das Cidades, manterá controle gerencial das ações do Programa, a partir de relatórios periodicamente encaminhados pela Caixa Econômica Federal, na condição de Agente Operador, e pelos entes apoiadores.

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - grupo familiar: a unidade nuclear composta por um ou mais moradores permanentes que contribuam para o seu rendimento conjunto ou que tenham as suas despesas por ela atendidas, abrangidas todas as espécies de famílias reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive a família unipessoal;

II - renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos integrantes de um grupo familiar, incluídos os rendimentos provenientes de programas oficiais de transferência de renda;

III - reforma, ampliação e conclusão de unidade habitacional: as obras destinadas à melhoria de condições de habitabilidade, de salubridade, de segurança, de acessibilidade e de dignidade da moradia, conforme regulamentação do Poder Executivo federal;

IV - cartão reforma: meio de pagamento nominal aos beneficiários do Programa para que adquiram exclusivamente materiais de construção, obedecidos os requisitos previstos nesta Lei e em regulamentação do Poder Executivo federal;

V - entes apoiadores: os Estados, o Distrito Federal e os Municípios responsáveis pela fiel execução das ações do Programa;



VI - participantes: os beneficiários, a União e seus agentes, a Caixa Econômica Federal e seus agentes, os entes apoiadores e seus agentes, os comerciantes de materiais de construção e todos aqueles que concorrerem para as ações do Programa ou que se beneficiarem, direta ou indiretamente, dos recursos deste;

VII - assistência técnica: conjunto de ações, definido pelo Poder Executivo federal, a ser adotado pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para a orientação aos beneficiários do Programa quanto à adequada aplicação dos recursos oriundos da subvenção econômica recebida; e

VIII - subvenção econômica: recursos provenientes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social destinados à aquisição de materiais de construção, incluídos o fornecimento de assistência técnica e os custos operacionais do Programa que estejam a cargo da União.

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e instituições privadas poderão complementar o valor da subvenção econômica de que trata o *caput* do art. 1º, mediante aportes de recursos financeiros, concessão de incentivos fiscais ou fornecimento de bens e serviços economicamente mensuráveis, nas condições a serem definidas pelo Poder Executivo federal.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não exclui a competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para instituírem programas complementares, com recursos próprios.



CAPÍTULO II
DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA

Art. 7º Para participar do Programa, o candidato a beneficiário deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I - integrar grupo familiar com renda mensal de até R\$ 2.811,00 (dois mil, oitocentos e onze reais);

II - ser proprietário, possuidor ou detentor de imóvel residencial, em áreas regularizadas ou passíveis de regularização, na forma da lei, excluído o ocupante de imóveis cedidos ou alugados; e

III - ser maior de dezoito anos ou emancipado.

§ 1º O limite fixado no inciso I do *caput* deste artigo poderá ser corrigido com base em índices oficiais, estabelecido em regulamento.

§ 2º É vedada a utilização da subvenção econômica do Programa em imóveis de natureza exclusivamente comercial.

§ 3º Na comprovação da situação econômico-financeira dos beneficiários, o poder público deverá:

I - exigir qualificação pessoal completa do beneficiário, incluindo seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II - verificar a veracidade das informações por meio do cruzamento de dados oficiais do beneficiário, assegurado o sigilo constitucional das informações.

§ 4º Outros requisitos para participação no Programa poderão ser definidos em regulamento.



6

Art. 8º Terão prioridade de atendimento, no âmbito do Programa, os grupos familiares:

- I - cujo responsável pela subsistência seja mulher;
- II - de que façam parte pessoas com deficiência, conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;
- III - de que façam parte idosos, conforme a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;
- IV - com menor renda familiar.

Art. 9º Os recursos da subvenção econômica ficarão disponíveis para o beneficiário por até doze meses, contados da disponibilização do benefício para efetivo uso.

Parágrafo único. A comprovação do uso dos recursos disponibilizados no âmbito do Programa será efetivada por meio da comprovação da devida aquisição dos materiais de construção.

Art. 10. O Programa Cartão Reforma deverá destinar, no mínimo, 20% (vinte por cento) de seus recursos e subvenções para atender às famílias que residam em zona rural.

CAPÍTULO III DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 11. A execução e a gestão do Programa contarão com a participação dos entes apoiadores.

§ 1º A supervisão e a avaliação das ações do Programa serão realizadas em regime de colaboração com os órgãos competentes dos entes apoiadores.

§ 2º O Poder Executivo federal estabelecerá:

- I - os procedimentos e as condições necessárias para adesão ao Programa;
- II - as competências dos participantes do Programa;



III - os instrumentos a serem celebrados entre a União e os entes apoiadores no âmbito do Programa;

IV - os limites da parcela da subvenção econômica concedida a cada beneficiário do Programa;

V - os limites da parcela da subvenção econômica destinada à assistência técnica;

VI - os limites da parcela da subvenção econômica destinada à satisfação dos custos operacionais do Programa que estejam a cargo da União;

VII - os procedimentos e os instrumentos de controle e de acompanhamento das ações do Programa pelos entes federados;

VIII - as metas a serem atingidas pelo Programa;

IX - as diretrizes para gestão e avaliação dos resultados do Programa;

X - os critérios de alocação dos recursos do Programa no território nacional;

XI - os critérios de seleção dos beneficiários do Programa;

XII - a periodicidade e os critérios de atualização dos limites da renda familiar mensal.

Art. 12. Compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que aderirem ao Programa, na qualidade de entes apoiadores:

I - elaborar proposta de melhorias habitacionais em áreas específicas da cidade aptas a receberem a subvenção prevista no Programa;

II - cadastrar os grupos familiares interessados em participar do Programa nas áreas propostas;



III - prestar, na forma do § 6º do art. 1º desta Lei, assistência técnica aos beneficiários e realizar as ações de coordenação, acompanhamento e controle do Programa nas respectivas esferas de atuação.

Parágrafo único. No âmbito municipal, o Programa terá um coordenador-geral, responsável pelas ações de gestão, e um coordenador técnico, obrigatoriamente profissional com registro nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia ou nos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo, encarregado do gerenciamento das equipes de assistência técnica.

Art. 13. Os conselhos municipais de habitação, onde houver, poderão auxiliar, em caráter consultivo, no planejamento, no monitoramento, na fiscalização e na avaliação do Programa.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A aplicação indevida dos recursos da subvenção econômica de que trata esta Lei sujeitará o beneficiário às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas e penais cabíveis:

I - vedação ao recebimento de recursos ou benefícios associados a qualquer programa habitacional federal; e

II - obrigação de devolver integralmente os recursos recebidos, em valor corrigido monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Art. 15. Os participantes do Programa, públicos ou privados, que venham a descumprir normas ou a contribuir, por ação ou omissão, para a aplicação indevida dos recursos do Programa, perderão a possibilidade de atuar nele, sem prejuízo do dever de ressarcimento dos danos causados e das demais sanções civis, administrativas e penais aplicáveis, em especial as previstas na Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1° O servidor público e o agente da entidade participante do Programa serão responsabilizados quando:

I - informarem, inserirem ou fizerem inserir dados ou informações falsas no âmbito do Programa;

II - contribuírem para que pessoa diversa do beneficiário final do Programa receba vantagem indevida; ou

III - derem causa ou contribuírem para irregularidades na implementação das ações do Programa.

§ 2° Na hipótese do § 1° deste artigo, caso comprovado dolo ou fraude, o servidor público e o agente da entidade participante do Programa ficarão adicionalmente obrigados a pagar multa, nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia da subvenção econômica recebida ou do dano causado.

§ 3° Apurado, por meio de processo administrativo, o valor a ser ressarcido e não tendo sido pago pelo responsável, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos da União, na forma da legislação pertinente.



10

Art. 16. Pela inexecução total ou parcial das ações do Programa, o Poder Executivo federal poderá, garantidos a prévia e ampla defesa e o contraditório, aplicar multa aos entes apoiadores e ao Agente Operador, na forma prevista no instrumento celebrado.

Art. 17. Ato do Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 29 de março de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente



MPV Nº 751/2016	
Publicação no DOU	10/11/2016
Emendas	até 16/11/2016
Prazo na Comissão	*
Remessa do processo à CD	-
Prazo na CD	até 07/12/2016 (até o 28º dia)
Recebimento previsto no SF	07/12/2016
Prazo no SF	de 08/12/2016 a 21/12/2016 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	21/12/2016
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	de 22/12/2016 a 03/02/2017 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	04/02/2017 (46º dia)
Prazo final no Congresso	18/02/2017 (60 dias)
⁽¹⁾ Prazo final prorrogado	19/04/2017
⁽¹⁾ Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 2017 - DOU (Seção 1) de 14-02-2017 .	
*Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.	

MPV Nº751/2016	
Votação na Câmara dos Deputados	28/03/2017
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	



Projeto de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 2017

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para assegurar o porte de trânsito com armas municionadas aos atiradores desportivos.

AUTORIA: Senador Dalirio Beber

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para assegurar o porte de trânsito com armas muniçadas aos atiradores desportivos.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 9º**

Parágrafo único. É assegurado ao atirador desportivo o direito de manter e portar armas de fogo muniçadas no local de guarda do acervo e no trajeto para o clube de tiro ou local de treinamento e competição.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O tiro esportivo esteve presente nos Jogos Olímpicos **desde a sua primeira edição**, em 1896, em Atenas. Até o ano de 1964, em Tóquio, somente os homens participavam das competições, mas a partir dos Jogos realizados na Cidade do México, em 1968, as mulheres passaram a ser admitidas na modalidade, e competiam juntamente com os homens antes de passarem a disputar os Jogos Olímpicos na categoria exclusivamente



feminina. Atualmente, o tiro esportivo é disputado em quinze categorias, sendo nove masculinas e seis femininas¹.

Os Jogos Olímpicos da Antuérpia, em 1920, marcaram a estreia do Brasil nas competições, e foi o **tiro esportivo** a modalidade em que **todas as medalhas da estreia olímpica** do País foram conquistadas. O **primeiro ouro brasileiro na história dos Jogos** deve-se ao tenente Guilherme Paraense, na pistola de tiro rápido 25 metros. Por sua vez, o chefe da equipe, Afrânio Antônio Costa, conquistou a prata na pistola livre e, ao lado de Sebastião Wolf, Dario Barbosa e Fernando Soledade, assegurou a medalha de bronze na pistola livre 50 metros por equipes².

A tradição brasileira no esporte se manteve nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, que deve ao tiro esportivo a **primeira medalha** da delegação brasileira na competição: a prata conquistada pelo atirador Felipe Wu, na pistola de ar 10 metros³.

Historicamente, o tiro chegou ao Brasil, primeiramente nos estados do sul do Brasil com a imigração alemã, no século XIX. Pelo processo de aculturação vivenciado pelos imigrantes, a modalidade desenvolveu inicialmente uma conotação sócio cultural e as primeiras competições aconteciam em datas comemorativas.

Entre os primeiros clubes do Brasil, estão o *Schützenverein zu Joinville*, fundado em 26 de dezembro de 1855, e o *Schützenverein Blumenau*, criado em 1859, ambos no Estado de Santa Catarina.

O tiro tem importante papel como núcleo social, cultural e até político, principalmente no sul do país, a exemplo da *Schützenfest*, que é considerada a maior festa de atiradores do Brasil, realizada na cidade de Jaraguá do Sul/SC.

No que se refere à legislação aplicável à modalidade, a Portaria nº 51, de 2015, do Comando Logístico do Exército Brasileiro, em seu art. 73 define “atirador desportivo” como “a pessoa física registrada no Exército e

¹ Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/modalidades/tiro-esportivo>

² Disponível em: <http://www.cbte.org.br/>

³ *Idem*



que pratica, habitualmente, o tiro como esporte”, para cuja prática é necessário obter **Certificado de Registro** expedido pela Região Militar de domicílio do atleta, desde que sejam **cumpridos os requisitos** constantes do art. 14, § 1º, da referida Portaria, quais sejam: “identificação pessoal, **idoneidade, capacidade técnica e aptidão psicológica**, segurança do acervo e informações complementares”.

Nesse sentido, o cidadão que deseja praticar o tiro desportivo deve apresentar a seguinte documentação, constante do Anexo A da Portaria nº 51, de 2015: a) identidade com foto, comprovante de endereço residencial e comprovante de endereço de acervo; b) **certidões negativas de antecedentes criminais** fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e certidão de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal; c) **certificado de capacidade técnica e atestado de aptidão psicológica** emitidos por profissionais credenciados pelo Exército Brasileiro; d) declaração de segurança do acervo; e) termo de ciência, compromisso e responsabilidade firmado pelo atleta, **declaração de filiação a entidade de tiro desportivo** e comprovante de pagamento de taxa.

As referidas informações, juntamente com a declaração de habitualidade da prática esportiva, **devem ser comprovadas a cada três anos** pelo atirador para fins de renovação do Certificado de Registro junto ao Exército Brasileiro, nos termos dos arts. 7º e 21 da Portaria nº 51, de 2015.

Por sua vez, a Lei nº 10.826, de 2003, que instituiu o Estatuto do Desarmamento, em seu art. 6º, inciso IX, **confere o porte de arma** “para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas”, na forma do regulamento daquela Lei.

Nesse sentido, o Decreto nº 5.123, de 2004, que regulamenta o Estatuto do Desarmamento, assevera em seu art. 32, *caput*, que “o Porte de Trânsito das armas de fogo de colecionadores e caçadores será expedido pelo Comando do Exército” e acrescenta, no parágrafo único do mesmo dispositivo, que “os colecionadores e caçadores transportarão suas armas desmuniçadas”, mas **silencia no que se refere aos atiradores desportivos**.

Desse modo, se os colecionadores e caçadores devem transportar suas armas desmuniçadas, valendo-se da interpretação *contrario*



sensu os atiradores desportivos não são obrigados a fazer o mesmo, aplicando-se ao caso o art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, isto é, “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

Ressalte-se, a título de esclarecimento, que a norma constante do art. 31, § 2º, do Decreto nº 5.123, de 2004, refere-se **apenas** aos “responsáveis e os integrantes pelas delegações estrangeiras e brasileiras em competição oficial de tiro no país”, isto é, **as delegações**, estrangeiras e brasileiras, **quando em competição oficial** no Brasil, não poderão transportar suas armas muniçadas, situação completamente distinta daquela referente ao atirador individual.

Dessa forma, a “vedação” ao transporte de armas muniçadas pelos atiradores desportivos constava, **tão somente**, da Instrução Técnico-Administrativa nº 3, de 2015, expedida pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, em cujo art. 6º, inciso I, assevera que deve constar da Guia de Tráfego, dentre outras informações, a inscrição “NÃO VALE COMO PORTE DE ARMA”.

Assim, uma **norma administrativa editada por órgão do terceiro escalão** da estrutura do Poder Executivo pretendia impor uma restrição a um **direito assegurado em lei** e em seu regulamento, desrespeitando um dos princípios mais básicos de Direito, qual seja, o de que **os regulamentos não podem transbordar dos estritos limites estabelecidos na lei em que se fundamenta**, criando direitos ou obrigações, hipótese em que serão **ilegais**, passíveis de **sustação** pelo Congresso Nacional ou de **anulação** pelo Poder Judiciário.

Cumprе lembrar que, nos termos do art. 217, *caput*, da Constituição Federal, **é dever do Estado** brasileiro “fomentar práticas desportivas formais e não-formais”, e resta claro que **o tiro esportivo é modalidade de grande importância** no esporte nacional, merecendo, por conseguinte, especial proteção do poder público.

Não obstante, os atletas do tiro esportivo vêm sendo vítimas do confuso arcabouço jurídico relativo às armas de fogo no Brasil, de modo a serem, até mesmo, **submetidos à persecução criminal** por conta de



divergências interpretativas da legislação pelas autoridades administrativas e judiciárias, situação esta que, aliada a ideologias que pregam o completo banimento das armas de fogo, acaba por criminalizar a prática do esporte.

Nesse sentido, cabe mencionar, a título de ilustração, o caso de um atirador que foi **preso e processado criminalmente** por ter sido abordado por agentes policiais, ao retornar do clube de tiro, portando arma e munição, devidamente registradas e acondicionadas separadamente, no interior de um veículo de sua propriedade, tendo sido absolvido, posteriormente, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que entendeu aplicar-se aos praticantes do tiro esportivo um **arcabouço normativo diferenciado**, que lhes permite o transporte de armas de fogo e de munição, necessários que são para a prática desportiva⁴.

Impende sublinhar que os atiradores esportivos, por exigência do Exército Brasileiro, já **preenchem os requisitos legais exigidos para a concessão do porte de arma de fogo**, a saber, capacidade técnica e aptidão psicológica, razão pela qual foram incluídos no rol do art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, que define as categorias em relação as quais é devido o porte de arma de fogo, sendo descabida, neste caso, a exigência de demonstração de “efetiva necessidade”, que decorre das próprias atividades desempenhadas pelos atletas.

Ciente da situação problemática em que se encontrava a matéria, o Exército Brasileiro, por meio de seu Comando Logístico, editou a Portaria nº 28, de 14 de março de 2017, para inserir na supracitada Portaria nº 51, de 2015, o art. 135-A, **autorizando o porte municiado de uma das armas do acervo do atirador desportivo no trajeto entre o local de guarda e o local de treinamento ou competição**, vai ao encontro de antigo pleito dos atiradores desportivos, que demandavam a regulamentação desse direito **assegurado em lei há 14 anos**, ou seja, desde a promulgação do Estatuto do Desarmamento.

Não obstante a relevância dessa medida administrativa implementada pelo Exército Brasileiro, é preciso adotar medidas legislativas com o escopo de **pôr termo, em caráter definitivo, à insegurança jurídica** existente quanto ao porte de trânsito dos atiradores desportivos, de modo a

⁴ Apelação Criminal nº 1.0024.12.184581-2/001-TJMG



6

deixar claro, no texto da lei, o seu **direito de manter e portar armas municipais** em suas residências e no trajeto até os clubes de tiro e locais de treino e competição, providência necessária para assegurar não somente sua integridade física, mas, igualmente, a segurança do seu acervo de armas de fogo, razão pela qual pedimos o apoio dos ilustres Senadores e Senadoras para a aprovação deste Projeto.

Sala das Sessões,

Senador DALIRIO BEBER



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso II do artigo 5º

- Decreto nº 5.123, de 1º de Julho de 2004 - 5123/04

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2004;5123>

- parágrafo 2º do artigo 31

- Lei nº 10.826, de 22 de Dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento; Lei de Armas; Lei do Desarmamento; Lei do Porte de Armas (2003) - 10826/03

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10826>

- artigo 6º

- artigo 9º



Proposta de Emenda à Constituição





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 13, DE 2017

Altera os artigos 73 e 92 da Constituição para estabelecer critérios para a nomeação de ministros do Tribunal de Contas da União e tribunais superiores do Poder Judiciário, e assegurar a alternância de sexo nessa nomeação.

AUTORIA: Senador Eduardo Lopes (1º signatário), Senadora Ana Amélia, Senadora Gleisi Hoffmann, Senadora Lúcia Vânia, Senador Antonio Anastasia, Senador Antonio Carlos Valadares, Senadora Regina Sousa, Senador Armando Monteiro, Senadora Rose de Freitas, Senadora Simone Tebet, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Benedito de Lira, Senador Cristovam Buarque, Senador Elmano Férrer, Senador Fernando Collor, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Hélio José, Senador Humberto Costa, Senador João Capiberibe, Senador Jorge Viana, Senador José Agripino, Senador José Maranhão, Senador José Pimentel, Senador Lindbergh Farias, Senador Paulo Paim, Senador Paulo Rocha, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Roberto Rocha, Senador Ronaldo Caiado, Senador Thieres Pinto, Senador Valdir Raupp

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE
2017**

Altera os artigos 73 e 92 da Constituição para estabelecer critérios para a nomeação de ministros do Tribunal de Contas da União e tribunais superiores do Poder Judiciário, e assegurar a alternância de sexo nessa nomeação.



As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 73 da Constituição passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 73.

§ 1º
.....

V – não ter exercido mandato eletivo ou ocupado, nos dois anos anteriores, cargo em comissão ou função de confiança, em órgão ou entidade da administração direta ou indireta, em qualquer dos Poderes;
.....

§ 5º A designação de Ministros do Tribunal de Contas da União observará a alternância entre homens e mulheres.” (NR)

Art. 2º O art. 92 da Constituição passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 92.
.....



§ 3º A designação dos membros do Supremo Tribunal Federal e os dos demais tribunais, dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público observará a alternância entre homens e mulheres.

§ 4º É vedada a nomeação para qualquer tribunal de quem tenha exercido mandato eletivo ou ocupado, nos dois anos anteriores, cargo em comissão ou função de confiança em órgão da administração pública direta ou indireta em qualquer dos Poderes.” (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta iniciativa altera a Constituição para impor um maior rigor ao processo de escolha dos integrantes dos tribunais superiores, e também do Tribunal de Contas da União (TCU).

Esse rigor visa coibir a excessiva politização e mesmo partidarização desse processo, que ocorre em prejuízo da independência dos órgãos de controle externo, do Poder Judiciário e do exercício da magistratura no Brasil.

Nesse mesmo passo, sugerimos que, em ambos os procedimentos, seja adotada a alternância entre homens e mulheres na designação dos novos membros dessas Cortes judiciárias ou de Contas, assim como nos entes responsáveis pelo controle externo do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Algo já se caminhou em nosso País a esse respeito, designadamente quando a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a conhecida “reforma do Poder Judiciário”, acertadamente adotou a chamada quarentena para os magistrados, que os proíbe de exercer, nos três anos seguintes ao seu afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, a advocacia junto ao Tribunal em que tenha atuado.

Essa louvável iniciativa, entretanto, apenas cuida de uma suposta influência que o ex-magistrado poderá vir a exercer junto às Cortes a que tenha



pertencido. Não cogitou o outro aspecto, até mais danoso à imagem do Judiciário na sociedade: o vínculo funcional e político, às vezes longo, entre a pessoa nomeada e a autoridade que faz essa nomeação.

Tornou-se praxe a escolha de ministros dos tribunais superiores e das cortes de contas dentre profissionais que prestaram serviços ao Governo que os nomeia. Não raro, são ocupantes de cargos em comissão ou de função comissionada, ou, ainda, titulares de mandatos eletivos vinculados à base de apoio do Governo.

Parece-nos claro que tal metodologia requer ajustes e aperfeiçoamentos, como o que aqui se cogita, que possam concorrer para que a sociedade possa conferir maior credibilidade a instituições tão importantes para a democracia brasileira, ao evitar a leitura, eventualmente equivocada, de que o nomeado irá julgar de acordo com as conveniências do Governo a que tenha servido.

Nessa perspectiva, a adoção dessa norma pela Constituição brasileira poderá contribuir para a afirmação, em nosso País, dos princípios constitucionais da Administração, especialmente aquele pertinente à moralidade que, a cada momento, mais se identifica e se harmoniza com a necessária eficiência.

Por outra parte, a determinação de que as nomeações para os entes de que aqui se cogita sejam sujeitas à alternância de sexo corresponde a uma necessidade premente da sociedade brasileira: caminhar, o rápido quanto possível, no sentido de mitigar a enorme desigualdade presente na sociedade brasileira. Sabe-se que essa caminhada comporta muitas dimensões, e a que aqui se regula constitui apenas uma delas.

Mas não será pouco significativo, antes pelo contrário, que entes públicos do Poder Judiciário, de crescente importância e visibilidade social, sejam marcados pela presença feminina em sua composição.

Quanto ao Poder Judiciário, cabe anotar que já ocorreram progressos, desde quando a gaúcha Thereza Grisolia Tang se tornou a primeira



magistrada brasileira, no ano de 1954. Hoje as mulheres compõem, consoante as informações do Conselho Nacional de Justiça, 36% (trinta e seis por cento) da magistratura brasileira. E conquistaram essa posição mediante aprovação em concurso público.

Entretanto, quando se trata da composição dos tribunais superiores, vê-se que a presença feminina passa a ser mais rara: apenas 18% dos integrantes dos tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho são mulheres.

Não se trata, a nosso juízo, de instituir uma suposta “cota feminina” nos tribunais superiores, mas simplesmente de contribuir para realizar, no processo das indicações que são marcadas por influência política, o princípio constitucional da isonomia.

Fortes nessas razões, solicitamos e esperamos o indispensável apoio dos eminentes Pares para a tramitação, o aperfeiçoamento e a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO LOPES





LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- artigo 73

- artigo 92

- Emenda Constitucional nº 45, de 2004 - PEC DA REFORMA DO JUDICIÁRIO - 45/04

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;45>



Requerimentos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

RGS
00197/2017

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 2015, da qual sou o primeiro signatário, que *altera o art. 198 da Constituição para garantir que os gastos públicos da União com ações e serviços públicos de saúde em um exercício financeiro serão, no mínimo, equivalentes aos gastos observados no exercício financeiro anterior, corrigidos pela inflação.*

Sala das Sessões,

Senador Antonio Anastasia
PSDB - MG

(Deferido)



SF/17717.63900-46





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 198, DE 2017

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia

DESPACHO: Deferido



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2016, de minha autoria, que *Inscribe o nome de Juscelino Kubitschek no Livro dos Heróis da Pátria*, em razão de projeto com a mesma finalidade ter sido apresentado anteriormente na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões,

Senador Antonio Anastasia
PSDB - MG





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 201, DE 2017

Requerimento de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ para o PLC 159/2015

AUTORIA: Senador Romero Jucá

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Governo

RQS
00201/2017



SF/17879.84852-39

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sobre o Projeto de Lei da Câmara 159, de 2015, que “*Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental*”, seja ouvida, além das Comissões constantes do despacho inicial, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Sala das Sessões, em

Senador Romero Jucá
Líder do Governo no Senado





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 202, DE 2017

Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do RISF, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015, seja ouvida, além da Comissão constante do despacho inicial, a Comissão de Assuntos Econômicos.

AUTORIA: Senador Romero Jucá

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Governo



REQUERIMENTO N° , DE 2017

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requiro que sobre o Projeto de Lei da Câmara 49, de 2015, que “Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências”, seja ouvida, além da Comissão constante do despacho inicial, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2017.

SENADOR ROMERO JUCÁ
Líder do Governo no Senado





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2017

Requer, nos termos regimentais, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do acreano João Moura, no dia 30 de março de 2017, em Rio Branco/AC.

AUTORIA: Senador Jorge Viana

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR JORGE VIANA

REQUERIMENTO N° , DE 2017

Requer VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família pelo falecimento do acreano João Moura.

Em homenagem ao querido João Moura, falecido no dia 30 de março de 2017, em Rio Branco, no Acre, REQUEIRO: nos termos das alíneas “d” e “e”, ambas do inciso III, e inciso II, ambos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, seja consignado, nos anais da Casa, VOTO DE PESAR; e, nos termos do art. 221, I, do RISF, sejam apresentadas condolências à família do falecido.

Morre um pioneiro acreano. Hoje bem cedo recebi do meu amigo Mauro Ribeiro a triste notícia de que tínhamos perdido um querido amigo e pioneiro acreano: Seu João Moura. Seu João é o que podemos chamar de um grande acreano. Apaixonado pela nossa terra, foi pioneiro e vencedor na atividade empresarial. Seu João ajudou muito a mudar e melhorar Rio Branco com sua empresa de transporte São Judas Tadeu. Deixa a sua querida esposa Sílvia e os seus filhos Tadeu, Ricardo e Thaís Moura. Constituiu uma linda família.





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR JORGE VIANA

Seu João era parte viva da nossa sociedade. Pessoa simples, mas que recebeu prêmios de reconhecimento por seu exemplo empresarial. Educou e formou os filhos que nos ajudam a levar o Acre à frente.

Lamento não estar no Acre para me somar aos amigos e familiares. Daqui do Senado apresento voto de pesar em razão da gratidão por tudo que o senhor João Moura fez pela nossa terra.

Obrigado Seu João Moura pela amizade e por tudo que o senhor fez pela nossa terra. O senhor certamente terá um lugar muito especial na casa do nosso bom Deus.

Sala das Sessões, 30 de março de 2017.

Senador **JORGE VIANA**



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2012





SENADO FEDERAL

RGS
00199/2017**REQUERIMENTO Nº , DE 2017 - PLEN**

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 131, de 2015, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2012, por versarem sobre o mesmo assunto, qual seja, segurança pública.

Sala das Sessões, em

Senador



Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2013





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

EMENDA Nº 7 /2017 – PLENÁRIO (Emenda Substitutivo à PEC 10/2013)

Altera os arts. 96, 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal e acrescenta o art. 110-A no seu texto, para extinguir o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns e estabelecer, nesses casos, a competência da Justiça Federal de primeiro grau.



SF/17007.19244-52

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 96, 98, 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 96.** Compete privativamente:

.....

III - aos Tribunais de Justiça julgar, nos crimes de responsabilidade, os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios e os membros do Ministério Público Estadual e do Distrito Federal e Territórios.” (NR)

“**Art. 98.**

.....

III – varas especializadas para o julgamento de autoridades, no caso de crime comum.

.....” (NR)

“**Art. 102.**

I -



Página: 1/8 22/03/2017 15:54:50

3c4da8c59c693d93d886639fc8a0d2f542b2b7c9

Recebido em 29/3/17
Hora 10h30

Carolina Mentem D. Mourão
Matrícula: 231013 - SCLSF/SGM





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

.....
c) nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

d) o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República, do próprio Supremo Tribunal Federal e dos juizes das varas especializadas da Justiça Federal, competentes para o julgamento das autoridades mencionadas no art. 110-A;

.....
i) o *habeas corpus*, quando o coator for Tribunal Superior, autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, inclusive juizes das varas especializadas da Justiça Federal, competentes para o julgamento das autoridades mencionadas no art. 110-A;

.....
II -
.....
c) as apelações criminais interpostas das sentenças proferidas pelos juizes federais das varas especializadas a que se refere o art. 110-A.

.....” (NR)

“Art. 105.

I -

a) nos crimes de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

.....
c) o *habeas corpus* quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica;

.....” (NR)



SF/17007.19244-52

Página: 2/8 22/03/2017 15:54:50

3c4da8c59c693d93d886639f8e0d2f542b2b7c9





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

“**Art. 108.**

I -

a) nos crimes de responsabilidade, os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho e os membros do Ministério Público da União;

.....” (NR)

“**Art. 125.**

§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça, sendo vedado o estabelecimento de foro especial por prerrogativa de função no Tribunal de Justiça, no caso de crimes comuns.

.....” (NR)

Art. 2º A Seção IV do Capítulo III do Título IV da Constituição Federal passa a vigor acrescida do seguinte art. 110-A:

“**Art. 110-A.** Funcionário, junto a cada Tribunal Regional Federal, varas especializadas para processar e julgar, no caso de crimes comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, Ministros de Estado, Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, Senador, Deputado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, membro do Poder Judiciário da União, do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério Público da União, do Conselho Nacional do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, e chefe de missão diplomática de caráter permanente.

§ 1º Os titulares e suplentes das varas especializadas mencionadas no *caput* serão escolhidos pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal dentre os juízes federais dos Tribunais Regionais a que estiverem vinculados e desempenharão essa função pelo prazo improrrogável de dois anos;

§ 2º A competência para o julgamento das autoridades mencionadas no *caput* será determinada tendo-se em conta o lugar do crime e, subsidiariamente, o domicílio ou residência do réu, observadas as demais regras de competência previstas em Lei.

§ 3º A competência se restringirá aos crimes cometidos durante o exercício da função ou na vigência do mandato eletivo, e não será alterada, ainda que o réu deixe a função ou renuncie ao mandato.”



SF/17007.19244-52

Página: 3/8 22/03/2017 15:54:50

3c4da8c59c693d93d886639fc8a0d2f542b2b7c9





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

EMENDA Nº /2017 – PLENÁRIO

(Emenda Substitutivo à PEC 10/2013)

Altera os arts. 96, 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal e acrescenta o art. 110-A no seu texto, para extinguir o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns e estabelecer, nesses casos, a competência da Justiça Federal de primeiro grau.



SF/17007.19244-52

Roberto Rocha	[Assinatura]
José Medeiros	[Assinatura]
Benedicto da Silva	[Assinatura]
Valdir Raupp	[Assinatura]
Eduardo Braga	[Assinatura]
ACILIANO ARAÚJO	[Assinatura]
SARKIS ACACI ALVES	[Assinatura]
Humberto Costa	[Assinatura]
Edmar do Lopes	[Assinatura]
Sirlinha Santos	[Assinatura]
Vicentinho Alves	[Assinatura]
Fernando Bezerra	[Assinatura]
Elmano Freire	[Assinatura]
JOSE AGUIPINO	[Assinatura]
Adilson do Amaral	[Assinatura]
Domício Passin	[Assinatura]
Lidice da Mata	[Assinatura]

Página: 7/8 22/03/2017 15:54:50
3c4da8c59c693d93d866639fc8a0d2f542b2b7c9





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

Jorge Ruan	
Ataides Oliveira	
Simone Tebet	
Antônio Sanderziel	
LÍDERO PSDB	
Ludberg Farias	
Gleisi	
Marco Justo	
IUD ASSOL	
Davi Alcolumbre	



SF/17007.19244-52

Página: 8/8 22/03/2017 15:54:50

3c4da8c59c693d93d886639fc8a0d2f542b2b7c9



EMENDA Nº 8 - PLEN
(à PEC 10/2013)

Dê-se nova redação à PEC nº 10, de 2013, nos termos a seguir:

Art. 1º – Os arts. 96, 102, 105, 108, 109 e 110 da Constituição Federal, passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 96**.....
.....

III – aos Tribunais de Justiça julgar, nos crimes de responsabilidade, os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público; e, nos crimes comuns, o recebimento da denúncia contra qualquer das pessoas referidas e os Prefeitos, ressalvada a competência da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral.

IV – aos juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios julgar, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, os Prefeitos, os magistrados da justiça estadual, os membros do Ministério Público, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, após o recebimento da denúncia pelo tribunal competente.

§ 1º O processo e julgamento das pessoas mencionadas no inciso IV ocorrerá na Capital do Estado ou no Distrito Federal.”

“**Art. 102**.....
I -



Página: 1/9 28/03/2017 16:07:22

75998b4423e7c4452ceb7ee4bfb4c0ea0b30caff



b) nas infrações penais comuns, o recebimento de denúncia contra o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, o Procurador-Geral da República, o Advogado-Geral da União, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

c) nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

“Art. 105.....

I -

a) nos crimes de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais; e, nos crimes comuns, o recebimento da denúncia contra qualquer das pessoas referidas, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal;

“Art. 108.....

I -

a) nos crimes de responsabilidade, os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, e os membros do Ministério Público da União; e, nos crimes comuns, o recebimento da denúncia contra



Página: 2/9 28/03/2017 16:07:22

75998b4423e7c4452ceb7ee4bfb4c0ea0b30caff



fundamental para garantir o livre desenvolvimento do processo democrático.

Contamos, portanto, com o apoio dos nobres colegas, a fim de apreciar o tema com a devida razoabilidade.

Senado Federal, 22 de março de 2017.

[Handwritten signature of Fernando Bezerra Coelho]
Senador Fernando Bezerra Coelho
(PSB - PE)

Nome do Senador	Assinatura
<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
José Pimentel	<i>[Handwritten signature]</i>
Lidice da Mata	<i>[Handwritten signature]</i>
Armando Monteiro	<i>[Handwritten signature]</i>
Jane Jansen	<i>[Handwritten signature]</i>
Thierys Linto	<i>[Handwritten signature]</i>
CRISTOVAN.	<i>[Handwritten signature]</i>
JOSE ACRÍPIO	<i>[Handwritten signature]</i>
Roberto Louiz	<i>[Handwritten signature]</i>
Benedito de Lima	<i>[Handwritten signature]</i>
Jose Maranhão	<i>[Handwritten signature]</i>



SF/17264.97587-09

Página: 5/9 28/03/2017 16:07:22

75998b4423e7c4452ceb7ee4fb4c0ea0b30caff



Vanessa	
EDUARDO BRAGA	
Rose de Freitas	
Eduardo Feres	
Romero Junior	
MOKA	
Dario Berger	
Calmo	
Pedro Santos	
Paulo Fere	
Paulo Costa	
João Alberto	
Gláucia Hoffmann	
Regina Sousa	
Humberto Costa	
Jose Mesquita	
LUIS ASSIS	
Paulo Roberto	
Paulo Roberto	
LIDER PSDS	
Henri José	

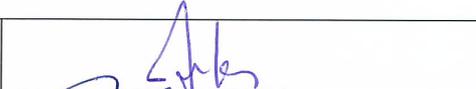
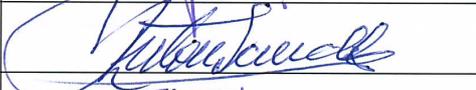
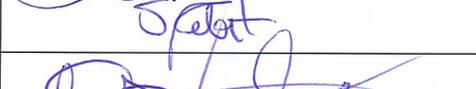
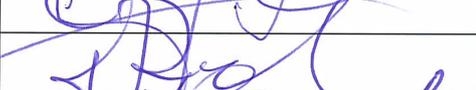
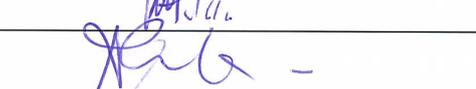
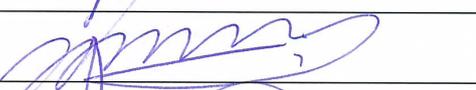
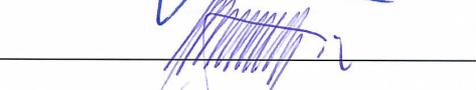
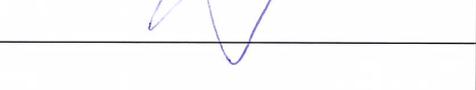


Página: 6/9 28/03/2017 16:07:22

75998b4423e7c4452ceb7ee4bfb4c0ea0b30caff

Paulo
Bauer



Edna do Lopez	
Antônio Landual	
Simone Tibert	
Lindbergh Farias	
Paulo Rocha	
Fátima Bezerra	
Roberto Rocha	
Ataides Oliveira	
Antonio Amorim	
Wellington Fagundes	
Jorge Viana	
Agurio Becker	
Davi Alcolumbre	
Ana Amélia (AP/RS)	
JOSÉ SERRA	
Vladimir Rupp	





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

EMENDA Nº 9 - PLEN
(à PEC nº 10, de 2013)

Dê-se ao art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, a seguinte redação, renumerando-se o subseqüente:

“Art. 2º O art. 5º da Constituição Federal passa a vigor acrescido do seguinte inciso LXXIX:

‘Art. 5º

LXXIX – é vedada a instituição de foro por prerrogativa de função para infrações penais comuns.

.....’ ”

JUSTIFICAÇÃO

Tema flagrante no debate jus-político brasileiro, o foro com base na função é sugerido à pauta muito mais como um ‘privilégio’ do que uma ‘prerrogativa’ institucional, que o é.

As reformas constitucionais, que trataram do tema, aproveitaram as circunstâncias da emoção coletiva, desprezando os valores mais sedimentados para que pudessem ultrapassar as barreiras momentâneas.

A crítica moderna à prerrogativa de foro – antes mesmo de considerações sobre o instituto –, ainda que a par do princípio republicano da isonomia, é feita a partir da omissão ou retardamento da prestação jurisdicional a que se obrigam os órgãos do Poder Judiciário. É comum

Recebido em 29/03/17
Hora: 18:54
Marcelo Gomes de Souza - Matr. 256540
SCL/SF/SGM



SF/17831.50829-65

Página: 1/4 28/03/2017 14:35:27

6b32c12b1f96bc032055f81fbceabe705c59700





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

condenar-se o instituto pela falta de tecnologia inquisitorial dos tribunais responsáveis pelos julgamentos.

Esquecem-se as origens da proteção institucional mesmo considerando para a pessoa envolvida os riscos processuais a que se submetem – o que retiraria a pecha de privilégio. Tomado o foro dos Congressistas como exemplo, tem-se que se perdem oportunidades processuais e recursais, numa possível condenação, viabilizando um trânsito em julgado em única e última instância.

O artigo 5º da Constituição trata das garantias e direitos fundamentais que cada cidadão dispõe. Ele é, sem dúvida, um dos artigos mais importantes contidos na Constituição Federal de 1988, que foi chamada de cidadã por ser uma Constituição mais democrática. Essa constituição ampliou os direitos dos indivíduos e permitiu sua proteção em várias situações.

Desse modo, esta proposta traz uma base mais sólida: o princípio da isonomia. Provoca alteração no art. 5º, inserindo um novo inciso (que tomará o número LXXIX), de modo a preservar a igualdade de todos perante a lei, e tornar a medida permanente e blindada às alterações emocionais.

Sala das Sessões,

Brasília, 28 de fevereiro de 2017.


Senador CÁSSIO CUNHA LIMA



SF/17831.50829-65

Página: 2/4 28/03/2017 14:35:27

6b32c12bf96bc032055f8fbceabe705c59700





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

	Nome do Senador	Assinatura
1	Cássio	[Signature]
2	CAEIR	[Signature]
3	Gombaldi Alves	[Signature]
4	RONARDO R CAIADO	[Signature]
5	EDUARDO LOPES	[Signature]
6	Davi Alcolumbre	[Signature]
7	Angela Portes	[Signature]
8	Lidice do Mato e Souza	[Signature]
9	Ana Amélia (PP/RS)	[Signature]
10	Fátima Bezerra	[Signature]
11	JOSE MARANHÃO	[Signature]
12	Dário Braga	[Signature]
13	MARTA	[Signature]
14	Arbore Sambodo	[Signature]
15	[Signature]	[Signature]
16	[Signature]	[Signature]
17	Eduardo Feres	[Signature]
18	[Signature]	[Signature]
19	Thierys Pinto	[Signature]
20	Romário Faria	[Signature]
21	[Signature]	[Signature]
22	André Oliveira	[Signature]
23	J. CAPIBERIBI	[Signature]
24	Olga ALENCAR	[Signature]
25	[Signature]	[Signature]



SF/17831.50829-65

Página: 3/4 28/03/2017 14:35:27

6b32c12bf96bc032055f8fbbceabe705c59700





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

26	Ivo Cassol	
27	JOSÉ SERRA	
28	POMERO JEA	
29	PEDRO CHAVE (PIA)	
30	José Medeiros.	
31	JOSE AGRIPIANO	
32		REGIAN CALHEIROS.
33		
34		
35		
36		
37		



SF/17831.50829-65

Página: 4/4 28/03/2017 14:35:27

6b32c12bf96bc032055f8f8fbcbeeabe705c59700





**PEC 10/2013
00010**

**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador AIRTON SANDOVAL**

**EMENDA Nº , de 2017 – PLEN
(à PEC 10, de 2013)**

Modifica o art. 251, da Constituição Federal, na forma conferida pelo art. 1º, da PEC 10, de 2013, da Emenda Substitutiva nº 6-CCJ, para fixar regra de competência jurisdicional do domicílio ou da residência do agente público autor do fato.



SF/17388.31694-04

O art. 251, da Constituição federal, na forma conferida pelo art. 1º, da PEC 10, de 2013, da Emenda Substitutiva nº 6-CCJ, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 251. É competente, para o processamento de ação penal contra agente público por crime comum, o juízo do foro do domicílio ou da residência do autor do fato.

Parágrafo único. A propositura da ação de que trata o caput deste artigo observará as normas de prevenção dispostas na lei processual.”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A PEC 10, de 2013, cujo primeiro subscritor é o nobre Senador Alvaro Dias, vem em boa hora. Na verdade, talvez, este Congresso Nacional já devesse ter apreciado a matéria, face às inúmeras afrontas cotidianas que a sociedade brasileira está a testemunhar em face do avanço de operações como a Lava Jato.

Porém, muito embora concordemos com o texto em apreciação, entendemos que a proposta precisa ser avaliada sob a ótica real e concreta do sistema judiciário brasileiro, especialmente quanto à configuração da legislação processual penal vigente e da jurisprudência dos Tribunais tipicamente afetos à competência por prerrogativa de função.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador AIRTON SANDOVAL

Com a profusão de medidas cautelares penais adotadas com amparo em um discutível poder jurisdicional penal geral (poder geral de cautela penal), estamos a vislumbrar um cenário de ilimitada concentração de poder, a ponto de permitir a adoção de medidas judiciais cada vez mais inovadoras, a despeito de necessárias.

São diversos os exemplos: prisão de executivos de empresas que supostamente não atender (ou não podem atender) a ordens judiciais teratológicas; bloqueio de serviços prestados por empresas de abrangência nacional, como um conhecido aplicativo de mensagens eletrônicas; afastamento de presidentes de Poder público do cargo que ocupa; suspensão temporária de mandato parlamentar; entre tantos outros casos.

Longe de pretendermos questionar a validade constitucional ou legal dessas medidas, temos que esse cenário de criatividade jurisdicional extremada, à revelia da permissão legislativa, que não prevê ostensivamente tais soluções jurídicas para os objetivos a que se prestam as respectivas ações penais, constatamos que o fim do “foro privilegiado” poderá ter por desiderato a utilização do Poder Judiciário para inviabilizar a governabilidade ou a representatividade democrática.

Se a Suprema Corte adere, por exemplo, à teoria da validade constitucional do poder geral de cautela penal e, assim, adota medidas cautelares penais como as que foram recentemente deferidas a pedido do Ministério Público, tantos mais juízos de primeira instância o farão, o que torna previsível o cenário de possível e excessiva intervenção judicial para afetamento da estrutura político-governamental.

Dessa maneira, estamos propondo uma regra adicional de fixação de competência jurisdicional para processos penais envolvendo agentes públicos, tal como prevista pelo novel art. 251 apresentado pela CCJ, na pessoa de seu relator, Senador Randolfe Rodrigues: propomos a fixação do foro do domicílio ou da residência do autor do fato delituoso.

Essa proposta acaba por abranger tanto o local onde efetivamente o agente público resida de forma transitória como definitiva, segundo o conceito que nos apresenta o próprio Código Civil. De fato, o art. 70 estabelece que o domicílio é o local em que a pessoa mora com “ânimo definitivo” e residência, com ânimo transitório.

Assim, evitamos a profusão de possíveis ações. Apesar da regra de prevenção, que já consta da lei processual penal, a qual, inclusive, buscamos referenciar de forma mais abrangente do que a proposta pela CCJ, ainda assim



SF/17388.31694-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador AIRTON SANDOVAL

buscamos evitar que ações penais heterogêneas sejam processadas em foros díspares, considerando-se ainda a extensão do território nacional.

Com efeito, as regras de prevenção dispostas na lei processual penal estão para muito além da fixação de juízo preventivo por pluralidade de ações com identidade de objeto: há, ainda, as regras de prevenção estabelecidas para o crime continuado ou permanente, quando praticado em território de duas ou mais jurisdições (art. 71, CPP), pluralidade de residência (art. 72, § 1º).

Além disso, não nos parecer apropriado definir a prevenção por identidade de “objeto e causa de pedir”, uma vez que o juízo de que aqui se trata é de natureza penal, ou seja, importa apenas, para fins de fixação de competência por prevenção, que os juízos concorram entre si por decorrência de igualdade ou de cumulatividade de sua jurisdição (art. 83, CPP).

Por isso, sugerimos uma maior reflexão a essa questão, razão pela qual estamos propomos a presente emenda, na expectativa de vê-la acolhida por esta Casa e, enfim, aprovada pelos nobres Pares.

Sala das Sessões, em março de 2017.

Senador AIRTON SANDOVAL
PMDB-SP



SF/17388.31694-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador AIRTON SANDOVAL

Modifica o art. 251, da Constituição Federal, na forma conferida pelo art. 1º, da PEC 10, de 2013, da Emenda Substitutiva nº 6-CCJ, para fixar regra de competência jurisdicional do domicílio ou da residência do agente público autor do fato.

SENADOR	ASSINATURA
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	



SF/17388.31694-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador AIRTON SANDOVAL

Modifica o art. 251, da Constituição Federal, na forma conferida pelo art. 1º, da PEC 10, de 2013, da Emenda Substitutiva nº 6-CCJ, para fixar regra de competência jurisdicional do domicílio ou da residência do agente público autor do fato.

SENADOR	ASSINATURA
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	



SF/17388.31694-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador AIRTON SANDOVAL

Modifica o art. 251, da Constituição Federal, na forma conferida pelo art. 1º, da PEC 10, de 2013, da Emenda Substitutiva nº 6-CCJ, para fixar regra de competência jurisdicional do domicílio ou da residência do agente público autor do fato.

SENADOR	ASSINATURA
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	
36.	
37.	
38.	
39.	
40.	
41.	
42.	
43.	



SF/17388.31694-04



Emendas da Câmara nº 2/2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 100/2010





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 200, DE 2017 - PLEN
(Destaque de bancada ao ECD nº 2, de 2015)

Nos termos do art. 312, parágrafo único, do Regimento Interno, requero destaque de bancada para votação em separado da Emenda nº 1, da Câmara dos Deputados, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010, que *"altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a infiltração de agentes da polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente"*.

Sala das Sessões, em

Senador FERNANDO BEZERRA
LIDER DO PSB

Recebido
em 28/03/17
1042
4639



Projeto de Lei da Câmara nº 55/2008





SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 47, DE 2017

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2008 (nº 7.310, de 2006, na Casa de origem), nos termos da Emenda nº 1 – CE (Substitutivo).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2008 (nº 7.310, de 2006, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu*, nos termos da Emenda nº 1 – CE (Substitutivo), aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 30 de março de 2017.

CÁSSIO CUNHA LIMA, PRESIDENTE

EDUARDO AMORIM, RELATOR

DAVI ALCOLUMBRE

SÉRGIO PETECÃO



ANEXO AO PARECER Nº 47, DE 2017.

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2008 (nº 7.310, de 2006, na Casa de origem), nos termos da Emenda nº 1 – CE (Substitutivo).

Institui o "Dia Nacional da Ikebana".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituído o "Dia Nacional da Ikebana", a ser anualmente comemorado em 23 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



RESOLUÇÃO



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO **Nº 3, DE 2017**

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para redefinir as atribuições e as denominações da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e da Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 72.

V – Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC);

XIII – Comissão de Meio Ambiente (CMA).” (NR)

“Art. 77.

V – Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, 17;

XIII – Comissão de Meio Ambiente, 17.” (NR)

“Art. 102-A. À Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, além da aplicação, no que couber, do disposto no art. 90 e sem prejuízo das atribuições das demais comissões, compete:

II – opinar sobre matérias pertinentes aos seguintes temas:

a) prevenção à corrupção;



b) acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na administração pública federal direta e indireta;

c) prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos;

d) transparência e prestação de contas e de informações à população, com foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos públicos, bem como nas necessidades dos cidadãos;

e) difusão e incentivo, na administração pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade, tais como redes, sítios e portais eletrônicos, e apoio a Estados e Municípios para a implantação desses meios;

III – opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor, especialmente:

a) estudar, elaborar e propor normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores;

b) aperfeiçoar os instrumentos legislativos reguladores, contratuais e penais, referentes aos direitos dos consumidores e dos fornecedores, com ênfase em condições, limites e uso de informações, responsabilidade civil, respeito à privacidade, direitos autorais, patentes e similares;

c) acompanhar as políticas e as ações desenvolvidas pelo Poder Público relativas à defesa dos direitos do consumidor, à defesa da concorrência e à repressão da formação e da atuação ilícita de monopólios;

d) receber denúncias e denunciar práticas referentes a abuso do poder econômico, qualidade e apresentação de produtos, técnicas de propaganda e publicidade nocivas ou enganosas;

e) avaliar as relações entre custo e preço de produtos, bens e serviços, com vistas a estabelecer normas de repressão à usura, aos lucros excessivos, ao aumento indiscriminado de preços e à cartelização de segmentos do mercado;

f) analisar as condições de concorrência com ênfase na defesa dos produtores e dos fornecedores nacionais, considerados os interesses dos consumidores e a soberania nacional;

g) gerar e disponibilizar estudos, dados estatísticos e informações, no âmbito de suas competências.

Parágrafo único. No exercício da competência de fiscalização e controle prevista no inciso I do **caput**, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor:

.....” (NR)

“Art. 102-B. A fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor obedecerão às seguintes regras:



.....” (NR)

“Art. 102-D. Aplicam-se à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor as normas regimentais pertinentes às demais comissões permanentes, no que não conflitem com os termos das disposições constantes dos arts. 102-A a 102-C.

.....
§ 2º A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor poderá, se houver motivo suficiente, comunicar fatos investigados à comissão correspondente da Câmara dos Deputados, para que esta adote a providência que considerar cabível.” (NR)

“Art. 102-F. À Comissão de Meio Ambiente compete opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente:

I – proteção do meio ambiente, controle da poluição, conservação da natureza e defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da caça, da pesca, da fauna, da flora e dos recursos hídricos;

II – política e sistema nacional de meio ambiente;

III – preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e da biodiversidade;

IV – conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável;

V – fiscalização dos alimentos e dos produtos e insumos agrícolas e pecuários, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável;

VI – direito ambiental;

VII – agências reguladoras na área de meio ambiente, inclusive a Agência Nacional de Águas (ANA);

VIII – outros assuntos correlatos.”

“Art. 107.

I –

g) Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor: às terças-feiras, às onze horas e trinta minutos;

.....
l) Comissão de Meio Ambiente: às quartas-feiras, às onze horas e trinta minutos.” (NR)

Art. 2º O inciso III do § 2º do art. 1º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....
§ 2º

.....



III – 1 (um) diretor indicado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado Federal.

.....” (NR)

Art. 3º Revoga-se o art. 104-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de março de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Airton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Thieres Pinto** (S)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Airton Sandoval	SP
Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eduardo Braga	AM
Elmano Férrer	PI
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Hélio José	DF
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Kátia Abreu	TO
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS
Zeze Perrella	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves	PSDB / MG
Alvaro Dias	PV / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalirio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Eduardo Amorim	PSDB / SE
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves	DEM / SE
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ricardo Ferraço	PSDB / ES
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

PP-7 / PSD-5

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
José Medeiros	PSD / MT
Lasier Martins	PSD / RS
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Roberto Muniz	PP / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Morais	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-10 / PDT-1

Acir Gurgacz	PDT / RO
Ângela Portela	PT / RR
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Cristovam Buarque	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro	PTB / PE
Cidinho Santos	PR / MT
Eduardo Lopes	PRB / RJ
Fernando Collor	PTC / AL
Magno Malta	PR / ES
Pedro Chaves	PSC / MS
Thieres Pinto	PTB / RR
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe	DF
---------	----

PMDB	22
Bloco Social Democrata	16
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
Bloco Moderador	9
S/Partido	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Thieres Pinto** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Gleisi Hoffmann - PT (56,57,66,83,114,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,27,116) Lindbergh Farias (29,59,62,89) Regina Sousa (35)</p> <p>Líder do PT - 10 Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,114,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (29,59,62,89) Fátima Bezerra (28,61,93)</p> <p>Líder do PDT - 1 Acir Gurgacz (3,27,116)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (32,51)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87) Atáfides Oliveira (75)</p> <p>Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (102)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (99)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (17,65)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,13,113)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (52,71) Vanessa Grazziotin (15,20)</p> <p>Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (100)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,110)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (18,23,91)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12</p> <p>Líder Wilder Moraes - PP (38,122)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49)</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (107)</p> <p>Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,108)</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (106)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (109)</p> <p>Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>	<p>PMDB - 22</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB (103,123)</p> <p>Vice-Líderes Kátia Abreu (125) Valdir Raupp (124)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (100) José Medeiros (9,12,21,88) Davi Alcolumbre (74,87) Hélio José (42,48,86) Ricardo Ferraço (78,85,112)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB (103,123)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (16,19,50,53,79,90,115)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
10. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
28. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
100. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
103. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
104. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
105. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
 Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
 Senador José Maranhão (PMDB-PB)
 Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
 Senador Paulo Rocha (PT-PA)
 Senador Lasier Martins (PSD-RS)
 Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
 Senador Jorge Viana (PT-AC)
 Senador Hélio José (PMDB-DF)
 Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
 Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
 Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
 Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

**** O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

***** O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

***** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 21/03/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(6,9)
Senador Roberto Requião ^(6,9)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁶⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁶⁾	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁶⁾	5.
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	6. ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(8,10)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas ⁽⁸⁾	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airton Sandoval ^(8,12)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁶⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,11,13)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloisio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-GLDEM).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-LBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz(Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado(Of. 53/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Simone Tebet ⁽⁷⁾	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger ⁽⁷⁾	2. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁷⁾	3.
Senador José Maranhão ⁽⁷⁾	4.
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5.
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	4. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾
VAGO ^(1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	1. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽³⁾
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽³⁾	3. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁸⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(2,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁶⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁶⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).



Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Eduardo Braga ⁽⁶⁾	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO ^(1,8)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽¹⁾	2.
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽¹⁾	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1.
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. n° 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. n° 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. n° 73/2017-GLPMDB).



Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁵⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).

13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. Senadora Kátia Abreu ^(7,9,10)
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ^(4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. VAGO ^(7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).

15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽²⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airton Sandoval ⁽¹⁰⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁸⁾	2. Senador Hélio José ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3.
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
7. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
9. Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
10. Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
11. Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).



Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras 8h:45min -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
VAGO ^(3,6)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Bruno Souza de Barros
Telefone(s): 3303 1095
E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1.
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) (8)	1.
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (8)	2.

Notas:

- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO (2,3,4,5,6)

Atualização: 08/02/2017

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.nº 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: ⁽³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS	
PMDB	
Senador Eunício Oliveira (CE)	
PT	
VAGO ⁽²⁾	
PSDB	
Senador Tasso Jereissati (CE)	
PSB	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)	
PDT	
Senador Acir Gurgacz (RO)	
PR	
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾	
PSD	
Senador Otto Alencar (BA)	
DEM	
Senador José Agripino (RN)	
PP	
Senador Ciro Nogueira (PI)	
PTB	
VAGO ^(4,6)	
PPS	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	
PCdoB	
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)	
PSC	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	
PRB	
VAGO ^(1,8,9,10,11)	
REDE	
Senador Randolfe Rodrigues (AP)	

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N ° 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
11. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO (3)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,4,5,6,9,10)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcelo Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.
10. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 002/2017-LIDPRB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO ^(2,4,5,6)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

* Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO ^(1,4,5,6,7)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

* Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

VAGO ⁽²⁾

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
VAGO ^(4,5,6,7)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. Nº 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PV
PTC

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

